

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Ciência da Informação

**O impacto da atuação da ABEBD na evolução do
currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.**

Relatório de Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do CNPq (Processo nº 473200/2006-6, de outubro de 2006 a setembro de 2008).

Florianópolis, SC, 30 de setembro de 2008.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO,	3
2	OBJETIVOS DO ESTUDO,	5
3	UM OLHAR SOBRE O QUADRO POLITICO, ECONÔMICO-SOCIAL E EDUCACIONAL DOS ANOS 1960 A 2000,	8
4	A POLITICA DO DESCONHECIMENTO DOS PROBLEMAS SOCIAIS COMO FOCO INICIAL DA ATUAÇÃO DA ABEBD,	42
5	METODOLOGIA ADOTADA,	51
6	PROCEDIMENTOS EMPREGADOS,	57
7	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO,	63
8	A CONSTRUÇÃO DO DSC,	67
9	UMA INTERPRETAÇÃO DO DSC OBTIDO,	68
10	OS DOCUMENTOS ENCONTRADOS: destino e teor,	81
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS,	82
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS,	87
	ANEXOS	
	I – Instrumento de coleta de entrevistas,	93
	II – Documentos Selecionados,	94

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

1 INTRODUÇÃO

Decisões tomadas nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e Documentação [CBBDD], realizados na década de 1960, conduziram à retirada da preocupação sobre a educação em Biblioteconomia no Brasil do âmbito daquele fórum, que periodicamente, desde o ano de 1954, reúne os profissionais bibliotecários para discutir as questões relativas à política de sua profissão. Até o 4º CBBDD esse tema era objeto de interesse do coletivo profissional bibliotecário. Do 5º CBBDD em diante, o exame dos temas educacionais da formação do bibliotecário e a discussão e deliberação sobre eles passou para o âmbito institucional da ABEED – Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação. Essa Associação foi assim denominada desde sua criação em 1967 até 1979; nesse ano seu Conselho Diretor decidiu redefinir sua denominação, depois assentada em emenda de seu estatuto, para Associação Brasileira de Ensino em Biblioteconomia e Documentação, mantida, entretanto, a mesma sigla.

Essa desejo de distanciamento dessa preocupação, tomada como orientação de decisão de política profissional, se afirmou categoricamente em um conjunto de deliberações, contendo 12 tópicos, tirados ao final do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em 1971. Logo no primeiro ponto, foi reafirmado inquestionavelmente o mandato dado pela categoria profissional bibliotecária para a atuação da nova entidade, nos seguintes termos: “que as recomendações do Congresso, referentes ao ensino e à formação profissional sejam dirigidas à Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação e não ao Conselho Federal de Educação [CFE] e ao Ministro da Educação [MEC]”. Isso mudou significativamente o que até então se tornara praxe, ou seja, as deliberações dos CBBDDs eram remetidas para todos os setores considerados pertinentes, incluídos o CFE ou MEC, sempre que o objeto do encaminhamento se referisse à educação. Por este mandato dado pela categoria bibliotecária, caberia à Associação tomar a frente, liderar as discussões e encaminhar as gestões necessárias quanto ao ensino e à formação profissional de Bibliotecários no Brasil, posto que fora criada em 1967 para atuar nesse sentido.

Em reunião do Conselho Diretor da entidade, realizada em setembro de 1971, foi

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

evidenciada a preocupação dirigida ao encaminhamento de proposta para o CFE visando a organização do Curso de Biblioteconomia, em termos de mínimos de conteúdo e carga horária. Nos anos subseqüentes, vários esforços foram realizados visando à construção de uma proposta de um novo currículo, fato consumado com a aprovação do currículo mínimo de biblioteconomia, pelo CFE, em 1982.

Ao longo das décadas de 1980 (após a implantação do Currículo Mínimo aprovado em 1982) e de 1990, a discussão sobre um currículo mínimo eficaz esteve aberta e culminou com a efetiva colaboração da entidade na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia que integram o Parecer número 492/2001, da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovado em 03.04.2001.

O presente estudo tomou como ponto de partida a idéia de que é inadiável a construção, no universo acadêmico brasileiro, de uma discussão visando ao aprofundamento da análise e avaliação do alcance das ações da ABEBD, enquanto essa entidade permaneceu ativa, isto é, até meados do ano de 2001. Nessa busca, se insere o esforço de compreensão da eventual liderança exercida pela entidade quanto aos encaminhamentos realizados, relativos ao ensino de Biblioteconomia e à formação de Bibliotecários no país. Tal esforço deveu-se ao fato de que permanece não suficientemente estudado o impacto que a atuação da ABEBD propiciou à evolução curricular do ensino de Biblioteconomia, considerando, sobretudo, as finalidades constantes em seu estatuto inicial, de 1967, no seu segundo estatuto, de 1977 e no terceiro, de 1987, nos quais se consigna, entre outros aspectos a responsabilidade de: “planejar o desenvolvimento da Formação Biblioteconômica” e “sugerir o estabelecimento de requisitos mínimos do regime de estágio e de bibliotecas-laboratório”.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

Este estudo foi produzido na seqüência de outras análises feitas pelo autor, decorrentes de outros projetos e dispostas em livros, artigos e relatórios de pesquisa. Em seu conjunto, visa à construção e explicitação de uma compreensão sobre a realidade da Educação Bibliotecária no Brasil. Também visa dar prosseguimento ao exame da presença da ABEED, como instância criada pela categoria bibliotecária brasileira com a missão de promover o ensino e a formação de profissionais bibliotecários no país. De outro lado, este estudo se configura como um esforço voltado à interpretação de uma faceta relevante da consolidação do campo da Ciência da Informação, que diz respeito às articulações políticas visando ao fortalecimento da educação de profissionais que historicamente, no Brasil, fizeram a inserção desse campo científico no ambiente acadêmico. Assim, os objetivos buscados foram:

- a) Avaliar as iniciativas realizadas pela ABEED para o aperfeiçoamento do ensino e das condições de ensino de Biblioteconomia no Brasil, desde sua criação, 1967, até a sua extinção não jurídica em 2001, tomando como fonte de dados a documentação primária produzida pela entidade.
- b) Analisar os argumentos apresentados no conteúdo dessa documentação, visando interpretá-los como fundamentos de caráter sócio-histórico para a tomada dessas iniciativas.
- c) Identificar os canais principais para os quais se dirigiam essas iniciativas documentadas e suas respostas documentadas e perspectiva de envolvimento previsto.
- d) Conhecer, através de contato direto e pessoal, as representações dos dirigentes da ABEED sobre o impacto que a entidade proporcionou na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil.

Esses objetivos, quando do momento de sua definição, foram formulados tendo como

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

referência parte das conclusões do relatório de pesquisa anteriormente realizada pelo autor, em projeto apoiado também pelo CNPq, intitulado O DISCURSO CONSTRUÍDO NO BRASIL SOBRE O ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (processo sócio-histórico e seus desdobramentos, a partir dos documentos da ABEBD).

Segundo o trecho abaixo transcrito, oriundo dos resultados então obtidos,

[...] pode-se dizer que as representações sócio-coletivas contidas nos discursos formulados nos textos inseridos na coleção “documentos da ABEBD” e suas possíveis matrizes teóricas inserem uma visão própria da ABEBD como uma entidade situada em num mundo em movimento, com idéias atualizadas e consoante com a discussão econômica, política e social no âmbito interno e internacional. [...]

As bases concretas que estavam presentes no contexto social de então e que, certamente, contribuíram para a formulação dos discursos apresentados nos textos da coleção “documentos da ABEBD”, tinham as suas referências: de caráter econômico, político e social aguçadas pelo processo de renovação do Estado brasileiro em todos os âmbitos materiais e em sua estrutura, que colocava em diálogo forças políticas e econômicas antagônicas. As forças políticas, mercê da intervenção produzida pelo Golpe civil militar de 1964, se mantiveram, ao longo das décadas seguintes, num processo de ajuste, reconfiguração partidária, convivência com a política de bastidores e silêncio e, em certo momento, com o banimento de atuação política de algumas personalidades. Contudo, os traços gerais do ambiente político, suas identidades de classe e seus projetos sociais e de poder, certamente permaneceram influentes e, portanto, perpassando, pela explicitação ou pelo silêncio, os discursos das instituições, organizações ou entidades políticas, incluindo as de origem profissional, como a ABEBD, a FEBAB, etc.

Os discursos forjados nesse ambiente prepararam as mentes das gerações de bibliotecários que, aceitando-os ou negando-os, estiveram envolvidos com essa área profissional, do final dos anos da década de 1950 até muito recentemente. [...] Por fim, cabe concluir com o entendimento de que o estudo aqui relatado apenas explorou muito particularmente um acervo de documentos identificado com a essência da atuação da entidade. Por essa razão, os resultados obtidos ainda não constituem explicação suficiente para o que significa a existência e atuação dessa Associação. Diante disto torna necessário dar-se-lhe seqüência, por meio de outros estudos, que possam abordar outros aspectos relacionados à existência e atuação da ABEBD, ao impacto de suas ações sobre o ensino de Biblioteconomia e Documentação no

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Brasil, aos meios e formas com que as Diretorias atuaram no sentido de promover ações e contatos políticos envolvendo mais intensamente a categoria bibliotecária e outras comunidades de educação profissional, às maneiras como os seus dirigentes articularam tomadas de decisões tão significativas como a que determinou, em 1979, à mudança do nome de Associação de Escolas para Associação de Ensino, dentre outros aspectos”. (SOUZA, 2006, p. 76-76)

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

3 UM OLHAR SOBRE OS CENÁRIOS POLÍTICO, ECONÔMICO-SOCIAL E EDUCACIONAL DOS ANOS 1960 A 2000

Os cenários político, econômico-social e educacional existentes no contexto brasileiro das quatro últimas décadas do século 20, mostram circunstâncias e suas nuances, em cada um desses âmbitos, que sofreram alterações significativas, decorrentes de embates forjados a partir do processo de democratização => ditadura política => redemocratização vividos pela população e cidadania brasileiras, mais notadamente entre os períodos de 1964 a 1989.

Para destacar, década a década, os componentes que se ressaltam nesses cenários, foram buscados fragmentos discursivos nos originais do livro *O Ensino de Biblioteconomia no Brasil – século XX*, do autor deste relatório e que se trata de texto notavelmente enriquecido com os estudos desenvolvidos neste trabalho. Esses originais representam uma nova construção do livro *O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro*, pelo autor em 1990.

Considerando-se o cenário político dos anos da década de 1960, percebe-se que esses anos representaram para o Brasil dois momentos distintos. O primeiro momento, que foi até março de 1964, se caracterizou pela utilização intensiva por parte da população dos espaços democráticos existentes, que dava um certo vigor ao movimento trabalhista. Isso expunha no âmbito da sociedade uma luta interna nas classes dominantes, convivendo com alguma unidade de ação nas classes médias, principalmente por meio dos movimentos estudantis, bem como nas classes operárias, todas em busca de conquistas materiais, condizentes com suas expectativas imediatas. O segundo momento, iniciado em abril de 1964, se caracterizou pelo uso da força político-militar. Essa atuação foi resultado de aliança entre o poder civil e as forças armadas, visando silenciar pela repressão, a todos os segmentos sociais que mais determinadamente se utilizaram dos espaços democráticos antes existentes e defenderam idéias, projetos sociais e propostas econômicas e políticas, que caminhavam em sentido contrário aos interesses de parte da classe dominante e dos grupos econômico-industriais internacionais. Esses, então, promoveram a derrubada do Governo legal e legítimo de

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

João Goulart.

Sobre esse quadro, o historiador norte-americano Thomas Skidmore afirmou: "Estou convencido de que a derrubada de Goulart pôs a termo a era de política democrática que começou em 1945" (SKIDMORE, 1982, p. 17). Tal entendimento reforça a percepção da relevância dos esforços populares no sentido de conquistar e manter espaços políticos significativos, através de associações profissionais e de sindicatos. Esses espaços eram aceitos pela estrutura de poder legal então existente, ainda que fossem de difícil reconhecimento e operacionalização, em função da tradição totalitária das classes dominantes do País.

Portanto, esses espaços como circunstâncias de ambiente democrático, sempre foram muito frágeis. Primeiro, porque começaram a ser abertos após o governo totalitário de Vargas (1930-1937-1945), pela iniciativa desse mesmo Presidente da República, que às vezes agia de forma claudicante no encaminhamento de suas ações (FAUSTO, 2006); segundo, porque eram mantidos os compromissos de sustentação da forte dependência econômica externa do Brasil; terceiro, porque se tratavam de compromissos que foram ampliados descontroladamente pelo próprio Vargas, em seu segundo governo, a partir de alianças políticas internas não aceitas totalmente pelos capitalistas nacionais e por seus financiadores externos. Quarto, porque a política brasileira não sendo feita a partir de programas partidários, mas configurada pelos próprios auto-intitulados líderes políticos, tornava fraco o principal sucessor político de Vargas, no caso Goulart, especialmente em decorrência de sua atuação como Ministro do Trabalho no segundo Governo daquele. Naquela ocasião, Goulart irritou ao Exército e à própria classe média quando propôs em fevereiro de 1954 que o salário mínimo fosse aumentado na proporção de 100% sobre o valor então vigente desde 1951 (SKIDMORE, 1982, p. 159-163). Quinto, porque os grandes interesses econômicos, contrariados por Vargas no seu segundo Governo vinham preparando lentamente uma estratégia forte, e até protegidos por estes espaços democráticos, no sentido de derrubar as forças então no poder, depois dos fracassados golpes tentados em 1954, 1955 e 1961 (VEIGA, 1982, p. 30).

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Esses interesses econômicos contrariados, beneficiários da expansão industrial, de onde faziam significativa extração de riqueza, eram revelados por lideranças que mantinham pouca vontade na permissão da elevação econômica e social da massa trabalhadora e tudo fizeram para impedir os avanços nesse sentido. A objetivação desses esforços foi o Golpe de Estado de 1964.

Acerca desse contexto, Laura Veiga afirma que:

O início da década dos sessenta foi marcado por uma crise generalizada, durante a qual a sociedade brasileira testemunhou o colapso do pacto populista de dominação e polarização de grupos sociais e instituições, assim como de organizações políticas e partidos (VEIGA, 1982, p. 26).

Esse quadro de crise, entretanto, esteve sempre presente desde 1945, especialmente pela forma como se deu a saída de Vargas do governo, forçado a uma quase renúncia, conforme os detalhes apontados por Boris Fausto (2006). Este modo de articulação de forças, orientou a classe média de então a manter isoladas as partes que buscavam o avanço das classes populares. Esse isolamento forçado pela classe média decorria do fato de que esta, incoerentemente, sempre esteve "temerosa da possibilidade de perder seu 'status' e vantagens econômicas" (SKIDMORE, 1982, p. 159), face à tradição da estratificação social enraizada no País, por uma herança portuguesa que, manifestada pelas elites econômicas brasileiras, transpassa toda a vida nacional (AZEVEDO, 1987; SCHWARCZ, 1987).

O pacto populista em colapso, referido por Laura Veiga, inseria-se também em outros espaços de luta popular, especialmente na questão da habitação, cuja análise relativa ao Rio de Janeiro, coordenada por Victor Valla, cobrindo o período de 1940 a 1985, é elucidativa. Neste tema, em particular, de sumo interesse das classes populares, Valla afirma que:

[...] o ano de 1962 antecipa a nível do então Estado da Guanabara a

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

implantação do regime militar, que avança numa escalada autoritária até o final da década de 60 e os primeiros anos da década de 70. (...) não é por mera coincidência que assistimos a uma política estatal para as favelas de um crescente intervencionismo, chegando a culminar (nos anos 1969-1973) com a maior ofensiva de remoção de moradores de favelas jamais conhecida no país (VALLA, 1986, p. 85).

Essa questão da habitação popular é importante para a compreensão do tabuleiro político na época, pois através dela observa-se que o interesse de certos setores anti-populares tem apoio norte-americano, através da USAID.

Por meio de um acordo em que a USAID aparecia como representante do Governo dos Estados Unidos da América do Norte foi criada em 1962 a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB), "com recursos oferecidos pelo Acordo do Fundo do Trigo Estados Unidos/Brasil" (VALLA, 1986, p. 90).

Essa Companhia de Habitação, que se tornaria um protótipo nacional para o setor, foi uma saída conservadora e um de seus inspiradores brasileiros foi o Governador Carlos Lacerda, do Estado da Guanabara, inimigo político declarado do Governo Federal à época. Desse modo, é fácil compreender como a COHAB-Guanabara e suas similares criadas em outros estados brasileiros jamais resolveram o problema da falta de habitação no país, posto que fora criada como um dos instrumentos do conjunto de ações empreendido pela classe dominante visando à tomada do poder legal.

Além disso, o trabalho desestabilizador teve outros focos de ação e vinha sendo construído desde a década anterior a fim de garantir os interesses econômicos norte-americanos¹, manifestando-se agudamente em 1961.

Sobre o interesse desses beneficiários, há fatos que mostram aspectos de sua contrariedade. Eduardo Galeano (1988, p. 168) afirma que:

¹ GALEANO (1988, p. 167), afirma que: "Em 1952 o acordo militar assinado com os Estados Unidos proibiu o Brasil de vender as matérias-primas de valor estratégico - como ferro - aos países socialistas. Esta foi uma das causas da trágica queda do Presidente Getúlio Vargas, que desobedeceu esta imposição vendendo ferro à Polônia e Tchecoslováquia, em 1953 e 1954, a preços muito mais altos do que os que pagavam os Estados Unidos".

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[...] no dia 21 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros assinou uma resolução que anulava as ilegais autorizações dadas de favor à Hanna [Mining Company] e restituía as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional. Quatro dias depois, os ministros militares obrigaram Jânio Quadros a renunciar.

As conseqüências disso, em face da difícil aceitação pelos representantes do capital estrangeiro, da posse do vice-presidente João Goulart, foram: a) a criação de um regime parlamentarista de ocasião para que Goulart assumisse o cargo de Presidente da República do Brasil; b) o retorno ao presidencialismo após um plebiscito junto à Nação brasileira e c) a ruptura da legalidade com o Golpe de Estado de 31 de março de 1964 (SILVEIRA, 2004).

Sobre esse momento, Galeano enfatiza um quadro de relativo terror que assombra o país, a fim de assegurar os interesses de companhias sediadas nos Estados Unidos. Segundo ele:

[...] Depois que se cansaram de lançar na fogueira ou no fundo da Baía da Guanabara os livros de autores tais como Dostoievski, Tolstoi ou Gorki, e após terem condenado ao exílio, à prisão ou à morte uma quantidade incontável de brasileiros, o recém-instalado regime militar de Castelo Branco pôs mãos à obra: entregou o ferro e todo o resto. A Hanna recebeu seu decreto no dia 24 de dezembro de 1964 (GALEANO, 1988, p. 170).

Desse modo, os anos da década de 1960 que começaram dentro de um processo de pleno uso de liberdades políticas nunca antes visto ou vivido no País, viram também a implantação de uma obscura tirania política jamais conhecida no Brasil. Esse período de trauma político e social tem registros impressionantes do estágio de retrocesso democrático que o país sofreu até o final da década dos anos sessenta, como por exemplo ²: a determinação, através do ato institucional n- 3, de fevereiro de 1966, das eleições indiretas para governador e a nomeação de prefeitos das capitais; a imposição da inelegibilidade, em maio de 1966, através do ato complementar n- 9; a perda pelos empregados do setor privado da estabilidade do emprego, em setembro de 1966; a

² A cronologia de eventos políticos e econômicos apresentada neste capítulo utiliza-se, como fonte, da compilação realizada por Bernardo Joffily e publicada em ISTO É BRASIL 500 ANOS. E a cronologia referente aos fatos educacionais utiliza-se, como fonte, da compilação elaborada por José Luiz de Paiva Bello.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

criação em janeiro de 1967 do Conselho de Segurança Nacional, como instrumento de sustentação do regime militar; a imposição em março de 1967, de uma Constituição ditada pelo governo de então. Em abril de 1968, o Presidente da República manda apreender livros e jornais que não eram de agrado do Governo; em 21 de junho de 1968 foi realizada grande passeata no Rio de Janeiro cuja bandeira era mais verbas para a educação; para contrapô-la o Governo promoveu dura repressão com a morte de 28 pessoas; no mês seguinte o Governo proibiu quaisquer manifestações públicas em todo o país; no mês de setembro o Governo aprova um projeto de reforma universitária ao seu gosto; em novembro desse ano foi criado mais um órgão da repressão às liberdades de expressão: o Conselho Superior de Censura; em dezembro de 1968, o Governo baixa o ato institucional nº 5, o qual ficou marcado como o símbolo de maior violência política de todo o período da ditadura iniciada em 1964, pois negava a existência do estado de direito, expressão maior da barbárie antidemocrática. Em fevereiro de 1969, o decreto nº 477 visa emudecer as lideranças estudantis, cujas manifestações de inconformidade eram tomadas como atos subversivos, com potencial de desestabilização do regime; por esse decreto o estudante subversivo ficava proibido de matricular-se por três anos em qualquer curso superior. Em setembro, a junta militar que respondia transitoriamente pela Chefia do Estado, em face da interdição, por doença, do então Presidente da República, aprova a nova Lei de Segurança Nacional, incluindo as penas de morte, prisão perpétua e banimento.

Os anos da década de setenta, sob o ponto de vista político, foram de continuidade do regime de exclusão. Com ele deu-se em boa parte dos primeiros anos da década, além da supressão de direitos constitucionais, um crescimento da brutalidade repressora e um forte acento nas torturas aos presos políticos.

A sociedade brasileira continuou submetida ao jugo da ditadura, à censura a imprensa, ao impedimento da livre circulação de idéias. Em janeiro de 1970, a Câmara Federal, funcionando precariamente, como na maior parte do período ditatorial, aprovou o decreto-lei da Censura prévia a livros e periódicos. Neste contexto, havia um aparente benefício a parcelas da classe média silenciosa. A perseguição política e policial a

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

estudantes, professores e jornalistas, atingiu um estágio quase insuportável.

A essa altura, as estruturas repressoras estavam fortemente estabelecidas e “regulamentadas”, de modo que novos instrumentos “legais” de fortalecimento ao regime passaram a ser editados mais raramente. No entanto, novos textos disciplinares foram estabelecidos para dar “visibilidade” ou reafirmar a força do governo ditatorial. Assim, em abril de 1973, um órgão da estrutura repressora do Estado, a Polícia Federal, através de portaria, obrigava a que toda edição de revista passasse pelo escrutínio da censura, antes de sua publicação. Assim, a liberdade de pensamento, de qualquer pensamento, estava completamente engessada.

Da metade da década em diante, a partir de 1975, começam a ser construídas outras formas de resistência política à ditadura, além de ações de natureza militar (guerrilhas), como forma de dar visibilidade ao desejo de retorno ao estado democrático de direito, que permitisse ao país reorientar-se pelos parâmetros da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, da qual o Brasil foi um dos primeiros países signatários.

Nesse momento, é principalmente a classe trabalhadora que retoma a iniciativa política ao se manifestar contra o arrocho salarial e a repressão violenta que vinha ocasionando o assassinato lento de algumas lideranças sindicais.

Os anos da década de oitenta, começam a ver o desgaste da dureza do regime militar. Em fevereiro de 1980 o Conselho Nacional de Censura libera o filme Encouraçado Potemkin, cuja exibição estava proibida no país desde o ano de 1967.

O ano de 1984, começa com forte mobilização popular e foi marcado pelas manifestações em defesa das eleições diretas para Presidente da República, num movimento que ficou conhecido como *diretas já!* Apesar de toda a mobilização popular que se desenrolou, a eleição de Presidente da República foi ainda indireta, como em todo o período ditatorial, e mais vez feita no parlamento, dela resultou a vitória do candidato Tancredo Neves, que não chegou a tomar posse, galgando o posto de

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Presidente da República o vice de sua chapa o Sr. José Sarney.

Com Sarney começa o novo ciclo de eleição e posse de Presidentes civis e o esforço pela superação dos infortúnios nacionais causados pelos vinte e um anos de exercício militar do poder de estado no Brasil. Um marco desses esforços deu-se com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte em fevereiro de 1987, cujo texto final foi promulgado como a Constituição brasileira em outubro de 1988.

No final da década, foi realizada a primeira eleição direta para Presidente da República, pós Golpe civil militar de 1964. Politicamente, toda a década de 1980 foi voltada à reconstrução de uma ordem democrática e à redução dos transtornos políticos que a população se acostumara a sofrer desde a metade da década de 1960.

Os anos da década de 1990 foram pobres sob o ponto de vista de uma política voltada para a ampliação dos direitos e benefícios à população, a qual nutria expectativa fortemente positiva em torno da atuação do primeiro presidente eleito por voto direto, depois de três décadas. Toda a ação política, ou quase toda ela, foi obscurecida pelo projeto internacional do neoliberalismo implantado no Brasil, iniciando-se já no final da década anterior, continuada pelo governo Collor e sendo aprofundada nos dois mandatos de FHC, que ultrapassaram a década.

Quanto ao Cenário econômico, o Brasil vê no início dos anos 1960 um quadro de crise, com um visível esgotamento, em 1962, do crescimento econômico implementado ao longo dos anos de governo de Juscelino Kubistscheck.

Este quadro expunha que era pouca a sustentação, ou base interna, para a formação de um mercado brasileiro capaz de suportar os níveis exigidos para os maciços investimentos realizados durante o Governo de Juscelino, especialmente pelos aspectos apontados por Natal e Canuto Filho (1985, p. 60-61), ou seja:

1. a alta concentração de renda prevalente e a inexistência de capas médias de renda suficientes para a constituição de um mercado

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

'significativo' para a indústria de bens de consumo capitalista; e
2. a ausência de esquemas de financiamento de curto e longo prazo, nos moldes exigidos pela maturidade industrial alcançada.

Diante disso, a economia interna do País, pelos rumos que lhe fora dado, exigia uma reorientação capaz de formar um mercado capitalista ainda enquadrado dentro de um sentimento nacionalista forjado ao longo dos anos da décadas de quarenta e cinquenta.

Esta situação contraditória tomou a direção capitalista de viés internacionalista a partir de 1964, com a ocupação, pela força militar, do poder político do estado em decorrência da derrubada do Governo legalmente estabelecido. A propósito, Natal e Canuto Filho afirmam que "A partir de 1964, sob o juízo da força, houve um definitivo redirecionamento do processo de acumulação em prol do capital multinacional" (NATAL; CANUTO FILHO, 1985, p. 61). Nesse período, um dos principais agentes de financiamento externo ao Brasil foi a USAID, isto é, um órgão do Governo dos Estados Unidos da América direcionado ao financiamento externo a governos de países politicamente dependentes.

Com essa postura assumida pelos herdeiros imediatos do golpe civil militar de 1964 foi forjado um processo de ordenamento econômico o qual levou ao desempenho que veio a ser denominado 'Milagre' econômico, correspondente ao período de 1968 a 1973. Esse processo foi sustentado pela entrada maciça de capitais, a despeito de que o País deles não necessitasse para investimentos imediatos, na medida em que apenas no final da década de 60 "é que foi esgotada a capacidade ociosa herdada do período JK" (NATAL; CANUTO FILHO, 1985, p. 63).

A partir de uma decisão politicamente questionável, chegar-se-ia no final do anos da década de setenta a uma dívida externa perigosamente sem controle, no limite do impagável e sem que se tenha feito qualquer operação consistente no sentido de estender os benefícios do capitalismo à ampla maioria da população brasileira.

Desse modo, sob o ponto-de-vista econômico, os primeiros anos da década de sessenta foram para o Brasil um emaranhado de equívocos decorrentes da impossibilidade de

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

reação da sociedade que se via confundida pelo Governo a partir de uma leitura pouco realista do movimento internacional do capital (NATAL; CANUTO FILHO, 1985, p. 61). Nos últimos anos dessa década a população não podia reagir às questões econômicas face à opressão política orientada pelo capital internacional e realizada pelos militares.

Em relação à situação da economia, os anos da década de 1970, no Brasil, representaram o momento em que o processo de substituição de importações atingiu seu ponto mais alto, como consequência de uma sucessão de iniciativas executadas imediatamente após a tomada do poder civil em 1964. Segundo entende Alcoforado (2003), nesse período os diversos governos da aliança civil militar aprofundaram a relação de mútuo interesse entre o Estado, a burguesia nacional e o capital internacional. Essa articulação fez com que a presença do capital estrangeiro tenha levado a um crescimento da produção econômica, porém associado a um acentuado crescimento da dívida externa aliado ainda a uma expansão da capacidade produtiva das empresas estrangeiras, as principais beneficiárias dos arranjos econômicos realizados pelo governo de plantão a partir do final da década anterior.

Apenas para se apreciar comparativamente, entre 1968 e 1973, o período em que se deu o chamado Milagre Econômico, o PIB do país cresceu 88,4%, o PIB per capita cresceu 60,8%, enquanto de 1962 a 1966 o PIB do país crescera apenas 1,4%. Isso estava associado à pressão dos capitalistas e investidores de origem norte-americana, alemã, japonesa e francesa, que viam no Brasil a oportunidade de fazerem a extração de vultosos lucros. O fato foi que, associado ao crescimento do PIB, feito com esses capitais especulativos, via-se aumentar a dívida externa no período, em 273%, indo de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 12,6 bilhões.

As empresas estrangeiras foram largamente beneficiadas em subsídios de importação o que permitiu enorme concentração de grandes firmas. Tomando o setor automobilístico como referência, vê-se a produção de veículos ir de 225.000 unidades para 709.000, com o aumento de 215%. Ao mesmo tempo, neste setor, fortaleceu-se mais ainda o

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

monopólio de 3 grupos estrangeiros (Volkswagen, de origem alemã; General Motors, de origem norte-americana e Fiat, de origem italiana), os quais geravam 90% da produção de carros de passeio, e da Mercedes Benz, de origem alemã que, sozinha, dominava mais de 50% da produção de caminhões.

No período de 1973-74, esgotou-se a força do Milagre Econômico, com a elevação dos preços das matérias-primas após o choque provocado pela brusca elevação dos preços internacionais do petróleo. A partir desse momento o Estado brasileiro, segundo a análise de Versiani e Suzigan (1990), “aumentou ainda mais sua influência sobre os rumos do desenvolvimento industrial” (p. 20), encetando o esforço de viabilizar a implantação de projetos de produção de carvão, não-ferrosos, álcool de cana, energia elétrica e petróleo, numa tentativa de superar os efeitos da crise energética internacional que atingia o país, por causa da dependência da importação de petróleo do exterior. Esse esforço implicava num crescimento significativo do endividamento externo, jogando para o futuro a crise de financiamento da própria dívida que ali se acumulava sobre a dos anos anteriores. No entanto, ainda mesmo na década de 1970, especialmente em sua segunda metade, já eram sentidos os efeitos da queda de crescimento da produção industrial, gerando déficit na balança comercial, o que levou o estado a empenhar-se mais ainda em liderar o processo econômico. A estagnação ou recessão que começava a se manifestar, desembocaria na chamada Década Perdida, como depois vieram a ser designados os anos da década de 1980, no que toca à economia do país. Um sintoma significativo da segunda metade da década de 1970 se manifesta na expansão das taxas anuais de inflação. No início da década fora de 19,3% em 1970, chegando 40,8% em 1978 e a 77,2% em 1979.

A década de 1980 no campo da economia, no Brasil, reitera-se, ficou conhecida como a década perdida. Estudos sobre os mais distintos setores da economia como a indústria, ou análises mais amplas referentes às contas nacionais, cobrindo uma perspectiva macro-estrutural (ALCOFORADO, 2003; DIAS; ASSIS, 2005; MORANDI; EUSTÁQUIO, 2002), mostram um país em processo de desaceleração de produção, renda e consumo. Isso, de certo, vai traduzir-se nos vários esforços governamentais em

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

encontrar formas de superação, seja com reorganização das contas, renegociação e sustação do pagamento de dívidas etc.

Novamente, olhando-se a partir de um sintoma, que se transforma em termômetro para analisar os males do país, vê-se a inflação do ano de 1980 atingir o montante de 110,2%. Este fato, de viver em maio a um índice anual de inflação de três dígitos, até então nunca ocorrera na história do Brasil. O desajuste das contas tem uma fonte, a dívida externa agravada com o ciclo então ainda corrente, até 1985, dos governos da ditadura civil militar. A dívida passa a ser um sério problema, uma vez que o país não conseguia honrar seus compromissos e a dívida tinha parte de seus juros sofrendo capitalização, num ciclo interminável exigindo a geração de muita riqueza para pagar juros de juros. Imediatamente, os credores elevaram os juros que cobravam do país. A taxa básica de juros dos Estados Unidos da América (tomada como o padrão mundial para fins de indexação dos empréstimos), que era de 5,3% em 1979, atingira o pico de 21,5% ao ano em maio de 1981 e recuara para 15% em 1983. Ainda assim, ficara três vezes mais cara do que era há quatro anos. Sob todo o tipo de ameaças e pressões dos credores e de seus intermediários, estes representados pelo FMI, o governo brasileiro promoveu, no âmbito interno, uma série de arrochos, que afetavam a população: corte de gastos públicos, liberação de taxas de juros, elevação de tributos, desvalorização da moeda, sonegação de reajustes salariais, o que levou a uma crise recessiva sem similar com qualquer momento dos cinquenta anos anteriores.

Como efeito do quadro que se instalou, caiu a produção industrial (-10,4% na indústria de transformação; - 27,2% no setor de bens duráveis). Tomando mais uma vez o setor automobilístico, como espelho para a análise, vê-se sua produção encolher em 33% de 1980 para 1981, reduzindo a 780.000 o número de unidades fabricadas neste último ano, em comparação aos 1,2 milhão de veículos fabricados no ano anterior.

Nesse período, as empresas do setor automobilístico despedem quase um quarto de todos os seus empregados. O desemprego passou a ser muito grande. Em todos os setores da economia, verifica-se a ocorrência de ondas de saques e retomadas de greves,

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

o que motivou a junção dos esforços de sindicatos e centrais sindicais de todo o país, na maioria dos ramos de atividades, postando-se contra o desemprego, o arrocho salarial e a carestia.

Uma vez mais, é o sintoma da inflação que demonstra a extensão do desequilíbrio. Alcança 211% em 1983 e 224% em 1984. Ela passa, então, a ser um objeto importante de interesse do discurso político que afirma a necessidade de se buscar o desenvolvimento de ações para o seu controle. Isso vai dar origem e motivação aos vários experimentos econômicos realizados a título de Planos Estabilização para o controle da inflação, cujas conseqüências, algumas de teor negativo, como o seqüestro de direitos a créditos financeiros de parte da população, a exemplo da não atualização de contas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), ultrapassaram o final do século, como objeto de demandas judiciais.

Em fevereiro de 1986, foi anunciado o Plano Cruzado, através do qual se deu a substituição da moeda do país, passando de Cruzeiro a Cruzado, fez-se, também, um realinhamento e congelamento geral de preços em toda a economia. Num instante, que durou menos de nove meses, o país viveu a ilusão de crescimento econômico, retomada dos empregos e controle de preços. Em novembro do mesmo ano, após as eleições parlamentares ocorridas nesse mês, foi lançado o Plano Cruzado II, que, oficialmente, tendo por meta ajustar o plano original, não conseguiu segurar a utopia do controle da inflação, posto que o país não pode resolver os problemas da dívida externa. Imediatamente, em janeiro de 1987, a inflação voltava à galope, com o índice de 16,2% naquele mês. Em abril foi a 20,1%. Nesse ritmo, o final do ano de 1989 foi melancólico para a economia e para todos os brasileiros e brasileiras. A inflação alcançara 1.764,9%, aparentemente suportável para os donos de capitais financeiros pelo elenco de instrumentos de gestão econômica, que incluía a correção monetária.

Na década perdida, a indústria entrou em processo de pré-coma. Seu desempenho caiu 1,6% no conjunto e em termos per capita reduziu-se em torno de 20%. Isso acentuou a constituição de uma economia informal, na qual o desemprego formal produziu uma

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

subeconomia de resistência, que denuncia a incapacidade do governo e dos capitalistas em transformar a riqueza em melhor distribuição de renda, consumo, emprego. A década de 1980, no Brasil, abriu espaço para a instalação de políticas neo-liberais promotoras de exclusão social, cada vez mais intensas, atingindo sobretudo às camadas mais carentes economicamente, levando à desmontagem de parte da estrutura empresarial e social do estado.

O quadro econômico da década de 1990 pode começar a ser apresentado com dois fatos espetaculares: o choque na economia e o choque emocional na população brasileira, representado pelo jamais esquecido Plano Collor. Em 16 de março de 1990, em mais uma das tentativas do poder executivo federal, de controlar os números crescentes da inflação, foi lançado esse devastador plano econômico. Através desse experimento social, a população que dispunha de ativos financeiros em contas bancárias, corrente e de poupança, foi submetida ao vexame de ficar sem a capacidade ou ter limitada a sua capacidade de movimentar seus recursos monetários, para qualquer uso. A intenção inicial dos formuladores do tal plano era de que durante dezoito meses esses recursos não fossem movimentados e a partir daí seriam liberados em parcelas, sendo os titulares das contas autorizados a utilizar uma parcela mínima mensal ditada pelo governo. De uma hora para outra, todas as pessoas, exceto talvez os amigos de quem estava no governo, viram-se num estado de perplexidade inimaginável, por sentirem-se invadidas em sua privacidade. Por esse mesmo pacote, a denominação da moeda mudou pela terceira vez em menos de cinco anos e de Cruzado Novo voltou ao antigo nome Cruzeiro.

O baque foi profundo mas não modificou de imediato a situação de dificuldade econômica vivida pela maior parte da população. O salário mínimo em valores reais de março de 1992 foi inferior em 31,7% ao que era pago em 1980. Apesar do estardalhaço feito em seu lançamento, o Plano Collor entrou em descrédito político e seus autores caíram em descrédito moral, pois reduziu inicialmente mas não segurou a inflação que já registrava 3,3% em abril, 5,4% em maio, 9,6% em junho, 10,8% em julho e em dezembro ficou em torno de 20%.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Bem no início do ano de 1991 foi lançado o Plano Collor II, com novo congelamento de preços e salários, fim do mercado financeiro de curto prazo (overnight) e a elevação dos juros. Novamente, como num filme que sempre se repete, a inflação reduziu-se nos dois primeiros meses após o lançamento do pacote, mas já em abril voltava aos 5% e continuava a subir nos meses subsequentes. O governo não conseguiu quebrar o ciclo inflacionário nos três anos iniciais da década. Isso manteve e, em alguns momentos, aguçou a recessão, o desemprego, a quebra de empresas, estas esmagadas por uma política de abertura às importações.

Esse quadro econômico, assim caótico, contribuiu em grande parte para o enfraquecimento do então presidente, que foi obrigado a abandonar o Governo. Com sua saída, e a continuidade do Governo sob o comando do até então vice-presidente, a economia começou a reagir muito lentamente e culminou com a apresentação do Plano Real, também nome novo da moeda do país, já no primeiro Governo FHC, iniciado em 1994.

Como busca de seu próprio sucesso, os formuladores do Plano Real tentaram evitar o uso de todas as alternativas já empregadas nos Planos anteriormente tentados, iniciados pelo Cruzado. Isso não afastou a economia de sobressaltos, como em 1997, provocado pela quebra da bolsa de valores e o pacote recessivo, que tinha relação com a política neoliberal iniciada nos começos da década, já em 1990, e seguida por todos os anos, até o final do século.

Durante toda a década, ficava cada vez mais evidente a aceitação e implantação pelo governo brasileiro do receituário do Consenso de Washington, elaborado por técnicos do FMI, Banco Mundial e membros do Governo dos Estados Unidos da América. Segundo esse instrumento cada país deveria cumprir as dez regras abaixo:

- 1 – Fazer severo ajuste fiscal;
- 2 – Reduzir o tamanho do Estado;

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

- 3 – Privatizar o patrimônio público;
- 4 – Abrir-se comercialmente, evitando proteger sua produção interna;
- 5 – Evitar a imposição de regras internas ao ingresso de capital estrangeiro;
- 6 – Abrir-se às instituições financeiras;
- 7 – Desregulamentar sua economia;
- 8 – Reestruturar o sistema previdenciário;
- 9 – Investir em infra-estrutura básica; e
- 10 – Fiscalizar os gastos públicos.

Esse receituário, no que toca ao movimento de aceleração da dependência econômica do país e da redução dos investimentos em benefícios sociais, já fora alardeado com intensa propaganda como indispensável para o progresso econômico e terminou por fortalecer o Plano Real, o qual partira de uma base edificada entre 1992 e 1993, que levou em conta: a) o não congelamento de preços e salários, com a proibição da indexação; b) a restrição às emissões de moeda, e c) a adoção da paridade monetária: real = dólar.

Ao olhar-se para o Brasil dos anos 1990, observa-se que os princípios do Consenso de Washington foram seguidos quase que integralmente pelos dirigentes públicos, com o apoio dos parlamentos, tanto federal quanto estaduais, e também com o endosso de decisões do poder judiciário, sobretudo beneficiando os capitalistas investidores. Naturalmente, tudo isso era reforçado por propaganda enviesada, sempre contrária aos interesses das populações mais dependentes da ação do estado. Essa propaganda visava à redução de uma compreensão real dos interesses que estavam sendo atendidos, bem como de suas conseqüências para os anos seguintes, como o aumento do desemprego que, em face da reestruturação produtiva determinada pela adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais, levou a um grande aumento de produtividade simultaneamente à redução de mão-de-obra nos respectivos setores. Essa circunstância estava associada à substituição dessa mão-de-obra por máquinas inteligentes e auto-operativas, produzindo uma nova onda de desemprego, agora caracterizada como desemprego tecnológico.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

O quadro educacional brasileiro, visto também nos últimos quarenta anos do século vinte, aponta para um processo carregado de intervenções e mudanças formais legais, interferências políticas ilegítimas, reestruturações sistêmicas, como se detalhará.

Pode-se começar com a demonstração de uma possível relação entre tamanho da população, atividade econômica e oferta de educação. Em 1º de setembro de 1960 o Brasil tinha uma população residente de 70.070.457 indivíduos dos quais 44,6% habitavam em áreas urbanas. Se comparada com 1950, a população urbana crescera em torno de 60% em dez anos. No mesmo ano, isto é, 1960, a estrutura de emprego mostra que havia 54% da População Economicamente Ativa (PEA) empregada no setor primário, 13,2% no setor secundário e 32,7% no setor terciário, com este último setor tendo um crescimento em relação a 1950 de aproximados 25%. Isto aponta para a ocorrência de um processo de modernização estrutural, só possível com um suporte de educação e escolarização também crescendo em grandes passos.

Coerente com a implantação da modernização econômica no País havia um número crescente de matriculados nos níveis primário e secundário, tendo proporcionalmente crescido a oferta de vagas neste último nível. De acordo com dados de Romanelli, citados por Beisiegel (1984), em 1960 10,6% da população brasileira total estava matriculada no Curso primário e 1,68% desta mesma população no Curso secundário. Isso significava, percentualmente, um incremento de aproximadamente 20% nas matrículas no nível primário e de aproximadamente 80% nas matrículas no nível secundário, em relação a 1950.

Mas este crescimento da oferta de matrículas, que continuou ao correr da década de 1960, inclusive após 1964, gerou uma mudança substancial na qualidade dos conteúdos e processos educacionais, notadamente após o Golpe civil Militar. Um reflexo desse extraordinário crescimento das vagas nos níveis secundário e superior, é o fato de neste último nível, serem atendidos pouco mais de 100.000 estudantes em 1965 e estar aproximando-se de 400.000 no final da década, conforme dados tratados por Magrone

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

(2004). A mudança referida deu-se em decorrência dos objetivos que o Governo militar imposto à sociedade assumiu em cumprir com o seu principal parceiro econômico internacional - isto é, o Governo dos Estado Unidos da América.

Uma análise perspicaz desta questão foi realizada por Ivani Fazenda na sua pesquisa 'Educação no Brasil [nos] anos 60; o pacto do silêncio'. Ela afirma que:

[...] o período 64-69 foi (...) um período marcado pelas iniciativas que visaram assegurar a centralização das decisões governamentais, procurando transformar todas as instituições da sociedade em parceiras da concretização do projeto econômico de desenvolvimento (FAZENDA, 1985, p. 72).

Com isso,

[...] em nome da ordem econômica, todos os demais aparelhos do Estado tiveram suas funções reduzidas a plano secundário. Os aparelhos que contestavam ou impediam foram desativados (sindicatos, associações de classe, etc.); os que representavam interesses opostos, melhor dizendo, os produtores de contra-ideologia, foram vigiados (imprensa, rádio, TV, teatro) e os que exerciam nas então sociedades de tipo capitalista a função principal de formação das consciências (caso da escola) foram transformados para atuarem preferencialmente no campo da produção econômica (FAZENDA, 1985, p. 72).

Pela citação, observa-se que o pacto do silêncio foi um projeto imposto, visando obstruir consciências e canalizar o aumento de vagas na escola a um objetivo muito claro de modernizar para servir às classes dominantes e não às classes populares.

Para que não se pense que isto foi produto específico do pós-64, é interessante recordar que os interesses econômicos já se articulavam desde a década anterior, inclusive com fortes reflexos sobre a universidade.

Segundo Laura Veiga (1982, p. 31):

[...] o conflito de poder sobre a universidade brasileira tornou-se mais óbvio durante os últimos anos da década de 1950 e nos primeiros da década de 1960, quando Projetos alternativos de organização do

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

sistema universitário emergiram entre os educadores e dentro do aparato do Estado, mobilizando intelectuais, professores, setores governamentais e estudantes em torno destas propostas.

Apesar desses esforços, e da luta conjunta dos setores acadêmicos envolvidos, não se conseguiu implantar uma proposta mais avançada para a organização do sistema universitário, ainda no início dos anos 1960.

[...] em 20 de dezembro [de 1961] a luta de 14 anos, em torno da Lei de Diretrizes e Bases teve como desfecho a promulgação da lei 4.024, através da qual foi consolidada uma estrutura tradicionalista para a maioria das instituições de ensino superior. (VEIGA, 1982, p.31).

Em que pese a intensa movimentação da União Nacional dos Estudantes (UNE), e dos demais segmentos interessados na instituição universitária, nos anos de 1961 a 1963, em busca de uma definição mais clara do papel da universidade no processo de transformação da sociedade brasileira, essa tarefa permanece por ser concluída (VEIGA, 1982, p. 44), até os últimos anos do século XX.

Pode-se afirmar que este esforço foi perdido naquela oportunidade e o que o Governo passou a fazer foi uma vez mais submeter essa preocupação à imposição internacional dos consultores norte-americanos, com isso definindo-se uma reforma universitária, implantada a partir de 1968.

Através dessa reforma foi implantada no País a pós-graduação³, a qual os consultores norte-americanos já sugeriam no início da década dos anos cinquenta sua implantação como necessária aos propósitos de modernização econômica do País.

Embora existissem no Brasil em 1961 somente oito cursos nesse nível, entre mestrados e doutorados, eles funcionavam sem uma regulamentação específica. Previstos na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, a pré-condição para a sua expansão foi o parecer 977/CFE/1965 solicitado pelo MEC e absorvido pela Lei 5.540

³ "No que se refere à pós-graduação, convergiram para a Lei de Reforma Universitária:

a) a definição desse tipo de ensino pelo CFE, em 1965

b) o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (resultado de um dos acordos MEC/USAID) em junho de 1968, propondo a organização do ensino de pós-graduação no País."

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

denominada lei da Reforma Universitária (TARAPANOFF, 1985, p. 283).

Os motivos para a criação da pós-graduação, explicitados no parecer 977/CFE/65, foram extremamente claros, principalmente no item 'c', quanto à subordinação devida à expectativa de uma universidade voltada ao interesse econômico internacional. Tais motivos eram:

- a. formar professores competentes que possam atender à expansão quantitativa de nosso ensino superior, garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade;
- b. estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; e
- c. assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores (TARAPANOFF, 1985, p. 284).

Em 1965, ano em que se dá a regulamentação da pós-graduação, o número de cursos chegara a 38, sendo 27 de mestrado e 11 de doutorado (FAPESP) e esses números continuaram a crescer, conforme pode-se ver no quadro 3 na próxima página. De outro lado, observa-se o maior crescimento do número de cursos de pós-graduação nas Ciências da Saúde e o pouco crescimento nas áreas de Linguística, Letras e Artes.

Os números arrolados no quadro a seguir mostram um dos traços mais marcantes que os anos 1960 trouxeram para o setor de Educação no Brasil. Até 1965 havia no país 37 cursos de mestrado e doutorado. A seguir, num prazo de 34 anos, foram criados mais 1.951 novos Cursos para atender aos níveis de Mestrado e Doutorado.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO, POR ÁREA DO CONHECIMENTO, SEGUNDO O PERÍODO DE CRIAÇÃO – BRASIL

Área de conhecimento	Período de criação dos cursos										TOTAL DE CURSOS
	Até 1965		1966-75		1976-85		1986-95		1996-98		
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	
Ci. Exatas e da Terra	7	4	69	35	21	11	50	40	18	7	262
Ci. Biológicas	5	5	37	18	36	21	46	39	10	7	224
Engenharias	7	-	51	16	23	21	54	24	13	4	213
Ci. Saúde	1	1	86	32	76	54	105	86	22	16	479
Ci. Agrárias	9	-	30	8	54	15	51	34	15	10	226
Ci. Sociais Aplicadas	4	1	38	4	34	11	28	16	5	6	147
Ci. Humanas	1	-	50	10	58	27	51	45	12	6	270
Linguística e Letras	-	-	30	15	9	6	14	12	3	7	95
Artes	-	-	1	-	3	1	8	1	1	2	17
Multidisciplinar	-	-	-	-	1	-	31	13	15	2	62

FONTE: FAPESP. Indicadores de C&T em São Paulo – 2001.

Outrossim, não é demais ressaltar que, tanto no período do governo democrático quanto no período de domínio do governo ditatorial militar, teve continuidade a criação de universidades por toda a década no país, contando-se novas 28 IES de 1960 a 1969.

Em relação à legislação escolar, em 1961, depois de treze anos de discussões foi promulgada a Lei nº 4.024, que regulamentou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O presidente João Goulart ainda vetou 25 artigos que posteriormente receberam aprovação pelo Congresso; em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação, cumprindo o artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este substituiu o anteriormente designado Conselho Nacional de Educação. Foram criados também os Conselhos Estaduais de Educação; em 1964, a Lei nº 4.440 instituiu o salário-educação, proveniente de recursos das empresas; em 1965, o Parecer nº 977 definia cursos de pós-graduação e o Decreto nº 55.551 estendia o salário-educação a todos os empregados públicos e privados.

Em 1961, também continuaram a ser implementadas novas experiências ou propostas

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

pedagógicas, surgindo os Centros Populares de Cultura - CPC, ligados à União Nacional dos Estudantes - UNE, e o Movimento de Educação de Base - MEB, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e ao governo da União. Nesse mesmo ano a Prefeitura Municipal de Natal, no Rio Grande do Norte, iniciou uma campanha de alfabetização ("De Pé no Chão Também se Aprende a Ler"), com a adoção da didática, criada por Paulo Freire, pela qual propunha-se a alfabetizar em 40 horas adultos analfabetos.

Como fomento a políticas setoriais, em 1962, foram criados o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire; em 1964, foi criado o Plano Nacional de Alfabetização - PNA, ainda no governo do Presidente João Goulart, e extinto após o Golpe civil militar.

Uma ação de caráter nitidamente intimidatório e repressor foi implementada, visando ao enquadramento ideológico e político dos membros da instituição escolar e universitária. Dessa pesada atuação da ditadura civil militar, pode-se destacar que: em 1964, a Universidade de Brasília - UnB foi invadida por tropas militares. O reitor Anísio Teixeira foi destituído do cargo e substituído pelo professor Zeferino Vaz, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Este novo reitor foi indicado por Luiz Antonio da Gama e Silva, que acumulava os cargos de Ministro da Justiça e Ministro da Educação e Cultura. Em 1965, a Universidade de Brasília - UnB foi novamente invadida por tropas militares, visando reprimir uma greve de professores e alunos contra atos autoritários da reitoria, motivando a que duzentos e dez professores da Universidade de Brasília pedissem demissão coletivamente em sinal de protesto diante da situação reinante. No mesmo ano, tropas da polícia invadiram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP, destruíram equipamentos e prenderam diversos professores e alunos; em 1966, foi promulgado o Decreto-Lei nº 53 objetivando a reforma universitária, caracterizando a universidade como instituição de ensino e pesquisa. Esse instrumento determinou ainda que fossem feitas na universidade mudanças de organização, sob o argumento de que era necessário

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

evitar “desperdícios de recursos”; em 1967, foi promulgado o Decreto-lei nº 252, no bojo da reforma universitária e criando a estrutura de departamentos; também foi constituída uma comissão, conhecida como "Comissão Meira Mattos", para analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, notadamente nas universidades. Em 1968, grupos paramilitares de direita, do Comando de Caça aos Comunistas - CCC, protegidos pela polícia, invadiram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP, depredaram o prédio e provocaram a morte do estudante José Guimarães; a polícia cercou a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e prendeu cem estudantes no estádio do Botafogo Futebol e Regatas; a Universidade de Brasília foi invadida pela terceira vez, com muitos alunos feridos gravemente, parlamentares espancados e a prisão do estudante Honestino Guimarães, morto pela polícia em 1973; ainda em 1968, foi formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU, cujo projeto transformou-se na Lei nº 5.540 e depois regulamentado no Decreto-lei nº 464; o Decreto nº 63.341, de 1º de outubro, fixou critérios para a expansão do ensino superior; a Lei nº 5.540, de 28 de novembro, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média; o Decreto-lei nº 405, de 31 de dezembro, fixou normas para incremento de matrículas no ensino superior; em 1969, vários professores da Universidade de São Paulo foram aposentados compulsoriamente. Entre esses docentes encontravam-se Bolívar Lamounier, Florestan Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes, Manuel Maurício de Albuquerque, Maria Yeda Linhares, Míriam Limoeiro Cardoso, Bento Prado Júnior, Caio Prado Júnior; em 1969, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 477, aplicado aos professores, alunos e funcionários das escolas, proibindo qualquer manifestação de caráter político; a intenção era de proibir o protesto estudantil, em uma época em que a juventude internacional tinha como lema: É proibido proibir!

Associado a isso, havia um visível esforço governamental de considerar criminosas as atividades do movimento estudantil, com uma intensidade de ações repressoras após o Golpe civil militar implantar a ditadura: em 1964, a ditadura civil militar coloca na ilegalidade a União Nacional dos Estudantes - UNE e cria os Diretórios Acadêmicos - DAs, restrito a cada curso, e o Diretório Central dos Estudantes - DCE, no âmbito da

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

universidade. Com isso, eliminava-se a representação estudantil em nível nacional bem como pretendia-se sufocar qualquer tentativa de ação política. O lema do governo ditatorial era "estudante é para estudar; trabalhador para trabalhar"; também nesse ano, a sede da União Nacional dos Estudantes - UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, foi invadida e incendiada; em 1968, o Restaurante Universitário Calabouço foi invadido e o estudante Edson Luiz Souto foi assassinado pela polícia; no mesmo ano, os estudantes fizeram na cidade do Rio de Janeiro a "Passeata dos Cem Mil", ferozmente reprimida pela polícia; a polícia descobriu que estava sendo realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes - UNE em Ibiúna, São Paulo, e prendeu cerca de novecentos estudantes.

Nessa década, sentia-se que a interferência dos Estados Unidos da América sobre a educação brasileira ocupava todos os espaços possíveis, por meio da USAID. Os acordos MEC/USAID, atingiram todos os níveis educacionais no país, naquela década, com diferentes formas de execução dos processos de intervenção: em 1964, o acordo do Ministério da Educação e Cultura - MEC/United States Agency International for Development - USAID para Aperfeiçoamento do Ensino Primário, visava à contratação de 6 assessores americanos por dois anos; em 1965, o acordo MEC/Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CONTAP/USAID para melhoria do ensino médio, previa assessoria técnica americana para o planejamento do ensino e treinamento de técnicos brasileiros nos Estados Unidos; fez-se acordo MEC/USAID para dar continuidade e complementar com recursos e pessoal o primeiro acordo para o ensino primário; fez-se acordo MEC/ CONTAP/ USAID de assessoria para a expansão e aperfeiçoamento do quadro de professores de ensino médio no Brasil; fez-se acordo MEC/ USAID de assessoria para modernização administrativa universitária; fez-se acordo MEC/ INEP/ CONTAP/ USAID sob a forma de termo aditivo aos acordos anteriores para aperfeiçoamento do ensino primário; fez-se acordo MEC/ SUDENE/ CONTAP/ USAID para criação de um Centro de Treinamento Educacional em Pernambuco; em 1967, fez-se acordo MEC/USAID de reformulação do primeiro acordo de assessoria à modernização das universidades, sendo substituído por assessoria do planejamento do ensino superior; fez-se acordo MEC/CONTAP/USAID de cooperação

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

para a continuidade do primeiro acordo relativo à orientação vocacional e treinamento de técnicos rurais; em 1968, fez-se acordo MEC/USAID para dar continuidade e complementar o primeiro acordo para desenvolvimento do ensino médio.

Esses vários acordos entre o Brasil e os Estados Unidos geraram reações, em particular por seu exagerado intervencionismo. Em relação às reações aos acordos MEC/USAID, há registros de que: em 1966, os estudantes realizaram um protesto geral contra os tais acordos; em 1968, o deputado Márcio Moreira Alves publicou o texto "O Beabá do MEC/USAID", tornando público os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency International for Development - USAID. Também pode-se ver que esses acordos com a USAID atingiram outros setores, voltados para ações de educação e produção de material didático. Com isso, além do MEC, houve relação daquela Agência com outras instituições e órgãos do governo brasileiro: em 1966, fez-se acordo do Ministério da Agricultura/Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CONTAP/ United States Agency International for Development - USAID para treinamento de técnicos rurais; em 1967, fez-se acordo MEC/Sindicato Nacional dos Editores de Livros - SNEL/CONTAP/USAID de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais.

No bojo desse processo, houve ações destinadas a ampliar a atuação das universidades, para fora de seus muros. Dentre essas iniciativas, em 1966, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN criou o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC; foi organizado o Projeto Rondon a partir do I Seminário de Educação e Segurança Nacional, promovido conjuntamente pela Universidade do Estado da Guanabara e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército e no mesmo ano saiu a primeira expedição do Projeto Rondon à Região Norte do país.

Dois outros itens que foram do interesse do governo federal já na década anterior continuaram a receber atenção: 1) a alfabetização, sendo realizado em 1963, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, em Recife; em 1967, a criação pela Lei nº 5.370 do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, com objetivo

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos; 2) a pré-escola, sendo fundados em 1968, os Centros de Atendimento ao Pré-Escolar - CAPEs, pelo Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial de Educação Pré-Escolar - OMEP. Em 1969, o Decreto-Lei nº 574 proibiu as instituições educacionais de promoverem redução de suas vagas iniciais.

Nessa década, o quadro educacional era visivelmente muito mais complexo que o da década anterior e muito mais direcionado aos interesses econômicos estrangeiros. Os embates políticos tiveram reflexos muito fortes, sobretudo, no espaço do sistema universitário, em franca expansão, e começando a abrir-se efetivamente para o acesso das camadas mais pobres da população ao ensino superior.

O ano de 1970 encontrou no Brasil uma população de 93.139.037 habitantes, com um percentual de 55,92% residindo em áreas urbanas, ou seja 52.084.984 pessoas. A população economicamente ativa totalizava 29.545.293 indivíduos. O número absoluto e o percentual de matrículas ofertadas, neste ano inicial da década, alcançavam: para o ensino fundamental, considerados os dois ciclos, isto é, de 1ª. a 4ª. Série e de 5ª. a 8ª. Séries, a 15.900.000 indivíduos, representando 17,07% da população; no ensino médio, a 1.100.000 indivíduos, ou meros, 1,18% da população e para o ensino superior a 400.000 indivíduos, ou insuficientes 0,42% da população (MAGRONE, 2004). Percentualmente, considerando tais valores em comparação com os de 1920, percebe-se que, em 50 anos, houve um crescimento expressivo do percentual da população que tinha a chance de ingressar na escola. Tal circunstância aponta para o fato de que nos anos iniciais da década de 1970, a despeito do quadro político opressivo, houve ampliação do investimento em educação, incluída a implantação do MOBREAL. Tais investimentos ainda que tímidos, de certa forma auxiliaram na soma de caminhos que construíram a distensão política do final da mesma década. Além disso, sinalizavam de algum modo, e a passos lerdos, o interesse da sociedade em reencontrar o caminho do fortalecimento das práticas democráticas.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Ao correr dos anos da década de 1970, constata-se que os dados sobre o ensino superior apresentam números relativamente maiores que em outros períodos históricos no país, iniciando-se a década com a oferta de 400.000 vagas nesse nível de ensino. Por um lado, isso aponta para a satisfação da progressiva demanda social por buscar a capacitação universitária e, por outro lado, mostra os benefícios que esperavam todos os indivíduos que se envolveram no movimento encetado nos primeiros anos da década de 1950 em torno da criação de universidades nos Estados que ainda não as possuíam. Mais do que isso, havia também a percepção de que os setores da economia mais desenvolvidos requeriam pessoal com escolarização cada vez maior.

Essa movimentação em torno da educação formal, com o aumento do acesso a graus cada vez mais elevados refletia os demais movimentos existentes no mundo. Sobre isso, mesmo a mais rigorosa censura à imprensa não conseguia impedir, completamente, que na sociedade os estratos médios, principalmente os acadêmicos e profissionais atuantes nos altos escalões do próprio governo e das grandes empresas estatais e filiais das grandes empresas mundiais instaladas no país estivessem se dando conta do perigo de regressão econômica. Os vários interesses em jogo, sob o jugo da pressão econômica internacional exigiam que a educação sofresse progressivas adaptações como resposta à industrialização e racionalização da produção. Para isso, havia no centro do poder o sentimento de que deveriam ser redefinidas as estruturas de ensino, o projeto de universidade, especialmente levando a sociedade a fornecer para si própria, não apenas quadros técnicos suficientes para compreender, executar e empreender atividades, assim como para produzir conhecimento, inovação e adaptação de tecnologia.

Nessa década, de 1970 a 1976, foram criadas mais nove novas universidades pelo país.

Ainda em relação a questões universitárias, em 1970, o Decreto nº 68.908 criou o vestibular classificatório como estratégia para resolver a crise dos chamados "excedentes"; em 1971, o Decreto nº 68.908 dispôs sobre o concurso vestibular, fixando as condições para o ingresso na Universidade.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Uma vez mais, o governo, mostrando a dificuldade de lidar com o movimento estudantil, mandou, em 1977, que a polícia bloqueasse o "campus" da Universidade de São Paulo para que não se realizasse uma reunião de estudantes. A reunião foi transferida secretamente para o "campus" da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que foi invadido pela polícia, tendo sido presos vários estudantes e duas estudantes ficaram gravemente feridas à bomba.

Também o estado de transformação legal do quadro educacional na década merece acurada atenção. Assim, no tocante à legislação educacional, em 1971, foi promulgada a Lei nº 5.692 que regulamentou o ensino de primeiro e segundo graus. Entre outras determinações, a Lei nº 5.692 ampliou a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, aglutinou o antigo primário com o ginásial, suprimindo o exame de admissão ao ginásio e criou a escola única profissionalizante. Nesse mesmo ano, a Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação fixou o núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo seus objetivos e a amplitude. O Parecer nº 853 do Conselho Federal de Educação definiu a doutrina de currículo, indicou os conteúdos de núcleo comum, apresentou o conceito de matéria, orientou suas formas de tratamento e integração, indicou os objetivos das áreas de estudo e os do processo educativo, remetendo-os ao objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus e aos fins da educação brasileira. Em 1975, o Parecer nº 76 do Conselho Federal de Educação propôs habilitações básicas referentes a determinadas áreas profissionais, dando ênfase entre a educação geral e a formação especial e o Parecer nº 1.600 do mesmo Conselho recomendou a habilitação em nível de 2º grau para o magistério pré-escolar. Já, o Parecer nº 4.833 do CFE reforçou e esclareceu os conceitos e a organização curricular, na forma estabelecida pelo Parecer nº 853/71. Em 1976, a Resolução nº 58 do Conselho Federal de Educação determinou a inclusão obrigatória da Língua Estrangeira Moderna no currículo de 2º grau. Em 1977, o Parecer nº 540 do Conselho Federal de Educação explicou o tratamento dos componentes determinados pelo Artigo 7º da Lei 5.692/71, descaracterizando-os como disciplinas e enfatizando-os como elementos educativos. Em 1978, a Portaria nº 505 do Ministério da Educação aprovou diretrizes básicas para o ensino de Moral e Cívica nos cursos de 1º e 2º graus e de Estudos de Problemas

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Brasileiros nos cursos superiores. Em 1979, a Resolução nº7 do Conselho Federal de Educação reviu as últimas séries do 1º grau e alterou a nomenclatura dos conteúdos Integração Social e Iniciação às Ciências para, respectivamente, Estudos Sociais e Ciências. A partir dessas orientações, as antigas nomenclaturas passaram a indicar não mais conteúdos, mas forma de tratamento das matérias, dando nova redação ao Artigo 5º da Resolução nº8/71.

Em síntese, a legislação educacional e as questões com a educação pré-escolar ocuparam uma atenção significativa nos anos da década de 1970.

Em 1º de setembro de 1980 o Brasil contava com uma população de 119.002.706 habitantes, dos quais 80.436.409, representando um percentual de 67,59%, residiam em áreas urbanas. O volume de matrículas ofertadas, nesse ano inicial da década, atingia: para o ensino fundamental, considerados os dois ciclos, isto é, de 1ª. a 4ª. séries e de 5ª. a 8ª. séries, a 22.500.000 indivíduos, representando 18,90% da população; no ensino médio, a 2.800.000 indivíduos, ou meros, 2,35% da população e no ensino superior atingia 1.370.000 indivíduos, ou 1,15% da população. (MAGRONE, 2004). Percentualmente, considerando tais valores em comparação com os de 1960, após terem se consolidado os primeiros grandes esforços em torno do ordenamento de uma estrutura da educação para responder a uma atividade industrial crescente percebe-se que houve um aumento expressivo do percentual da população que pode ingressar na escola. Tal circunstância aponta para o fato de que nos anos iniciais da década de 1980, com o aumento da resistência popular contra a opressão da ditadura civil militar, houve alguma ampliação do investimento em educação. Tais investimentos em parte respondiam à expectativa de um retorno a patamares de crescente desenvolvimento econômico que não se confirmou por toda a década.

Nessa década, manteve-se a intensidade do investimento na pós-graduação. É a formação de mestres e doutores, visando fortalecer o sistema universitário e o desenvolvimento da pesquisa no país, que vai redimensionar a estrutura educacional brasileira. Os estudos sobre a pós-graduação mostram esse crescimento progressivo

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

(FAPESP, 2001; HOSTINS, 2006; ROMEO; ROMEO; JORGE, 2004), corroborando os dados históricos da CAPES. Isso tem a ver com a pressão econômica internacional que exigia o fortalecimento das estruturas educacionais do país como forma de transitar da centralidade da industrialização e racionalização da produção para o mundo da sociedade da informação e do conhecimento, já plenamente estabelecida nos países economicamente centrais (CASTELLS, 2003).

De outro lado, em face da rearticulação política da sociedade civil e da construção e promulgação da nova Constituição Federal, todas as instâncias do movimento social se mostraram muito participativas. Nesse sentido, toma corpo o movimento docente. Ressurgem as greves de docentes em todos os níveis de ensino, com longas paralisações das aulas, por quase todo o país. Também se articulam os esforços para a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que leve em conta os interesses da maioria da população.

Durante toda a década, foram criadas somente três universidades: em 1982, a Universidade Federal de Rondônia; em 1985, a Universidade Federal de Roraima e em 1986, a Universidade Federal do Amapá.

Com relação à reforma da legislação educacional, vários aspectos antes regulados com muita rigidez foram sendo ajustados ao novo contexto de democracia política. Assim, em 1982, com o Parecer nº 342 do Conselho Federal de Educação (CFE) ressurgiu a Filosofia como disciplina optativa; a Lei nº 7.044 alterou dispositivos da Lei nº 5.692/71, referentes à profissionalização do ensino de 2º grau, implicando em algumas mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase à formação geral e o Parecer nº 618 do Conselho Federal de Educação explicou as alterações introduzidas pela Lei nº 7.044. Em 1983, o Parecer nº 108 do Conselho Federal de Educação esclareceu a questão da habilitação profissional após a Lei nº 7.044/82; o Parecer nº 170 do Conselho Federal de Educação explicou a situação dos Pareceres nº 45/72 e nº 76/75 de sua própria lavra que definiam a habilitação profissional após a Lei nº 7.044/82 e o Parecer nº 281 do Conselho Federal

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

de Educação explicou as camadas curriculares e indicou o sentido humanista da preparação para o trabalho, de acordo com a Lei nº 7.044/82. Em 1985, o Parecer nº 99 do Conselho Federal de Educação expunha a inconveniência de acrescentar ao currículo matérias por via legislativa. Em 1987, o Parecer nº 785 do CFE reformulou o núcleo comum para o ensino de 1º e 2º graus e sua Resolução nº 6/87 confirmou a reformulação do núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, revogando a Resolução nº8/71 dele próprio, dando novas diretrizes. Em 1988, foi encaminhado à Câmara Federal pelo Deputado Octávio Elisio um Projeto de Lei, que propunha a fixação das diretrizes e bases para a educação nacional, o que dá início a um amplo processo de discussão. Em 1989, o Deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto da LDB. No encaminhamento da discussão da LDB, ocorreram as CBE – Conferências Brasileiras de Educação. A primeira foi realizada em 1986 em Goiânia, Estado de Goiás; em 1987, Lauro de Oliveira Lima denuncia que na Assembléia Nacional Constituinte não tem educadores, como expressão de vigilância cidadã e, em 1988, foi realizada a segunda Conferência Brasileira de Educação em Brasília, Distrito Federal.

Em torno do processo de discussão da LDB, Pino (2008, p 21-23), afirma:

Diferentemente do que ocorria tradicionalmente nas formulações das legislações educacionais, os processos de elaboração relativos à educação na Constituinte e à nova LDB foram oriundos do Legislativo, e não do Executivo. Este espaço novo para o campo educacional e setores da sociedade, criado no Legislativo, reforçou a mobilização do movimento social na educação. Entidades do setor, já organizadas e aglutinadas em torno de interesses educacionais diferenciados, porém não antagônicos, reuniram-se no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública na Constituinte, ator importante na produção de novo campo social, espaço de construção do capítulo sobre educação na Constituinte. [...] Em vários estados surgiram iniciativas de entidades para a criação de fóruns que se articularam ao Fórum Nacional. Em momentos de definições políticas e/ou de diretrizes de conteúdo, partiam para Brasília, carvanas de professores e pesquisadores de vários estados: de universidades, de centros de pesquisa, técnicos de Secretarias de Educação, professores de educação básica e do ensino técnico, ligados aos fóruns estaduais e/ou entidades sindicais.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Além dessas ações, continuavam a ocorrer discussões sobre novas experiências e propostas pedagógicas. Nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, a primeira greve de professores ocorreu em 1980. Em vários estados deu-se manifestações tanto de docentes das redes estaduais quanto municipais, nem sempre com sucesso. Em 1988, depois de sete meses de greve os professores da rede pública estadual do Rio de Janeiro voltaram ao trabalho sem que qualquer uma das suas exigências fosse atendida.

Como se observa, os anos da década de 1980 traduzem um esforço inicial de pensar um novo projeto de educação para o país, em todos os níveis educacionais e um amplo envolvimento de todos os setores. Foi nesta década que ocorreu a tentativa de implantação da escola pública em horário integral, ainda durante o governo militar, com a criação dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs, no Estado do Rio de Janeiro, por iniciativa de Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, Governador e Vice-Governador, respectivamente.

Em 1º de setembro de 1991, a população brasileira alcançava o número de 146.825.475 habitantes. Destes, um percentual de 75,59% residiam em áreas urbanas, o que representava 110.990.990 indivíduos. O volume de matrículas ofertadas e seu percentual, neste segundo ano da década, atingia: para o ensino fundamental, considerados os dois ciclos, isto é, de 1ª. a 4ª. séries e de 5ª. a 8ª. séries, a 29.200.000 indivíduos, representando 19,88% da população; no ensino médio, a 3.800.000 indivíduos, ou meros, 2,58% da população e no ensino superior atingia 1.560.000 indivíduos, ou 1,06% da população (MAGRONE, 2004). Percentualmente, considerando tais valores em comparação com os do início da década precedente verifica-se uma pequena queda no número de vagas para o ensino superior.

Nessa década, a pós-graduação continuou a crescer em número de Programas e de alunos, especialmente em decorrência das transformações que começaram a ser implantadas no sistema de avaliação da CAPES, que redefiniu várias estratégias. O que entrou em cena foi o direcionamento das políticas de pós-graduação, visando à

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

competição por resultados em nível internacional. A ordem era reforçar os instrumentos de produção e de exposição da produção, com ensaios direcionados à qualificação dos periódicos científicos, com a redução da média de tempo de titulação de mestres e doutores, dentre outras diretivas.

Também foi nessa década que veio a ser sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, a exemplo do ocorrido na LDB de 1961, não levou em conta os interesses da maioria do povo e dos vários movimentos organizados pela sociedade, em especial pelos educadores dos vários níveis de ensino. O texto final votado e aprovado no Congresso Nacional, por pressão do Governo e dos setores privatistas da educação, partiu de uma proposta do Senador Darcy Ribeiro, nome que mais tarde passou a denominar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº9394, sancionada em 1996.

Durante toda a década, foram fundadas somente duas universidades: em 1994, a Universidade Federal de Lavras e a Universidade Federal de São Paulo. Em relação a outros aspectos no quadro educacional, observa-se a focalização acentuada nos processos e instrumentos de avaliação de toda ordem, mas também não deixam de aparecer velhos temas como a alfabetização, sinal de que o mal do século, isto é, a insuficiência de escolarização continuava a ser um problema a perseguir o país. Em 1990, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e, em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, para ser aplicado aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino. No tocante ao funcionamento da universidade, começaram a ser apontados indícios, forjados ou não, do nível de eficácia. Em 1993, uma pesquisa realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil mostrou que de 89 cursos de Direito, apenas sete formam bons advogados. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB. Em 1995, o Ministro da Educação criou um sistema de avaliação de alunos formados nos cursos superiores. O objetivo era avaliar a eficácia das faculdades. Iniciou com os cursos de Medicina, Engenharia e Direito. Através da Lei nº 9.131 foi criado o Exame

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Nacional de Cursos - ENC. Em 1996, os estudantes universitários protestaram com violência contra o "Provão" como método de avaliação das Universidades. Em 1997, a fim de fechar o circuito de avaliação em todos os níveis de ensino, obrigam-se as escolas de 2o grau também a ser avaliadas através de "Provão".

No âmbito da infra-estrutura educacional, a biblioteca escolar foi, pela primeira vez, tratada sob uma perspectiva institucional, sendo instituído, em 1998, Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE.

Como se observa, o acento do quadro educacional circunscrevia-se à implantação de uma política voltada à avaliação do trabalho docente e da aprendizagem discente, numa relação direta com a política e a economia liberais, colocada em prática pelo Governo Federal.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

4 A POLITICA DO DESCONHECIMENTO DOS PROBLEMAS SOCIAIS COMO FOCO INICIAL DA ATUAÇÃO DA ABEBD

O capítulo anterior permite ver parte do ambiente ou contexto político e sócio-econômico brasileiro em que se insere a ABEBD. De outro lado, como associação de escolas que busca fortalecer as condições de oferta de ensino de biblioteconomia, campo de formação profissional, como parte de uma tradição histórica, que ultrapassa o ambiente brasileiro, configura-se, então, como a articulação de profissionais em busca de melhores condições de trabalho.

Se for tomada a tradição histórica acima referida, isto é da constituição de um movimento docente, e for buscada uma fonte reveladora da construção de coletivos docentes, pode-se encontrar os esforços das associações de docentes de ensino primário e secundário, por exemplo, em Portugal. Isso auxilia no entendimento de um eventual perfil dessas entidades, como instrumentos de ação de política profissional. Supõe-se que é a partir do perfil identitário de uma categoria profissional em constituição, a de docente, que vai ser possível modelar quais ações dentro das escolas de Biblioteconomia então existentes requeriam uma especificidade de tratamento e de busca de respostas que viessem a afirmar sua singularidade.

Pintassilgo (2007, p.3), citando Nóvoa, auxilia nesta análise, ainda que evoque um outro ambiente e outras experiências docentes. Contudo, o que está em vista é o ideal do ator social cuja missão é a de formar novas gerações, o professor. Ele afirma, então, que:

A criação de associações de professores constituiu historicamente um dos passos mais importantes dados no sentido da profissionalização da actividade docente. O associativismo docente [...] propiciou o desenvolvimento de um contexto intelectual e afectivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade.

Evidentemente, os instrumentos de ação política através de coletivos profissionais são condicionados por várias circunstâncias, daí a necessidade de se criar canais que podem

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

auxiliar a formação e difusão de um sentimento de pertença como afirmado pelo autor. A noção desse pertencimento, que serve para fortalecer o sentimento de um coletivo composto por pares, visa a proteção contra perigos econômicos ou políticos. No início dos anos 1960 as circunstâncias que condicionavam o ambiente político e social brasileiros incluíam muitos perigos para as entidades coletivas e para os seus membros, inclusive no âmbito da segurança físico-pessoal, do que é exemplo evidente o enfrentamento com o governo a que eram forçados os docentes e estudantes universitários e suas entidades representativas no período inicial da implantação da ditadura civil militar no país. É a tentativa de atenuar esse grau de perigo no âmbito individual que estimula, para mais ou para menos, a formação de consciência política e a instrumentalização da ação pela constituição de meios para pô-la em exercício, com envolvimento ou alienando-se. Além disso, há a noção de que as associações profissionais, ou criadas em torno de objetivos profissionais, visam expressar para a sociedade a convicção profissionalista relativa a objetivos técnicos. No caso desta discussão, não se tratava mais somente do profissional bibliotecário, identificável, pelo papel social de administrador de bibliotecas, mas de profissionais de Biblioteconomia que passavam a ser envolver cada vez mais acentuadamente com outros saberes que requeriam competências específicas: as de ser docente.

Buscando entender esse desdobramento a partir da teoria e pensamento de Freidson (1998, p. 70-71), encontra-se uma via de esclarecimento. Diz:

O modelo de profissionalismo que esbocei contém alguns parâmetros interrelacionados e ocasionalmente independentes, mas a literatura que analisa o *status* e o poder de classe dos profissionais raramente vai além da discussão da renda, do prestígio e das condições de trabalho de praticantes comuns ou das atividades econômicas e políticas de corpos profissionais organizados. Esses tópicos são certamente importantes, mas há muito mais do que isso no que diz respeito a uma profissão. Seus membros não constituem um agregado homogêneo mas, antes, se diferenciam por segmentos e especialidades concretas, por circunstâncias diferentes de prática, por seus papéis de profissional comum, professor, pesquisador e administrador, e por sua relativa proeminência como líderes culturais, políticos e intelectuais dentro da profissão e no mundo leigo exterior. *Essas diferenças frequentemente se refletem em associações separadas, ou em seções*

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

dentro de uma associação, que incluem tanto as associações dedicadas aos interesses econômicos e políticos de seus membros quanto aquelas devotadas principalmente ao avanço e à comunicação de procedimentos e conhecimentos especializados e científicos.
(grifou-se)

Segundo seu enfoque, são muitas as competências que uma sociedade poderia esperar dos membros das profissões, a primeira, certamente, seria a atuação técnica, como ação finalística imediata, seguida das participações nas funções de ensino e de pesquisa e nas atividades de direção política dos interesses de seus membros. O que se tem sob exame aqui, avança essa noção. O que se observa, é o caso de inserção no âmbito das deliberações dos bibliotecários brasileiros, em seus primeiros Congressos de Biblioteconomia, do entendimento de que o ensino em Biblioteconomia, ou melhor dito, as escolas de biblioteconomia, tinham elas próprias e seus docentes, uma especificidade profissional justificadora da criação de instâncias próprias de defesa de interesses políticos singulares, com centralidade da instituição escolar. Então, mais que os profissionais, pessoas físicas, focalizava como sócios da nova entidade as escolas de Biblioteconomia.

Buscando-se outra fonte para auxiliar na percepção da circunstância, pode-se encontrar em Rennó (2003, p. 74), na argumentação de seu estudo intitulado *Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil*, a partir da teoria do capital social, que esta teoria:

[...] centra-se na idéia de que pessoas que participam de associações da sociedade civil tendem a ter mais interesse por assuntos coletivos e investem mais tempo do seu dia em atividades que incluem interação com outras pessoas.

Ao que parece tem-se vários ângulos a enxergar: num espaço coletivo, o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, constituído por bibliotecários que, em geral trabalham em pequenas bibliotecas, cumprindo vários papéis: gestor, técnico, orientador do usuário, etc. e atuando solitariamente no cumprimento desses vários papéis, é tomada a decisão de considerar que outros temas que ultrapassam o seu dia a dia, como a formação de novos bibliotecários, os processos pedagógicos para isso, a

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

legislação educacional, as práticas de ensino, etc. não são de sua alçada e, por isso, não devem merecer seu exame imediato. Recomendam, então, que os bibliotecários que já estão atuando em docência nas escolas criem um espaço político próprio, mas coberto pela instituição, para cuidar dessas questões e esperam que esses e os demais que venham a dedicar-se ao ensino de biblioteconomia deliberem, como coletivo institucional sobre esses assuntos.

É com base nessas observações, que se deve procurar entender e avaliar a posição dos criadores da ABEBD, quanto ao que postulam como as finalidades da entidade. Aparentemente, a Associação fora criada por decisão dos bibliotecários a fim de que as discussões sobre os problemas relacionados ao ensino de Biblioteconomia na universidade não viessem a contaminar a discussão das “coisas” da prática profissional dos bibliotecários. De outro lado, os professores envolvidos ainda estavam carregados com valores da experiência acumulada como bibliotecários, que, em maioria, não diferem da experiência de seus colegas, que pretendem concentrar-se mais nas coisas das práticas bibliotecárias. Nisso está, em parte a construção de uma valoração do coletivo profissional representado pelo CBBD, provavelmente para servir de espaço para audiência das questões e problemas da prática profissionais e não necessariamente como lugar de deliberações sobre a ação docente. É provável ainda, que a recomendação de criação de nova entidade tivesse em vista evitar outros enfrentamentos. Isso é ponderável, na medida em que o governo da ditadura civil militar, por atos e construção de instrumentos legais, via a universidade como espaço a ser silenciado. Nesse caso, talvez não fosse prudente à categoria profissional bibliotecária permitir que o seu espaço maior de discussão – o CBBD – viesse a ser utilizado como uma arena para extravasar as preocupações de estudantes e professores. De outro lado, pressionados a cuidar de seus destinos, esses professores e estudantes deveriam pensar formas de contar com a sua arena própria de debates. A Associação de Escolas incorporaria, então, pelo seu alcance todas as questões docentes e estudantis, a exemplo de: ampliação do número de cursos, sua inserção em instituições públicas, a abertura de oportunidades de estágios para estudantes, a profissionalização do docentes, a capacitação docentes, dentre outros problemas. Isso leva então, provavelmente, a que

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

o desenho do estatuto inicial, não apenas fosse acompanhado por um professor norte-americano (seria o Professor William V. Jackson, da Universidade de Pittsburg, USA, um funcionário da USAID?) como pudesse tomá-lo na condição de testemunha de que o estatuto aprovado seria um instrumento seguro dos propósitos do não engajamento dos docentes e das escolas de Biblioteconomia nas causas políticas de reação ao poder estabelecido. O que fica revelado na versão final desse primeiro estatuto da ABEBD é uma manifestação de “neutralidade” em relação aos acontecimentos vividos pelo país no âmbito das questões políticas e sociais. Entende-se assim, pois não dá para entender de outra forma o teor do inciso “g”, do artigo dois do primeiro Estatuto da ABEBD, de 14 de janeiro de 1967. Este artigo dispõe sobre as finalidades da entidade, que então se constituía como uma organização de representação política das Escolas de Biblioteconomia e Documentação existentes no Brasil, assim como dos professores de biblioteconomia, que individualmente nela se filiassem. Esse inciso expressa, dentre as finalidades da Associação, a de *defender os interesses das instituições que a integram sem envolver-se em problemas de ordem política, religiosa ou racial*. Essa finalidade permaneceu, sem qualquer alteração da redação, como finalidade da Associação, identificada como inciso “c”, do artigo 2º, no segundo estatuto da ABEBD, aprovado em 1977. Apenas por ocasião da aprovação do terceiro estatuto, em 1987, no inciso III, do artigo 2º, sua redação foi modificada para *defender os interesses das instituições que a integram*.

Essa singularidade, embora coerente com um estado de medo, predominante no período em que a Associação foi instituída, em face da ditadura que emanava do Golpe civil militar de 1964, manteve-se por vinte anos e somente na época em que o Poder Executivo do País era chefiado por um presidente civil, o Sr. José Sarney, o Conselho Diretor da entidade teve o ânimo de conduzir a sua modificação, num época em que já não poderia mantê-la sem ser tachado de reacionário. Já em uma época em que os professores atuantes nas Universidades Federais, por exemplo, enfrentavam, desde 1980, o Governo Federal com fortes greves reivindicatórias. Vinte anos tocada pelo medo? Assim viveu a ABEBD, de 1967 a 1987? Essa atitude, com forte probabilidade de ser verdadeira, contrasta com todo o engajamento político que envolveu os

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

participantes da construção do processo de ensino de Biblioteconomia no Brasil, desde a criação do Curso de Biblioteconomia, no Departamento de Cultura do Município de São Paulo, em 1936. É que, por exemplo, o idealizador e responsável pela constituição desse Curso, Rubens Borba de Moraes, segundo seu próprio depoimento, de abril de 1983, incorporado ao livro *A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação: 1933-1953*, fez política intensamente, durante anos e disso um dos principais frutos foi a criação desse Curso (MORAES, 2001).

Para situar o seu tipo de participação, lê-se as suas palavras:

Quando acabou a Revolução [Constitucionalista] de 1932 [em São Paulo], nós tínhamos fundado a Liga de Defesa Paulista. E a Liga de Defesa Paulista era uma coisa que Tácito de Almeida, Alfredinho Ellis e eu tínhamos inventado para fazer propaganda da revolução. E ela teve uma atitude muito ativa, naquela época de manifestos, comícios, aquela coisa toda. Então nós organizávamos aqueles comícios, aqueles manifestos, boletins, o diabo a quatro, preparando o público para a Revolução”. Veio a Revolução, todo o pessoal da diretoria da Liga de Defesa Paulista, Tácito de Almeida, Alfredinho Ellis e eu, fundamos o batalhão da Liga. Partimos então como soldados para Cunha, aquela coisa toda... Acabou a Revolução, e nós tivemos uma decepção, nós ficamos arrasados, arrasados como ficaram todas as pessoas que pensavam um pouco com a cabeça dos destinos de uma revolução. Nas discussões daquele pessoal que sobrava da Liga, nós pensávamos, partindo dessa idéia, que estava tudo errado; o que se tinha feito, para a renovação do sistema político brasileiro, estava errado por uma só razão: não havia gente informada sobre política, sobre sociologia, sobre economia, sobre, enfim, novas idéias de administrar e de conduzir a política de um país. [...] Então surgiu a idéia de fundarmos uma instituição que ensinasse coisas modernas que não eram ensinadas no Brasil, tais como: sociologia, política, estatística, administração, etc. e tal. E resolvemos fundar uma escola. Minha mania, um pouco minha mania, se ninguém sabe, é fundar escolas. A escola de biblioteconomia também partiu desse princípio. E a idéia topou. [...] Entusiasmados pelas nossas idéias, nós resolvemos reunir um grupozinho para concretizar a idéia de uma escola desse gênero e resolvemos adotar esse nome de Escola de Sociologia e Política de São Paulo e fizemos um manifesto. Um manifesto lançando a escola, explicando o que era a escola, o que ela pretendia, a formação de gente capaz de pensar politicamente os problemas brasileiros. E lançamos manifesto no jornal O Estado de São Paulo [...] Então lançamos o manifesto na página do jornal, saiu o manifesto da

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

fundação da Escola [...] (MORAES, 2001, p. 127-128)

Além dessa atuação política de inegável relevância pública, Rubens Borba de Moraes, segundo Bandeira (2007, p. 48-49), esteve envolvido com a criação da APB – Associação Paulista de Bibliotecários:

A primeira associação representante da classe bibliotecária surgiu em setembro de 1938. Fundada por Rubens Borba de Moraes, representou o primeiro passo dado no Brasil em direção ao movimento associativo, na área de biblioteconomia. [...] A APB, além de pretender agir como um organizado grupo de pressão, tinha como meta promover o aprimoramento cultural do bibliotecário, preocupação da vida inteira de Rubens Borba, e também prestar serviço aos profissionais trabalhadores em bibliotecas editando manuais técnicos.

Essa última situação explicitada por Bandeira contrasta com o impulso inicial referido pelo depoimento anteriormente citado, oriundo de entrevista de Moraes de 1983 e pode ser a interpretação da autora para a ação de Moraes. No que precede à institucionalização do Ensino de Biblioteconomia, Moraes age motivado por uma política de alcance social e público. E quando o Curso é criado, segundo esse texto de Bandeira (2007) seu impulso é motivado por uma política corporativista. No caso da validade da interpretação de Bandeira, Moraes teria reavaliado a sua atuação política. Mas sendo apenas uma interpretação que talvez não revele o íntimo pensamento e ação de Moraes, representará o modo de ver de Bandeira, o qual se ancora, provavelmente, em algum momento do processo a formação de uma matriz política própria dos bibliotecários brasileiros ao longo das décadas. A partir dessa matriz viria uma explicação possível do viés político que passa a predominar entre os bibliotecários e suas entidades, isto é, há o fortalecimento da noção de que a sociedade passa a ser mera referência potencial ou mesmo abstrata aos interesses da categoria profissional. Só assim poder-se-á entender a formulação apresentada no inciso “g”, do artigo 2, do primeiro estatuto da ABEED e no inciso “c”, do artigo 2º, do segundo estatuto, anteriormente transcrito: *defender os interesses das instituições que a integram sem envolver-se em problemas de ordem política, religiosa ou racial.*

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Repara-se esse contraste, na medida em que há um desvio significativo entre o discurso que cuida do todo social e não teme em se transformar em práticas e disposição de luta, como no discurso primeiro de Moraes e o discurso de quem já obteve conquistas corporativas e pessoais e teme perdê-las. Isso se vê na trajetória profissionalista dos bibliotecários brasileiros, ao longo dos anos 1940 a 1960, o que atenua o sentido do agir político visando ao interesse geral para uma substantivação da política de não confronto com os poderosos do momento.

Um conceito básico de política, sem um embate depurado de correntes filosóficas diversas, expressa a noção de que política é “Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos”. (JAPIASSU, H.; MARCONDES, D., 1993), como de resto está revelado no depoimento de Moraes, captado em 1983. É a defesa e implementação dessa idéia que se espera de uma categoria profissional, estreitamente relacionada aos interesses de desenvolvimento humano e material das pessoas que participam da construção de uma sociedade. Espera-se de um grupo profissional organizado, que ao pensar em qualquer incremento que favoreça a sua atuação, veja que isso tem imediata implicação com os negócios públicos e, portanto, faz política para além da defesa dos interesses das instituições de que participam, as quais estão inseridas no corpo dessa sociedade.

Partindo dessa reflexão é que se torna necessário buscar o entendimento de como a ABEBD poderia realizar essa política, somente de caráter corporativo, sem cogitar em se envolver com os problemas básicos de uma sociedade que são, em sua essência, os problemas com os quais ela própria se recusa a considerar em suas finalidades institucionais no período de 1967 a 1987, ou seja, políticos, religiosos e raciais.

Uma outra explicação possível para essa fuga, além do medo, tem o caráter sócio-genético, isto é, essa marca que aparece nas finalidades da ABEBD foi sendo constituída conscientemente ao longo do tempo, por meio de um conjunto de práticas sociais distintas e elitistas. Durante um pouco mais de três décadas, um certo

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

movimento de bibliotecários brasileiros consolidou essa noção de uma política no interior de um grupo profissional por força de várias conquistas corporativas. Desde 1932, quando se deu o momento em que tiveram início os fatos do relato de Moraes, até 1962, quando se deu a conquista da Legislação que regulamentou a profissão de bibliotecário e deu-se origem à oficialização do Currículo, foram criados vários marcos institucionais. Esses marcos traduziram-se em: novos Cursos de Biblioteconomia; certificação em 1958 pelo Ministério do Trabalho da ocupação bibliotecária como Profissão Liberal; criação de novas Associações de Bibliotecários; implantação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e até 1967, quando da criação da ABEBD, a implantação da rede para-governamental constituída pelo Conselho Federal e Regionais de Biblioteconomia. Ora, essa estratégia de fazer política sem reconhecer os compromissos políticos para com a sociedade ultrapassa, portanto, o medo dos horrores perpetrados pelos representantes da ditadura do governo de plantão, porque já estaria consolidada como cultura de grupo.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

5 METODOLOGIA ADOTADA

A pesquisa foi desenvolvida tomando como característica principal a abordagem qualitativa. Desdobrou-se em várias etapas, envolvendo coleta de dados documentários e coleta de dados através de contato pessoal, com o uso da entrevista.

O objeto proposto, a partir do problema dado, e os objetivos apontados como os pontos de chegada desta investigação direcionaram para o emprego de uma perspectiva interpretativa. Diante dessa perspectiva foram empregadas as técnicas e os instrumentos que se considerou adequados para a realização de uma coleta de dados em condições de responder a uma análise pela vertente sócio-histórica. Essa vertente está centrada na concepção de que os fenômenos encadeiam um processo e se modificam ao longo do tempo histórico criando novas figurações (ELIAS). Também está centrada na fenomenologia social, dentro do entendimento que a sociedade, nas interações que a constituem, é o resultado, dentre outros fatores, das ações comunicativas, do exercício dos papéis sociais e, portanto, de um movimento construcionista permanente que se produz como realidade (BERGER; LUCKMANN).

Tomou-se esse caminho, na medida em que os discursos obtidos, tanto inscritos em documentos formais quanto obtidos nos depoimentos pessoais, refletiam um tempo histórico de mais de três décadas de funcionamento da Associação. De outro lado, o desenvolvimento do estudo dependia do tratamento textual, de documentos escritos e das falas captadas, e a respectiva interpretação, em busca de possíveis representações sociais. Essa trajetória implicaria num esforço de extração da percepção de como indivíduos e sociedade interatuam e de como, nessas circunstâncias da realidade socialmente construída, os indivíduos movem-se representando continuamente. Tal caminho leva a se perceber como as pessoas colaboram com a constituição das figurações aparentemente novas, sobretudo fruto do pensamento produzido no âmbito do senso comum (MOSCOVICI).

O processo metodológico, então, teve como origem um agrupamento de discursos, que foram submetidos à análise a partir de uma perspectiva de que há partes que o

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

constituem. No caso, empregou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, pela qual, essas partes, também denominadas de figuras metodológicas pelos criadores da técnica, são: expressões-chave (EC), idéias centrais (IC) e ancoragem (AC) (LÉFEVRE; LEFEVRE).

Segundo a leitura de Flausino (2008, p. 95), essas figuras metodológicas, podem ser apresentadas da seguinte forma:

- (EC) – Expressões-chave são pedaços, trechos e transcrições literais do discurso que em geral estão relacionadas com a pergunta da pesquisa. Representam o conteúdo denso do discurso, são quase que uma marca pela qual as IC serão identificadas. IC e EC estão sempre unidas no discurso coletado, a primeira tem uma função identificadora e particularizadora do discurso, a segunda possui a função de corporificar de dar o sentido semântico identificado na IC.

- (IC) - Idéia Central é a figura criada para determinar a(as) expressão(ões) que concentra(m) com fidelidade a intenção do sujeito que realizou o discurso, não é uma interpretação do discurso feita pelo pesquisador, *é uma descrição (a mais sucinta possível) do sentido deste discurso, sendo que um discurso pode ter mais de uma idéia central.* A IC individualiza os discursos através dos conteúdos semânticos presentes na(s) fala(s).

(AC) - Ancoragem é uma figura metodológica oriunda da Teoria das Representações sociais - TRS, deverá estar explícita nas entrevistas coletadas, sendo usadas pelos sujeitos para poder apoiar uma determinada posição em relação ao assunto ao qual foi inquirido. Ou seja, é a identificação ou filiação com determinada corrente teórica ou filosófica em que o indivíduo se apóia para poder abordar um determinado assunto. Ocorre que nem sempre é possível filiar um determinado discurso a um corrente teórica específica, havendo então a possibilidade de existir discursos que não possuam ancoragens.

Portanto, esse perfil metodológico, ao advir das bases teóricas empregadas no estudo, implica em que, sinteticamente, resultou do entendimento de que:

a) Os fundamentos da Análise Sócio-histórica processualista e/ou (con)figuracional desenvolvida por Elias permitem ver a sociedade como o resultado do processo histórico e social, o qual se consuma pela re-configuração e criação permanente das

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

instituições e pelo controle das vontades individuais;

b) A teoria interacionista e/ou construcionista desenvolvida por Berger e Luckmann permite tomar a realidade de uma sociedade como construção decorrente das múltiplas interações realizadas pelos indivíduos que a integram, por meios dos vários processos de participação, comunicação e institucionalização.

c) Técnicas de coleta de dados e de análise de discursos, neste caso representada pelo uso da Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, desenvolvida por Lefèvre e Lefréve, permitem que se tome como fundamental a interação do pesquisador com discursos, sejam estes já estabelecidos em documentos existentes ou sejam estes obtidos na relação direta com informantes contatados e estimulados a falar livremente sobre uma ou várias temáticas, com o emprego de instrumentos de coleta, tais como a entrevista ou o questionário. No caso deste estudo, cabe explicar que a preferência por esse instrumental, sobretudo para utilização no processamento do material colhido diretamente dos informantes por meio de áudio gravação. É que se tomou a narrativa estimulada como recurso metodológico pertinente. Como explicita Bastos (2008, p. 80):

Ampliou-se [...] o interesse pelas histórias contadas em situação de entrevista de pesquisa, acreditando-se que o estudo dessas histórias em muito pode contribuir para compreender não apenas o sentido que os indivíduos fazem de si mesmos, como também sua compreensão do mundo e de suas experiências nesse mundo. Na Antropologia, na Psicologia Social, na Sociolinguística, na Linguística Aplicada, na Educação, na História e na Literatura há um interesse cada vez maior pelas “histórias de vida”, relatadas em situação de entrevista.

Ainda da mesma autora (BASTOS, 2008, p. 80-81) vale acrescentar que:

Esse interesse de diferentes disciplinas das ciências humanas e sociais pela narrativa – a chamada virada narrativa – ocorre no contexto de uma mudança de paradigma científico, que critica, por exemplo, metodologias mais tradicionais de pesquisa (a formalização, a experimentação, a quantificação), pautadas em modelos das ciências exatas. A pesquisa pós-positivista, de natureza qualitativa e interpretativa, sustenta que a complexidade envolvida nos fenômenos sociais não pode ser atingida com o aparato metodológico tradicional. A narrativa seria o elemento centralizador numa abordagem mais

humanística do estudo dos indivíduos, grupos e comunidades.

No aspecto de ordem instrumental, vale dizer também que a entrevista ao ter sido escolhida, o foi pelo compartilhamento do autor deste relatório com a singularidade representada pela entrevista segundo os termos em que Flick (2004, p. 89) a trata, especialmente acerca do seu desenvolvimento e aquisição de relevância.

Por muito tempo, nos Estados Unidos, e particularmente em períodos mais antigos da pesquisa qualitativa, a discussão metodológica girou em torno da observação como método principal para a coleta de dados. As entrevistas abertas se sobressaem na região de língua alemã e agora atraem mais atenção também nas áreas anglo-saxônicas. As entrevistas semi-estruturadas, em particular, têm atraído interesse, sendo amplamente utilizadas. Tal interesse está vinculado à expectativa de que é mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

d) Técnicas interpretativas dos discursos coletados e tratados, especialmente, os recursos oferecidos pela Teoria das Representações Sociais - TRS, criada por Serge Moscovici, permitem que se parta da compreensão de que os indivíduos constroem e reconstróem permanentemente a sociedade, contribuindo com a sua materialização institucional, como escolas, associações profissionais, sindicatos e o próprio estado. Embora para a percepção de senso comum as estruturas sociais, aí incluídas as instituições, pareçam ser mais poderosas que os indivíduos em particular, mas são os indivíduos que as constroem, as modificam sobretudo pelo pensamento e intercomunicação. Essa ação mesma é o que vem a ser representado. As instituições, por exemplo, são fruto da representação individual sobre meios ou instrumentos que possibilitariam aos indivíduos o alcance dos resultados que pretendem e que ultrapassam a possibilidade de serem atingidos pelo esforço unicamente individual. Para o pensamento de Moscovici (2004, p. 79), a Teoria das Representações Sociais:

[...] toma como ponto de partida, a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade. Seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível, a partir de tal diversidade. O cientista que estuda o universo está convencido de que existe lá uma ordem oculta,

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

sob o caos aparente, e a criança que nunca para de perguntar “por que?” não está menos segura a esse respeito. Esse é um fato: se, pois, nós procuramos uma resposta ao eterno “por que?”, isso não se deve à força da informação que nós recebemos, mas porque nós estamos convencidos de que cada ser e cada objeto no mundo é diferente da maneira como se apresenta. O objetivo último da ciência é eliminar esse “porque?”, embora as representações sociais tenham grande dificuldade de fazê-lo sem ele.

Araya Umaña e outros estudiosos da TRS, como Abric, Arruda, Calonge, Gilly, Guareshi, Hewstone, Jodelet, Jovchelovitch, Lopez Beltran, Palmonari, Sá, Semin, dentre tantos, contribuem com várias idéias sobre as Representações Sociais que, decorrentes de várias aplicações que têm desenvolvido, agregam outros aspectos como os que determinam conceitos já bem consolidados como o de Núcleo Central (Abric; Sá.). Para Araya Umaña, ao se abordar as representações sociais, partindo da TRS, lida-se com enfoques ou abordagens as quais, pela distinção, pode-se tomar como doutrinas. Desse modo, dá para considerar duas doutrinas em torno da aproximação com os conteúdos das representações: a processual e a estrutural.

A partir da perspectiva processual tem-se que:

para acceder al contenido de una representación, el procedimiento clásico utilizado [...] es la recompilación de un material discursivo producido en forma espontánea (conversaciones), o bien, inducido por medio de entrevistas o cuestionarios. Los discursos cristalizados en obras literarias, soportes periodísticos, grabaciones de radio pueden ser también objeto de análisis. (p. 49)

De outro lado, a perspectiva estrutural:

Asume características cercanas a la psicología social cognitiva [...] Desde este enfoque, el análisis de una RS y la comprensión de su funcionamiento necesitan obligatoriamente una doble identificación: la de su contenido y la de su estructura. Es decir, los elementos constitutivos de una representación son jerarquizados, asignados de una ponderación y mantienen entre ellos relaciones que determinan la significación y el lugar que ocupan en el sistema representacional. Esto implica, necesariamente, una metodología específica de recolección (p. 51).

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Todas essas contribuições tornam a TRS cada vez mais relevante como um caminho com grande potencial para auxiliar a compreensão de fenômenos em ambientes psicossociais. Desse modo, estudiosos de fenômenos originados no campo educacional escolar, no âmbito da saúde mental, assim como no ambiente das instituições dentre outros percebem na TRS uma metodologia com adequado potencial para suas prospecções intelectuais e científicas e para a produção de conhecimento.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

6 PROCEDIMENTOS EMPREGADOS

Para a realização da coleta e tratamento dos dados foram considerados os aspectos contextuais que revelavam as circunstâncias de existência e manutenção dos fundos documentais, suas condições de acesso e uso, as possibilidades de empréstimo e cópia, os meios para o deslocamento dos documentos ou do pesquisador para a coleta dos dados, assim como a facilidade de contato e diálogo com os ex-dirigentes da Associação. A seguir, será feito um breve detalhamento das etapas cumpridas e serão referidas as condições para a realização das entrevistas, os recursos empregados para a gravação das falas e sua posterior degravação, como parte do conjunto de procedimentos, técnicas e instrumentos:

6.1 - circunstâncias de existência e manutenção dos fundos documentais

A documentação primária pertencente aos fundos de uma entidade profissional pode ter distintos padrões de existência e manutenção. Uma primeira distinção diz respeito às circunstâncias de existência da entidade em questão. Se ela tem sede permanente, esses documentos estarão ao abrigo de um único ambiente. Isto lhe permite melhor condição de manutenção. Certamente, há mais rigor com sua conservação e manutenção, via de regra assegurada por um interesse mais direcionado e permanente para a questão da memória. Mas há as entidades cuja sede é rotativa, segundo o local de trabalho ou instituição onde atua seu presidente ou secretário geral. Em se tratando de uma organização local ou regional os problemas com a movimentação de seu acervo, tendem a ser menos dramáticos e o acondicionamento e manuseio do material pode ser melhor realizado.

O caso da ABEED é o de uma entidade nacional, sem sede própria e com dirigentes oriundos de quaisquer lugar do país onde houvesse curso de Biblioteconomia. Embora, inicialmente constasse de seu estatuto que sua sede seria em Belo Horizonte, essa deliberação veio a ser alterada por questões de cunho prático. Assim, o caráter rotativo da origem do presidente, que faz todo o sentido em face da constituição da entidade, fez com a que a Associação tivesse ao longo de seus anos de existência ativa 12 presidentes,

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

tendo sede provisória nas localidades onde eles se encontravam: 1967-1969 – Belo Horizonte; 1969-1971 – São Carlos – SP; 1971-1973 – Niterói; 1973-1975 – Salvador; 1975-1978 – Campinas – SP; 1978-1982 – Florianópolis e Rio de Janeiro; 1982-1988 – Recife; 1988-1991 – Porto Alegre; 1991-1995 – Marília-SP; 1995-1998 – Porto Alegre e 1998-2000 – Campinas-SP.

Esse fato provocou uma dispersão na documentação da Associação, da qual é possível encontrar-se partes em originais e cópias em diferentes lugares sem uma unidade de tratamento. Embora mantidas com o máximo de cuidado, conforme as condições que dispõem cada um dos guardiões dessa memória, está sujeita ao desaparecimento, o que torna quase insuportável o pensamento de que poderia ser esse o destino da memória de uma associação de escolas e de professores de Biblioteconomia e Documentação. Assim, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, esse fato surgiu como uma problemática a ser ressaltada, que requer um esforço de unificação dessa documentação. Considerando que a ABEBD não desapareceu, posto que não houve a sua extinção jurídica e que por uma dificuldade em colocá-la em situação de inequívoca legalidade ela foi substituída por parte de seus sócios pela ABECIN (Associação Brasileira de Ensino de Ciência da Informação), nova Associação com finalidades semelhantes às propugnadas por ela e criada em 2001, é de se esperar que a ABECIN defina estratégias quanto a essa questão.

6.2 - condições de acesso e uso da documentação

Mediante o quadro relatado no item anterior, o acesso e uso do acervo da ABEBD é muito restrito, a depender de contato com alguns dos ex-presidentes, posto que há material que está guardado tanto no âmbito da residência quanto em sala-ambiente de trabalho de ex-presidentes. Desse modo, pelo próprio processo de armazenamento, em geral em caixas e envelopes pouco padronizados, sem série documental claramente definida, com maior ou menor quantidade de pó, ainda que o acesso geral seja fornecido, o uso torna-se pouco prático.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

6.3 - possibilidades de empréstimo e cópia da documentação

Vencidos os obstáculos de acesso e localização dos documentos, de maneira geral os colegas contatados solicitamente facultaram a disponibilização dos mesmos para que se fizesse uma leitura e seleção e se procedesse a sua cópia, cuidando para que não houvesse danos ao material. As circunstâncias exigem, de um lado, essa atitude e, de outro, o cuidado até que se encontre uma saída, representada pela eleição de uma instituição que assuma o papel de guardião desse acervo.

6.4 - meios para o deslocamento dos documentos ou do pesquisador para a coleta dos dados

Na projeção dos recursos para custeio desta pesquisa não foi programado um orçamento que cobrisse os deslocamentos que vieram a se impor como necessários. Essa providência não foi tomada então em face do pressuposto de que a documentação estaria concentrada num único espaço e poderia ser acessada sem maiores transtornos, isto é, a partir de uma viagem de alguns dias para um dado local. A não correspondência entre o projetado e essa realidade da dispersão documental, implicou em que, no que diz respeito à documentação, se decidisse por buscar aquela(s) parte(s) que estivesse(m) disponív(el)eis com os dirigentes da década de 1990, fosse por uma relativa proximidade geográfica: Porto Alegre, Campinas (SP) e Marília (SP), fosse por um certo intercâmbio de trabalho entre o pesquisador e esses ex-dirigentes da ABEBD, também pesquisadores em Ciência da Informação.

Além disso, fez-se o aproveitamento do deslocamento para outras atividades, como participação em palestras ou encontros científicos, a fim de realizar as entrevistas e obter acesso aos documentos. Em uma oportunidade, no deslocamento de ex-dirigente da ABEBD para Florianópolis obteve-se a colaboração do mesmo no sentido de mandar produzir e transportar cópias de documentos que estavam sob sua guarda pessoal.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

6.5 - período de captação dos dados

Os dados para a pesquisa, em termos documentais, foram captados no período de 2006 e 2007. As entrevistas, especificamente foram realizadas em 2007, em parte auxiliadas pelas novas informações obtidas através dos documentos anteriormente compulsados.

6.6 - facilidade de contato e diálogo com os ex-dirigentes da Associação

Via de regra é muito positivo o contato com os ex-dirigentes, sobretudo pela preocupação com a possibilidade de que um trabalho com este tema suscite a constituição de uma interpretação necessária ao desenvolvimento da educação em Biblioteconomia no país. Há uma clara percepção de que a memória institucional retroalimenta as decisões sobre a organização das escolas, o desenvolvimento curricular, o sentido de identidade docente, a restauração de uma preocupação voltada para a unidade das ações políticas, destinadas a fortalecer todos os interesses sociais em torno das atividades de formação e de ação profissional.

Ademais, está vivo o sentimento de que é pela pesquisa que se promove a qualificação contínua dos trabalhos que a educação bibliotecária promove.

6.7 - condições para a realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas como tarefa adicional a outras atividades. Não foi possível a disposição de tempo ou a disposição de agendas mais folgadas, de modo a aprofundar questões que surgiram durante o próprio processo dessas entrevistas. Embora se dispusesse de um roteiro pré-estabelecido com orientação do questionamento aos entrevistados, algumas das entrevistas apontavam para aspectos que poderiam ser melhor esmiuçados. Mas em todos os casos, as entrevistas foram realizadas após a

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

participação dos entrevistados e do pesquisador em palestras de mútuo envolvimento ou em horários de intervalo de almoço em evento científico da Ciência da Informação. Isso não significa uma redução da qualidade da coleta, mas aponta para um arranjo de tempo e de meios, tornando a realização da pesquisa uma atividade de cunho voluntarista. Pelos meios e recursos disponíveis, eventualmente até pela não demanda quando da elaboração do projeto de recursos para custeio de passagens e estadia apropriados, o pesquisador terminou por transformar essa fundamental etapa da pesquisa em mais um momento de sobrecarga de trabalho. Certamente, foi uma estratégia amadora, que deverá ser superada em outros projetos.

6.8 - recursos empregados para a gravação das falas e sua posterior degravação

Em primeiro lugar, antes da apresentação dos questionamentos, solicitou-se verbalmente a cada uma das pessoas entrevistadas a devida permissão para a gravação sonora de suas respostas. Para essa tarefa foi empregado um sistema de gravação eletrônica, o *Digital Voice Recorder W-10*, da marca *Olympus*, representado por um equipamento de registro sonoro e um software de audição legível em *windows xp*. O processo de degravação ou de transcrição foi manual, a depender da audição das entrevistas e de sua passagem para um suporte tradicional de registro. Essa transcrição gerou o material escrito que veio a ser submetido à análise com a utilização do IAD – Instrumento de Análise do Discurso, um recurso da técnica do DSC, conforme a terminologia empregada pelos formuladores da técnica.

6.9 - demais procedimentos, técnicas e instrumentos

Os dados documentais foram coletados a partir de um instrumento (questionário) pré-construído. Com esse questionário foram obtidos os dados acerca das iniciativas tomadas, das relações institucionais da entidade, bem como dos fundamentos definidos para a condução dessas ações.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Os dados de entrevista pessoal foram coletados a partir de um formulário apropriado, constante em anexo, intitulado *Entrevista com dirigentes da ABEED – roteiro*. Através do uso deste instrumento levou-se o interlocutor a expressar livremente seu pensamento avaliativo acerca dos impactos que a entidade produziu na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil.

Uma vez coletados, esses dados foram transpostos para o formulário de tratamento – Instrumento de Análise do Discurso, sendo anotados nos respectivos campos:

- a) No campo das expressões-chave – as partes mais amplas e significativas do discurso/texto obtido;
- b) No campo das idéias-centrais – as estruturas verbais menores, com caráter indicial;
- c) No campo das ancoragens – as fontes teóricas, ideológicas suscitadas, que estariam suportando o discurso recolhido; e
- d) No discurso dos indivíduos – os agrupamentos dos pensamentos expressos no discurso de cada indivíduo.

Na etapa seguinte, foi construído o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) em partes, isto é, todos os discursos produzidos para cada questão e finalizando elaborou-se o DSC global. Aqui, foi consolidado o que resultou do conjunto dos discursos (documentais e pessoais) examinados e feita a interpretação que permite o conhecimento do impacto, e suas razões e a origem dessas razões. O DCS global, como se verá a seguir, traz um discurso em primeira pessoa e acentua uma composição das falas na ordem histórica dos fatos relatados nas intervenções.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

7 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Aqui se considera que o DSC encontrado responde a questões gerais tomadas como motivadoras implícitas da realização da pesquisa. Essas questões estavam subsumidas ao título seguinte: [Qual? Como? Por que? Com quais efeitos?] “*O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000* ? Para responder a essa complexidade, a síntese dos discursos captados, tratados e analisados, extraída como o Discurso desse Sujeito Coletivo é o seguinte:

Em 1967, nós estávamos ainda com aquele primeiro currículo de 1962 e a criação da ABEBD foi fundamental porque antes eram iniciativas de pessoas. A profissão havia sido regulamentada também em 1962. Naquele momento, o professor não tinha vinculação de contrato de trabalho em carreira docente. Não havia Projeto Pedagógico, existia uma idéia de formar o aluno com perfil tal e tal. E era muito difícil e era novo falar de pesquisa na graduação. A intenção era promover e fortalecer a classe, os professores. Naquela época, a atividade associativa e acadêmica estavam muito juntas, porque eram os professores que eram a liderança. A atividade da corporação estava dentro da academia, fertilizando o efeito multiplicador. A existência da ABEBD foi importante para que as escolas e os educadores se enxergassem um pouco no contexto brasileiro, a partir da nova realidade: uma realidade das escolase, principalmente, como fórum para aglutinar, socializar as inquietações, preocupações e propostas da área, ser âncora para que essas discussões ocorressem, ser porta voz ,ser um espaço comum. A ABEBD teve um grande envolvimento com a concepção do novo currículo mínimo. Foi a grande idealizadora do movimento de revisão, de reformulação, de um repensar do currículo. No currículo de 1982, houve um primeiro papel da ABEBD e houve uma participação externa, embora nem tudo que está no currículo de 1982 reflita a concepção da ABEBD, ela ofereceu uma contribuição muito grande. O currículo de 1982 promoveu uma pequena diminuição da parte técnica e aí as pessoas começaram a voltar um olhar mais para a área de administração e houve, realmente, uma pequena evolução aí. Ou seja, deu-se a saída da catalogação, da classificação como núcleo central da biblioteconomia. A existência da ABEBD trouxe a vontade de inserção de mais disciplinas no programa, como a Psicologia, a Antropologia e de ser trabalhada a metodologia da pesquisa; a presença de um docente mais qualificado do que somente o profissional bibliotecário. Isso trouxe qualidade ao ensino. Enquanto proposta teórica, de modelo de ensino, houve uma contribuição importante. Em

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

termos práticos, o resultado, ou resposta aos esforços da ABEBD, foi diferente, em diferentes escolas, pelas suas condições locais, lideranças locais, segundo os processos de acomodação possíveis. No entanto, como parte dessa trajetória, pode-se dizer que nós perdemos, o que no antigo currículo chamávamos de Evolução do Pensamento Filosófico e Científico e se introduziu a Lógica, como disciplina instrumental. Foi ótimo a introdução da Lógica, mas não poderíamos ter perdido a disciplina Evolução do Pensamento Filosófico e Científico. Esse tipo de reflexão sobre ganhos e perdas permeava muitas discussões. Também, pode-se ver que o currículo de 1982 foi aprimorado e implementado por pessoas de fora da área, o de 1962 não fora assim. O currículo de 1982 foi produto de discussão, de movimento dos cursos, com muito mais profundidade. No relatório do ENEBCI de 1986 é onde a gente vai ver porque o tema foi o currículo mínimo. Nesse primeiro Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Documentação, o tema foi pensar o novo currículo. A partir dele, se desdobraram as discussões sobre a figura do docente, a capacitação didático-pedagógica, reforçando a modificação da atuação apenas conteudista. A ABEBD, fez de 1989 a 1992, estudo curricular. Em 1991, há o Encontro cujo tema foi a capacitação pedagógica do docente. Mas nas reuniões da ABEBD, nos eventos, essa questão da capacitação ficou bastante presente. A partir de certo momento, houve um perfil um pouco mais acadêmico, mas é principalmente porque a ABEBD e a ANCIB tiveram um diálogo mais próximo. Além disso, nos seminários didático-pedagógicos, a gente sempre trabalhou procurando melhorar o nosso desempenho, a carreira profissional e a relação com o aluno em sala de aula. Foi feito em 1992 um Encontro Nacional de Ensino, durante 3 dias, discutindo quais as perspectivas para a carga pedagógica do docente, quais as perspectivas que o docente tinha para se atualizar, como se dava a relação professor e aluno. Também, tínhamos a organização por grupos regionais, com coordenações regionais e todos os grupos passaram a funcionar, a interagir desenvolvendo seminários locais. Nesse período, a gente fez um projeto e conseguiu a primeira etapa do Projeto “Perspectivas para o ensino de graduação em Biblioteconomia no Brasil”. Esse projeto dividia o Brasil nas 5 áreas curriculares da Biblioteconomia e propunha fazer 5 seminários para trabalhar com professores dessas área, em diferentes regiões. O primeiro, foi em novembro de 1993, em Belém, do Pará. Então, foi uma idéia de trabalhar por área curricular, nessas partes do país, já que estatutariamente os ENEBCIs tinham que ser no eixo Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Nessa década, foi um avanço a companhia que se deu entre as escolas brasileiras e as dos países do Mercosul. Produziu-se um currículo mais debatido, foi satisfatório. Era aquilo que a gente estava pensando. O TCC sempre estar relacionado com a pesquisa, o incentivo para que o professor faça pesquisa, para ele entender como se dá esse

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

processo, se produz o conhecimento, para que haja o incentivo à busca de informação, para que se assimile a postura do pesquisador. Em 1998 em São Carlos – SP, tivemos um Encontro para discutir o impacto da LDB no currículo. No final dos anos 90 nós tivemos a definição daquelas 4 grandes áreas que o currículo do Mercosul enfocou: 1 – Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2 – Organização e Tratamento da Informação; 3 – Recursos e Serviços de Informação; 4 – Gestão da Informação. E essa talvez seja a melhor coisa que tenha acontecido nesse currículo, que foi amoldar o pensamento para essas áreas de todos que não tinham um pensamento maior sobre a profissão de bibliotecário, embora tudo tenha caráter muito introdutório. A grande área passou a ser a gestão, e há cursos que têm um número significativo de disciplinas na área de gestão. Também vê-se que há desequilíbrio entre o volume de conteúdos ministrado na área 1 (Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação) em relação à área 3 (Recursos e Serviços de Informação voltados ao usuário), porque existe um descasamento entre elas. Talvez uma solução seja uma disciplina de usuário. Em síntese, a ABEBD teve algumas fases: de início era o sentido de fortalecer corporativamente a profissão, as escolas, e estabelecer os nossos limites e dar visibilidade. Depois houve maior interação externa, com a pós-graduação, o ensino com pesquisa, já buscar o avanço qualitativo, inclusive a expansão internacional, com o Grupo do Mercosul. A intenção sempre foi mostrar para o docente que a ABEBD estava preocupada com ele e tentar trazer discussões que permitissem a esse docente se ver naquele meio. Percebe-se que houve uma evolução curricular. No grupo já percebia o outro. Mas não foi a evolução desejada, nem com equilíbrio e nem comunicação entre as áreas, porque elas continuaram isoladas. Parece que há um grande problema, o discurso é pró-mudança, mas a ação é para que continue tudo aquilo que nós sempre fizemos e que acreditávamos que estava bom. Há muita deficiência; muda o rótulo, faz maquiagem, numa situação mais de aparência de que, realmente, de redefinição. Nesse período, como dirigente, a preocupação maior era com a continuidade das ações, procurando fazer e mostrar uma interação maior com a pós-graduação era uma estratégia para que nos olhassem, e a partir disso deu para fazer algumas discussões direcionadas para a presença da pesquisa, a importância do projeto de TCC como iniciação científica, o ensino com pesquisa, e isso aí abriu um canal para a interação com a pós-graduação. O esforço foi em manter o que estava consolidado. Manter o Seminário Nacional de Avaliação Curricular; reforçar a regionalização da ABEBD, para democratizar sua atuação; integrar aquelas escolas que tinham pouca ou nenhuma tradição acadêmica. Também buscou-se uma mudança no foco. Até então a grande preocupação estava centrada no currículo, e canalizamos a reflexão para duas perguntas básicas: a) Quem somos nós? b) Quem nós pretendemos formar? Se

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

tivéssemos uma reflexão sobre quem nós pretendemos formar, então, o currículo seria um reflexo e não o contrário. De outro lado, não dá para dizer que isso era realizado como ação planejada, a partir de planos de ação pré-concebidos. O que permitiu que isso acontecesse foi uma reflexão que permeou a ABEBD por muitos anos, centrada no profissional, sobre qual era o profissional que nós queríamos criar. Nos documentos da ABEBD, das gestões anteriores, a gente percebe aquela questão de não idolatrar o mercado. Existe um documento que diz, vamos formar um profissional que possa antecipar o mercado, ir além do mercado, mas, não negar o mercado. Como atividade planejada, não se fez, não se alcançou. E os resultados são aleatórios. Olhando o conteúdo curricular, há um descolamento entre o que é pesquisado, ministrado e a realidade. O que se vê é que o movimento em torno da elaboração das diretrizes curriculares foi um movimento em que a ABEBD teve uma ação política fortíssima e provavelmente foi a primeira vez que a Comunidade docente de Biblioteconomia fez um movimento político, para fazer valer aquilo que ela já havia discutido e acordado. A ABEBD sempre foi uma associação de docentes; ela transcende a dimensão institucional; é um grupo de pessoas preocupadas com determinadas questões. Ao olhar-se para as atas das reuniões do Conselho Diretor vê-se um grupo que se mantém, independentemente de estar ou não na direção de cursos ou escola. A Associação é movida pelo voluntarismo, a partir da capacidade agregadora de algumas pessoas. Olhando para esses dois momentos, percebe-se que a Cléa Dubeux e a Lourdes Gregol foram as presidentes da Associação que encerraram uma época, um ciclo, em que os professores vinham do mercado de trabalho, da prática para a escola, em que a Pós-graduação era muito incipiente. Depois, veio um segundo momento em que a ABEBD aproximou-se mais da academia.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

8 A CONSTRUÇÃO DO DSC

O processo de trabalho desenvolvido para a composição do DSC requereu três etapas executadas imediatamente após a transcrição ou degravação das falas dos ex-dirigentes ouvidos.

A primeira etapa, chamada de IAD 1, foi constituída pela demarcação na resposta de cada questão da entrevista dos aspectos que foram tomados como Expressões-Chave; a segunda etapa, chamada de IAD 2, foi a geração do material contendo o discurso em síntese de cada dirigente para cada questão propriamente, a fim de levar à IAD 3. Essa etapa foi constituída pela colocação lado a lado do material gerado pelo IAD 2 e dando os elementos para a elaboração do texto geral do DSC.

Em cada uma das etapas do processo de análise buscou-se encontrar os aspectos que produziam o maior potencial de sentido para responder ao complexo representado pela questão geral, considerando sempre o que havia de especificidade em cada uma das questões particulares do roteiro de entrevista.

Um aspecto a ser ressaltado, foi o esforço em assegurar que o sentido buscado contemplaria uma seqüência de fatos e acontecimentos rememorados durante a produção das falas e estimulado pelas questões apresentadas. Isso levaria a que os ex-dirigentes da década de 1990, que foram os entrevistados, pudessem extrair de um passado mais distante, vinculado ao sentido institucional, o que dominavam de conhecimento sobre a instituição da qual foram dirigentes nos anos mais recentes e tendo que tomar decisões que se assentavam sobre a tradição da entidade.

Disso resulta que o DSC geral e exposto no capítulo 7, possa representar de forma significativa o entendimento desse coletivo de dirigentes sobre *O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000*.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

9 UMA INTERPRETAÇÃO DO DSC OBTIDO

O DSC exposto no capítulo 7 constitui uma expressão de tudo o que está presente nas falas dos dirigentes entrevistados. Não quer dizer que nele está contido apenas o que foi mais destacado, o que teve mais ênfase. Nele está tudo o que apareceu em todas as falas, pelos conteúdos que nelas foram contemplados, a partir das questões apresentadas nas respectivas entrevistas. Naturalmente, quando foram expressas, o momento em que foi realizada cada entrevista, o próprio fato do entrevistador ser um colega docente, há anos relacionando-se com esses ex-dirigentes, embora trabalhando em outra escola, gerou a situação de envolvimento que produz uma seleção discursiva do proferente. O resultado disso conduz a uma leitura dos resultados e esses, conforme Bastos (2008, p. 95) requerem que se deva:

[...] compreender o relato da narrativa mais como uma construção social do que como uma representação do que aconteceu, no sentido de que construímos as estórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos).

Porém, isto não quer dizer que o conteúdo dos relatos coletados foi modificado em relação aos fenômenos levados a questionamento, mas certamente foram submetidos, enquanto eram repassados ao interlocutor, ao que a mesma autora anteriormente citada (BASTOS, 2008, p. 95) observa, isto é, a situação de comunicação, leva a que se utilize “de filtros afetivos e culturais e do que estamos fazendo ao contar uma estória”. É nesse sentido, que Bastos (2008, p. 94) diz que:

As narrativas não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados, mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos.

Diante disso, torna-se significativo levar-se em conta que os entrevistados falaram de um momento passado em que se desempenharam como protagonistas de uma atuação – a Presidência da ABEED. Portanto, nessa circunstância, não estava implicado apenas o objeto questionado (*O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000*) sob o foco de interesse da pesquisa mas, certamente, cada protagonista que tratava de recontar as

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

lembranças dos eventos em que esteve envolvido, pois era também parte do próprio desenrolar daqueles eventos. Tal circunstância, não demarca um efetivo distanciamento emocional e afetivo em relação ao conteúdo expresso. Novamente Bastos, (BASTOS, 2008, p. 96-97) respaldada em Bruner e Weisser (1995), Goffman (1974, 2001) diz:

Um outro aspecto relevante do relato de estórias, relevante para a questão em torno da questão da representação, diz respeito à disjunção entre narrador e personagem da narrativa [...] o eu que conta é diferente do eu sobre o que se conta, que é um ser criado na memória do eu que conta. Nessa mesma direção, Goffman desconstrói a noção unívoca de falante, distinguindo no eu que fala as dimensões de animador (a caixa sonora que produz sons), autor (quem selecionou sentimentos e palavras) e responsável (quem está comprometido com o que está sendo expresso).

Na pesquisa aqui relatada, a expectativa prevalecente é a de tomar todas as informações como fidedignas e, assim, considerar cada um dos falantes mais fortemente situado na dimensão do responsável, por uma razão metodológica, sem, contudo, desconhecer o entendimento original de Goffman, nos termos apresentados por Bastos, isto é no mesmo falante reúnem-se animador, autor e responsável.

Nesse ponto, cabe destacar a conceituação de representação a fim de se evitar ambigüidades no entendimento da interpretação que se está construindo. Viu-se no trecho acima citado que, para Bastos, face à abordagem lingüística, o sentido desse termo é o de espelho: representar é resgatar o mais fielmente possível uma lembrança de modo que entre a sua expressão e a realidade, propriamente dita, haja o mínimo de distorção. No caso do termo representação, quando referindo-se a Teoria das Representações Sociais, por dizer respeito à abordagem sócio-psicológica, o sentido é o da consolidação de concepções ou da formalização ou mesmo institucionalização de uma realidade. Assim, representação no primeiro sentido seria a adequação do discurso a um fato ou circunstância relatada, quase como uma fotografia, e no segundo seria a idéia ou idéias, suas causas e conseqüências, que constituem o teor do relato.

Dito isto, pode-se ver o DSC obtido como constituindo uma representação no segundo sentido, posto que o representado no primeiro sentido está no discurso primariamente

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

obtido antes mesmo de ser transcrito. Assim, a interpretação que se estará fazendo tem a pretensão de considerar fatos ou expressão de fatos que, em comparação com as circunstâncias apresentadas no capítulo 3, apontariam para as razões que a ABEBD levou em conta em seu curso de existência ativa.

Então o que dizem os dirigentes? Que quando de sua criação em 1967, *a ABEBD foi fundamental*. E esse ser fundamental não vinha de outra coisa senão de que havia razões concretas como, por exemplo:

“Antes as iniciativas eram de pessoas”

Acrescente-se a isso que em termos de educação as iniciativas tomadas no ensino de Biblioteconomia ainda centravam em algumas personalidades que exerciam a liderança de fazer o ensino fluir. Associado a isso havia o fato de que o ensino universitário de massa ainda não se constitui em modelo predominante. O quadro econômico brasileiro ainda configurava um país predominante rural e com pouca exigência em torno de uma infra-estrutura urbana que inserisse demandas significativas de gestão de informação. A condição política, também, apontava para uma paralisia das iniciativas de fomento cultural em torno da ativação de polos culturais dinâmicos em torno de bibliotecas públicas. Do mesmo modo, o modelo de educação básica girava em torno da aula do professor, da dinâmica de sala de aula, que era feita em torno da preleção. Sobretudo, o ambiente político ao cercear todas as iniciativas cidadãs, tornava mesmo a ação coletiva, uma associação, como se viu, refém do medo de contrariar as verdades dos governantes de plantão.

“O professor não tinha vinculação de contrato de trabalho em carreira docente”

Acrescente-se a isso que naquele momento eram poucos os professores profissionais. O testemunho de Berlinck (p. 46), contemporâneo dessas circunstâncias ilumina esse fato.

Diz:

Meu pai, [...] fundou [...] em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo que dirigiu durante 33 anos e onde passei a estudar, de 1958 a 1964, quando obtive o grau de mestre em Ciências Sociais. [...] Nesses 41 anos em que frequento a universidade, tenho assistido a constantes mudanças [...] Quando iniciei meus estudos

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

universitários, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo estava passando, com toda a universidade brasileira, por uma grande transformação. *Seu corpo docente estava deixando de ser diletante e começando a se profissionalizar. Até então, quem ensinava na universidade eram profissionais que ganhavam a vida fora e se beneficiavam do prestígio que a posição de professor universitário lhe concedia. [...] Por volta de 1955, já começava a haver, no Brasil, um conjunto de pessoas que pretendia viver do trabalho de professor universitário. Para isso, pretendiam que o cargo de professor fosse em tempo integral e dedicado à docência e à pesquisa. Essa mudança, que começava a ocorrer, implicava uma grande transformação, pois até então a universidade era um trampolim para a política e para cargos particulares e públicos de prestígio e alta remuneração. Além disso, ser professor universitário era uma atividade prestigiosa, mas com ganhos marginais. (grifou-se)*

“Não havia Projeto Pedagógico, existia uma idéia de formar o aluno com perfil tal e tal”

Acrescente-se a isso que a universidade constituía-se em um projeto em início de implantação. O primeiro grande conjunto de universidades criado no Brasil o fora no final dos anos 1950 para o início dos anos 1960. Os cursos funcionavam com um nível significativo de precariedade e se medidos pelos padrões posteriores eram muito frágeis, por um lado por serem livrescos e, por outro, por estarem em instituições onde o investimento em bibliotecas sempre esteve beirando o precário. A noção de projeto pedagógico era substituída pela de currículo, entendido como um rol de disciplinas. Isso se aplicava também ao ensino de biblioteconomia.

Contudo, é destacável que ainda em 1982, de acordo com o documento 11, dos anexos ao final deste relatório, quando a Presidente da ABEBD está travando um diálogo com docente de Biblioteconomia ela afirma: No “Documento-Síntese” que a ABEBD produziu para a Reunião do seu Conselho Diretor, dizemos: O Currículo não é a lista de disciplinas que são ministradas no Curso, mas todo o processo pessoal e grupal da recriação do saber e de construção de um conhecimento em circunstâncias históricas precisas. Podemos dizer que um currículo não se tem, se faz. Ele é produzido continuamente. O currículo se define

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

pela sua aplicação ou desenvolvimento e não pela sua elaboração formal e normativa.

“Era muito difícil e era novo falar de pesquisa na graduação”

Acrescente-se a isso que a noção de pesquisa ainda era muito nova no país e ainda fortemente associada à pesquisa físico-experimental. A existência do CNPq era nova. O órgão era de criação recente, pois fora implantado em 1951, visando a inserir o Brasil na discussão internacional em torno da investigação no campo da energia atômica (A PROPOSTA...). A CAPES, instituída em 1951, estava configurada como Campanha para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (A EDUCAÇÃO...), longe ainda de sua futura missão de agência de fomento e regulação da pós-graduação.

De outro lado, nas ciências humanas e sociais, onde se insere nas várias concepções existentes a Biblioteconomia, há que considerar o fato de que naquela época ainda era uma novidade o seu estatuto científico no âmbito internacional, como ilustra Salomon (2000, p. 125), quando se refere à produção de material para auxílio aos estudos de seus vários objetos:

Na década de 60, quando a pesquisa em ciências humanas e sociais adquiriu lugar de destaque no estatuto da ciência, posição acompanhada de imensa produção de trabalhos sobre comportamento humano, relações sociais, preconceitos, atitudes, estereótipos, *roles*, costumes e comunicações, houve uma proliferação de livros de metodologia da pesquisa em ciências humanas e sociais.

À propósito do caso brasileiro, quanto à instalação de um espaço acadêmico para a produção de pesquisa e conhecimento se estava buscando a produção de uma legislação que desse feição à pós-graduação no país. Esse instrumento veio a se objetivar no Parecer 977 da Câmara de Ensino Superior (CES) do então Conselho Federal de Educação, de 03/12/1965, mais conhecido pelo nome de seu relator, Professor Newton Sucupira (PARECER...). Por coincidência, neste mesmo ano a ditadura militar, através do Decreto-Lei nº 53, caracterizou a universidade brasileira como instituição de ensino *e pesquisa*. (grifou-se).

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Dadas essas razões, como expressão de uma realidade de então, a Associação poderia ser o necessário contraponto, na medida em que podia cumprir certas tarefas ou reforçar certos valores impossíveis de serem atingidos por cada um dos envolvidos no ensino e pelos próprios estabelecimentos dedicados ao ensino de Biblioteconomia. Entre tais tarefas a serem cumpridas ou valores a serem atingidos coletivamente, encontra-se:

“A intenção era promover e fortalecer a classe, os professores”

Acrescente-se a isso que persistia o entendimento obtido, persistia a visão corporativa de fortalecimento do Grupo. Da mesma forma que deveria haver associação que reunisse bibliotecários, deveria haver a associação das escolas, de forma a promover os docentes. Não era estranha essa idéia, na medida em que estava alinhada ao movimento anterior dos bibliotecários, em torno da criação de estruturas que os representassem, como as associações de profissionais, a federação de associações e o conjunto de ordens ou Conselhos profissionais. Mas, tal como aconteceu com as demais associações, a ABEBD teve percalços.

No conjunto das Associações criadas pelos bibliotecários, parece ter havido uma ruptura com os propósitos originais de todas elas, em dado momento de sua atuação. Em breve avaliação feita por Moraes em 1976, localizada em Bandeira (2007, p. 49-50), lê-se o seguinte:

Não vejo as associações de bibliotecários representarem no Brasil o papel e a influência que associações semelhantes representam em alguns países desenvolvidos. Nem me parece que tenham a influência de outras sociedades entre nós. Se tivessem, não teriam deixado a Biblioteca Nacional chegar ao ponto que chegou (quando) foi enfim entregue a uma bibliotecária para salvar os restos do naufrágio. Não teriam deixado a Biblioteca Municipal de São Paulo tornar-se um caos. Tenho certeza, porém, que as nossas associações mandaram e mandam muitos ofícios aos órgãos competentes. Mas, a Federação das Indústrias e as chamadas classes produtoras não se contentam em mandar ofício quando querem a cooperação do governo. É talvez por isso que produzimos cada vez mais e que nossas exportações crescem. O nosso atraso em matéria de biblioteca é uma prova de falta de cooperação entre bibliotecários e governo.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

É claro que essa manifestação de Moraes, a princípio, não distingue as estruturas sócio-econômico e políticas existentes nos vários países e mesmo o quadro de repressão política que vigorava no Brasil de então.

“A atividade associativa e acadêmica estavam muito juntas, porque eram os professores que eram a liderança”

Acrescente-se que era natural que a experiência organizativa passasse a atender mais aos interesses do grupo nascente – o dos docentes – que tinha potencial de crescer, de vez que crescia o potencial econômico do país. Nisso já havia todo o treinamento que se foi acumulando desde a primeira Associação de profissionais, criada com a participação de Rubens Borba de Moraes. Aliás, sobre o impulso inicial para a criação dessa Associação, novamente pode-se recorrer a uma citação recolhida por Bandeira (2007, p 49) de uma fala de Moraes:

quando voltei dos Estados Unidos [em 1939] voltei muito impressionado com a força que tinha a associação de bibliotecários de lá. Eles eram uma força organizada, que fazia pressão junto aos governos municipais, estaduais e federal para o desenvolvimentos das bibliotecas.

“Era a forma de se assumir um novo olhar para o contexto brasileiro: o olhar das escolas e dos educadores, a partir de uma nova realidade: uma realidade das escolas”

“A ABEBD poderia atuar como fórum para aglutinar, socializar as inquietações, preocupações e propostas da área, ser âncora para que essas discussões ocorressem, ser porta voz ,ser um espaço comum”

Ao focalizar-se naquilo que toca à evolução do currículo, entre 1967 e 2000, então se encontra que a Associação:

“Foi a grande idealizadora do movimento de revisão, de reformulação, de um repensar do currículo. Embora o currículo de 1982 não reflita, completamente, a concepção da

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

ABEBD, ela ofereceu uma contribuição muito grande”

A documentação recolhida e os 11 (onze) textos que foram selecionados e estão incluídos, como anexos, neste relatório mostra que houve uma grande contribuição ao currículo de 1982, a partir mesmo do fato de que esse esforço tem início em 1971. Nesses onze anos de movimento por um novo currículo a Associação chega a duras penas a uma Proposta. É mostrado também que a concepção da ABEBD foi alterada. Mostra também que houve reações com críticas severas aos Seminários para otimização do currículo o que leva à Presidente da ABEBD na ocasião tentar dialogar, argumentando pela fé (documento 11, dos anexos). A documentação mostra, também, que havia personalização de etapas do trâmite e uma postura de aparente ingenuidade, que se manifesta nos vários textos (Estou pedindo ao ~~Beti~~ que mande todas as informações possíveis sobre a tal conselheira que pediu vistas. Vou chegar até ela. Você sabe de alguma coisa? Quem tem força para ela? documento 5, dos anexos). De outro lado, exhibe também que houve a suspeita de interferências de lideranças bibliotecárias para redefinir partes do documentos (“A Laura Russo é fogo”. documento 5, dos anexos). O fato do relator ter determinado o mínimo de 2.500 horas para o Curso, com o argumento de que isso melhoraria o reposicionamento dos bibliotecários vinculados ao SPF vem quase como um argumento que justificaria a acomodação da ABEBD à situação e a uma aceitação de que sua força poderia ser menor do que a de algumas pessoas que teriam interferido “negativamente”, segundo pareceu em certo momento no andamento do processo. (Entre as sugestões apresentadas, o sr. Relator considerou particularmente as seguintes: .1 A duração do Curso de Biblioteconomia ser de quatro (4) anos com a carga horária máxima de 2.500 horas/aula, tempo julgado necessário para o desdobramento da formação profissional. A Proposta do currículo mantinha a duração do curso em três (3) anos. 3.1.1 A elevação da duração do curso para quatro anos traz inúmeros benefícios à profissão, considerando que o DASP deverá reclassificar o Bibliotecário que atualmente está no nível inicial em NS1 para o inicial de NS5, equiparando-o aos demais profissionais cujos cursos têm a duração de quatro anos: psicólogo, assistente social, etc. [...] Diante do exposto,

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

verifica-se que não há condições de impor ao Conselho Federal de Educação uma Proposta de novo Currículo Mínimo e a mesma ser aprovada pelas Câmara e Comissão e ainda o Plenário, sem qualquer mudança ou alteração. [...] O CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO é um órgão soberano. Ao examinar a Proposta de qualquer currículo, são adotados alguns vetores já estabelecidos que orientam os relatores na análise da Proposta e no Parecer final. No caso do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia, o relator do Processo, Don Luciano José Cabral Duarte, foi assessorado por dois consultores: o Professor Antonio Miranda (IBICT) e a Profa. Suzana Mueller (UnB). Estes, não interferiram ou influenciaram a decisão do Relator; apenas esclareceram pontos em que o Relator tinha dúvidas. O Parecer final foi preparado pelo Don Luciano José Cabral Duarte, de acordo com o seu entendimento e convicções. documento 9, dos anexos)

“No currículo de 1982 deu-se a saída da catalogação, da classificação como núcleo central da biblioteconomia. A existência da ABEBD trouxe a vontade de inserção de mais disciplinas no programa, como a Psicologia, a Antropologia e de ser trabalhada a metodologia da pesquisa. Enquanto proposta teórica, de modelo de ensino, houve uma contribuição importante”

Acrescente-se que o documento 11, dos anexos, reporta-se sobre a necessidade de superação do tecnicismo, que por si só não exigiria a existência de Curso Superior de Biblioteconomia. (É preciso não esquecer que o ensino de biblioteconomia sempre foi passivo, apático. A Escola ensinou a mesma coisa, ano após ano. O problema é, entretanto, cultural. Em nossa profissão a crise de cultura é muito grande e dificilmente um aluno conseguirá ser um bom profissional apenas com conhecimentos técnicos. Os Cursos de Biblioteconomia não podem produzir profissionais com as qualificações necessárias ao mercado de trabalho em todos os seus aspectos. A Escola prepara os bibliotecários para assumirem responsabilidades, mas é a experiência que os irá aperfeiçoar e a própria Biblioteca onde

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

deverão atuar, que os formará. Concordo com você que para ensinar técnicas apenas, não é necessário que o Curso de Biblioteconomia seja de nível superior. Penso que o nível superior deve incentivar a criatividade, desenvolver a capacidade do aluno mediante a apresentação de problemas e dificuldades para que ele tente resolver. Isto é prepará-lo para o futuro e transformá-lo num diagnosticador - alguém capaz de identificar tendências e atuar na linha da oportunidade. O bibliotecário como agente de mudanças, deve tornar-se presente, vivo, nas bibliotecas brasileiras...)

“O currículo de 1982 insere a presença de um docente mais qualificado do que somente o profissional bibliotecário. Isso trouxe qualidade ao ensino”

“O currículo de 1982 foi aprimorado e implementado por pessoas de fora da área, o de 1962 não fora assim”

Acrescente-se que efetivamente houve a participação de pessoas de fora da área. O documento 4 dos anexos a este relatório mostra a transferência de sede da Associação para dentro do IBICT, por curto tempo, embora, mas com propósitos claros da presidente a Associação: [...] estamos elaborando projetos de trabalhos a serem desenvolvidos e para os quais contamos com apoio e a colaboração do IBICT/CNPq, certos de estarmos atuando em uma área de interesse prioritário para o DEP/IBICT - a formação de recursos humanos capacitados para atuar em ICT. No documento 4, dos anexos). Segundo o documento 3, Os participantes do Seminário de Currículo, realizado em Brasília, de 5 a 9 do corrente mês [maio de 1980], sob o patrocínio da Organização dos Estados Americanos - OEA, resolveram, por proposição desta Presidência, organizar um grupo de trabalho para concluir os estudos desenvolvidos visando a reformulação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia. Dentre os membros listados no está o Professor Aldo de Albuquerque Barreto, cujos estudos sempre foram direcionados para a Ciência da

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Informação, como fundo teórico para a Informação Científica e Tecnológica. Certamente, esse é um viés que tende a distanciar o interesse para as questões sociais da Biblioteconomia, cuja abordagem é indiscutivelmente relevante .

“O currículo de 1982 foi produto de discussão, de movimento dos cursos, com muito mais profundidade. No relatório do ENEBCI de 1986 é onde a gente vai ver porque o tema foi o currículo mínimo”

Acrescente-se que uma vez perdida a causa no CFE, com a superação da proposta da ABEED em face das emendas que a mesma recebeu ao longo de sua tramitação de mais de um ano naquela instância, caberia sua implementação. Essa foi, então, consequência da realização de cursos, treinamentos e de vários encontros de professores, obrigando à realização de discussões, etc. sempre tendo como ponto de referência o novo Currículo Mínimo. A esse propósito os documentos 9 e 10, dos anexos a este relatório, mostram-se didáticos ou detalhados sobre alguns conceitos associados ao trabalho docente.

“No primeiro Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Documentação – I ENEBCI, de 1986, o tema foi pensar o novo currículo. A partir dele se desdobraram as discussões sobre a figura do docente, a capacitação didático-pedagógica, reforçando a modificação da atuação apenas conteudista”

Acrescente-se a isso que no documento 11 a Presidente da ABEED tece considerações pessoais, dir-se-ia de fundo histórico, acerca do ensino na área. É verdade que a biblioteconomia brasileira (e outras também) vai mal por causa do seu ensino, [...] as Escolas [...] Penso que elas estão doentes e que precisam ser tratadas, medicadas e acompanhadas para que possam reviver. Tenho grandes esperanças no acordar de nossos professores. [...] É preciso não esquecer que o ensino de biblioteconomia sempre foi passivo, apático. A Escola ensinou a mesma coisa, ano após ano. O problema é, entretanto, cultural.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

“De 1989 a 1992, a ABEED fez estudo curricular. Em 1991 realizou-se um Encontro cujo tema foi a capacitação pedagógica do docente”

“Em 1992, foi realizado um Encontro Nacional de Ensino, durante 3 dias, discutindo quais as perspectivas para a carga pedagógica do docente, quais as perspectivas que o docente tinha para se atualizar, como se dava a relação professor e aluno”

“Na década de 1990 foi um avanço a companhia entre as escolas brasileiras e as dos países do Mercosul. Produziu-se um currículo mais debatido, foi satisfatório. Deu como resultado o que a gente estava pensando: TCC sempre estar relacionado com a pesquisa; haver incentivo para que o professor faça pesquisa, para ele entender como se dá esse processo, como se produz o conhecimento, para que haja o incentivo à busca de informação, para que se assimile a postura de pesquisador”

“No final dos anos 1990 teve-se a definição das 4 grandes áreas que o currículo do Mercosul enfocou: 1 – Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2 – Organização e Tratamento da Informação; 3 – Recursos e Serviços de Informação; 4 – Gestão da Informação. Isso permitiu amoldar o pensamento para essas áreas de todos que não tinham um pensamento mais claro sobre a profissão de bibliotecário”

“Havia uma preocupação centrada no currículo, levando-se a reflexão para duas perguntas básicas: a) Quem somos nós? b) Quem nós pretendemos formar? Com uma reflexão sobre quem nós pretendemos formar, então, o currículo seria um reflexo e não o contrário”

A despeito de todas essas conquistas apontadas, como ocorridas na evolução do currículo de Biblioteconomia no Brasil, o DSC revela um voluntariado, a partir da iniciativa de algumas pessoas. Destaque-se que:

1 - Houve uma evolução curricular. No grupo já se percebia o outro. Mas não foi a evolução desejada, nem com equilíbrio e nem comunicação entre as áreas, porque elas

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

continuaram isoladas.

2 - *Não dá para dizer que a ação era realizada como ação planejada, a partir de planos de ação pré-concebidos.*

3 - *Como atividade planejada, não se fez, não se alcançou. E os resultados são aleatórios.*

4 - *A ABEED sempre foi uma associação de docentes; ela transcende a dimensão institucional; é um grupo de pessoas preocupadas com determinadas questões. Ao olhar-se para as atas das reuniões do Conselho Diretor vê-se um grupo que se mantém, independentemente de estar ou não na direção de cursos ou escola. A Associação é movida pelo voluntarismo, a partir da capacidade agregadora de algumas pessoas.*

Mas há um ponto alto na trajetória da ABEED, que se dá no final dos anos 1990 e resulta nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Biblioteconomia aprovadas em 2001. O destaque desta circunstância é que ela se expressa quase que como uma ruptura da postura de distanciamento das questões políticas afirmadas nas finalidades da Associação quando de sua criação: *o movimento em torno da elaboração das diretrizes curriculares foi um movimento em que a ABEED teve uma ação política fortíssima e provavelmente foi a primeira vez que a Comunidade docente de Biblioteconomia fez um movimento político, para fazer valer aquilo que ela já havia discutido e acordado.* No momento em isso se dá, a ABEED estava submergindo às dificuldades jurídicas de que foi vítima, justamente por conta da perda de documentos importantes para garantir a sua sobrevivência ativa. Sua postura foi corporativa, mas a essência do esforço realizado pode ter configurado uma contenda entre entendimentos sobre a relevância para a formação do Bibliotecário, ou profissional da informação, de distintos conteúdos ou abordagens e de distintas relações entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

10 OS DOCUMENTOS ENCONTRADOS: destino e teor

Tendo em vista as finalidades da Associação, os canais principais para os quais se dirigiam suas comunicações eram aqueles, primariamente, vinculados ao setor educacional de nível superior, entidades de fomento à pesquisa e ao trabalho associativo. Desse modo, em uma documentação que se inicia por volta de 1976, disponível no gabinete de trabalho de ex-dirigente da ABEBD, é possível identificar origem (as instituições ou entidades fontes das correspondências recebidas) e destino (as instituições ou entidades receptoras das correspondências enviadas) mais comum dessa documentação: IBBD, Reitores de IES, CFE, MEC/SESU, IBICT, CNPq, CFB, CAPES. A par desses órgãos há documentação para escolas de Biblioteconomia e a evidência um pouco maior de correspondência envolvendo os membros da Comissão de estudos do Currículo Mínimo, além de correspondências eventualmente trocadas entre a presidência e algum docente em tom mais pessoal, marcada pela ausência de timbre da entidade no documento.

Uma amostra do teor dessa documentação está anexada ao final deste relatório, no total de onze documentos.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a complexidade do questionamento apresentado como motivador da pesquisa, obtém-se uma resposta afirmativa, quando olha-se instrumentalmente, pelo que foi obtido em relação às conseqüências da articulação com as escolas do Mercosul. Dá para observar que, de certo modo, a visão do currículo como lista de disciplinas somente foi superada. Mas não ficou evidente a superação da limitação de uma educação técnica

Sintetizando a partir das falas dos entrevistados, O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000, traduz-se no fato de que a entidade *Foi a grande idealizadora do movimento de revisão, de reformulação, de um repensar do currículo oficial inicial implantado em 1962. Ela oferece uma contribuição muito grande para o estabelecimento do currículo de 1982, em uma posição de negociadora, posto que sua concepção não prevaleceu completamente, mas trabalhou duramente para implementá-lo. Nesse currículo deu-se a saída da catalogação, da classificação como núcleo central da biblioteconomia. A partir desse currículo, a Associação tornou possível a mobilização para a inserção de outras disciplinas no programa do Curso, como a Psicologia, a Antropologia e de ser trabalhada a metodologia da pesquisa. O currículo de 1982 inseriu a presença de docente mais qualificado do que somente o profissional bibliotecário, que não era profissional do ensino. Ao ser aprimorado e implementado por pessoas também de fora da área, diferente do currículo anterior, de 1962, o currículo de 1982 proporcionou melhor qualidade ao ensino. Ademais promoveu discussão, movimento dos cursos, o que gerou mais profundidade na abordagem do conhecimento. Provocou o surgimento do primeiro Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Documentação – I ENEBCI, de 1986, cujo tema foi pensar o novo currículo e possibilitou o desdobramento de discussões sobre a figura do docente, a capacitação didático-pedagógica, reforçando a modificação da atuação apenas conteudista. De 1989 a 1992, a ABEED fez estudo curricular, no bojo do que em 1991 realizou-se um Encontro cujo tema foi a capacitação pedagógica do docente. Em 1992, realizou um Encontro*

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Nacional de Ensino, durante 3 dias, discutindo quais as perspectivas para a carga pedagógica do docente, quais as perspectivas que o docente tinha para se atualizar, como se dava a relação professor e aluno. Também na década de 1990 partilhou de um momento de avanço provocando o relacionamento entre as escolas brasileiras e as dos países do Mercosul. Como resultado foi formulado um currículo mais debatido, capaz de incorporar idéias significativas para o desenvolvimento curricular da Biblioteconomia, como a realização de Trabalho de Conclusão de Curso relacionado com a prática de pesquisa e de haver incentivo para que o professor faça pesquisa, para que ele possa entender como se dá o processo de produção de conhecimento, para que junto a isso haja o incentivo à busca de informação e para que se assimile a postura de pesquisador, já desde a formação do aluno no nível de graduação. A partir desses esforços, no final dos anos 1990, em que a Associação realizou sucessivos eventos, teve-se a definição das 4 grandes áreas que harmonizariam os estudos em Biblioteconomia nos países do Mercosul: 1 – Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2 – Organização e Tratamento da Informação; 3 – Recursos e Serviços de Informação; 4 – Gestão da Informação. Isso permitiu a todos os que não tinham um pensamento mais claro sobre a profissão de bibliotecário formar uma concepção mais segura a respeito. Finalmente, no final dos anos 1990, quando o MEC constituiu uma Comissão de Especialistas para pensar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Biblioteconomia, a ABEBD fez um movimento em torno da elaboração dessas diretrizes curriculares, defendendo e fazendo valer seus pontos de vista no que veio a ser aprovado e implementado a partir de 2001 no Brasil.

Será que essa síntese contém tudo? É perceptível que nela estão contidas respostas para questões como: Qual foi o impacto? Como ele foi modelado, com que ações? E, parcialmente, por que essas ações foram construídas desse modo. Contudo, há questões que requerem exame mais minucioso: Quais os efeitos desse impacto sobre a sociedade? Que representações se pode encontrar no material coletado nas falas dos entrevistados e nos documentos localizados, capazes de apontar para os efeitos da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000? É sobre isso, que se tratara a partir daqui.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Se forem consideradas as representações sociais mais amplas encontradas no DSC e nos documentos anexados a este relatório, pode-se perceber algumas idéias nucleares que indiciam o que perpassava como ancoragem político-ideológica no entendimento dos proferentes daqueles discursos. Também evidencia que essas âncoras são mais fortemente perceptíveis quando o discurso se apresenta como fala pessoal do que como fala institucional, do presidente da entidade, por exemplo.

Essas idéias representadas são:

- Idealismo como força motriz do trabalho dos dirigentes
- Crença ou fé pessoal dos dirigentes na obtenção de resultados
- Voluntarismo como força motriz do envolvimento dos dirigentes
- Valorização do esforço de constituição do espaço coletivo formalizado como instrumento de força e de salvaguarda
- Esclarecimento (Iluminismo Kantiano) como atributo dos dirigentes
- Isolamento da entidade em relação aos seus representados que participam pouco, porque não se importam com os resultados ou porque endossam tacitamente o que é encaminhado pelos dirigentes ou pelas Comissões
- Pouca mobilização das escolas, mesmo quando o objeto em questão diz respeito ao currículo, que constitui interesse comum
- Apatia da categoria docente
- Fragilidade institucional da entidade, pela falta de recursos materiais

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

- Temor no enfrentamento de causas sociais, por força do discurso corporativo tecnicamente auto-referente

Cabe questionar quais são os efeitos dessas representações sociais submersas aos discursos que envolvem as escolas universitárias de biblioteconomia brasileiras, politicamente representadas pela ABEBD, sobre a prática bibliotecária exercida no Brasil. A questão é pertinente na medida em que emana de um contexto, que forma um universo próprio, melhor dizendo que traduz interações sociais conducentes à construção de uma realidade bibliotecária.

Outro aspecto é até que ponto essas representações não foram assimiladas pelos estudantes de Biblioteconomia em sua formação acadêmica e interiorizadas tão sutilmente que depois, já como profissionais, orientam suas ações com atitudes semelhantes?

Também deve-se perguntar por que um país como o Brasil, que cresce materialmente em todos os sentidos, não tem nos bibliotecários egressos de suas escolas uma força de luta, capaz de politizar as questões sociais de acesso, uso e transformação da informação? Será que o país não tem isso, por que a escola era medrosa, apática, descompromissada com os *problemas de ordem política, religiosa ou racial*?

Além disso, até que ponto, num mundo cada vez mais calculista e utilitarista, sobretudo nos últimos 35 anos, a formação bibliotecária nas escolas de biblioteconomia do país, cuja Associação se eximia de conhecer oficialmente, entre 1967 e 1987, os *problemas de ordem política, religiosa ou racial*, deu aos egressos dos cursos os instrumentos teóricos necessários ao enfrentamento ativo da realidade, sendo conscientemente propositivos?

Por fim, até quando, a geração de bibliotecários hoje atuantes, bem como o corpo docente oriundo dos Cursos de Biblioteconomia dos últimos 40 anos, poderão estarão

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

fomentando os valores contidos nas representações sociais acima destacadas?

Sugestões de novos estudos

Evidentemente, um estudo dessa dimensão faz aflorar diversos focos que estavam além do principal, colocado pela complexidade do questionamento que suscitou a realização da pesquisa.

Dentre estes, está muito evidente a necessidade de que sejam feitos novos estudos sobre a ABEBD, que digam respeito à sua ordem interna, à articulação e trabalho do Conselho Diretor e seus dirigentes executivos, à relação institucional desses dirigentes com as escolas como instituições e como sócias, à relação entre a Associação e os professores como sócios. Contudo, esta pesquisa fez emergir a evidência de que é urgente pesquisar-se as implicações produzidas pelo Golpe civil-militar de 1964 sobre o desenvolvimento da educação bibliotecária universitária oferecida no Brasil. Um estudo com essa dimensão envolve o resgate de memórias de docentes dirigentes ou não da ABEBD, de egressos de cursos de Biblioteconomia, sobretudo dos que ingressaram nesses cursos dentro do período de entre 1967 e 1987 quando a ABEBD, estatutariamente, se determinava a não se envolver com *problemas de ordem política, religiosa ou racial* em um dos momentos socialmente mais penosos em que o país viveu.. Também carece de melhor apreciação, motivando pesquisas, é se as Diretrizes Curriculares Nacionais de Biblioteconomia e os Projetos Político-pedagógicos atuais dos Cursos de Biblioteconomia não estão carregados, e com que profundidade, de valores derivados das representações sociais encontradas neste estudo.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A EDUCAÇÃO brasileira através dos tempos. 1951 – criação da CAPES. Disponível em: <<http://www.tuneldotempo.inep.gov.br/1950/1951.htm>>. Acesso em: 15.08.2008.

A PROPOSTA de criação do CNPq. **Parcerias Estratégicas**, n. 9, p. 182-195, out. 2000.
Disponível em: <<http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias9/17revista9CNPq.PDF>>. Acesso em: 15.08.2008.

ABRIC, J-C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 155-172.

ALCOFORADO, Fernando Antonio Gonçalves. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estão da Bahia**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas – Universidade de Barcelona, 2003. Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica Regional. 415 p.

ARAYA UMAÑA, Sandra. **Las representaciones sociales**; ejes teóricos para su discusión. San José: FLACSO, 2002. (Cuaderno de Ciências Sociales, 127) (<http://www.flacso.or.cr>)

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ABECIN. <http://www.abecin.org.br/>

AZEVEDO, Célia M. M. de. **Onda negra, medo branco**; o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.

BANDEIRA, Suelena P. **O mestre dos livros**: Rubens Borba de Moraes. Brasília, DF: Briquet de Lemos – Livros, 2007.

BASTOS, L. C. Estórias, vida cotidiana e identidade – uma introdução ao estudo da narrativa. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; SCLIAR-CABRAL, L. **Desvendando discursos**: conceitos básicos. Florianópolis: Ed. UFSC, 2008. p. 79-111.

BEISIEGEL, Celso Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1984.t. 3, v.4, p. 381-416.

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da educação do Brasil**. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/historia.htm>. Acesso em 17/07/2007.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, Th. **A construção social da realidade**; tratado de Sociologia do conhecimento. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERLINCK, M. N. Elogio da universidade. In: KANTOR; MACIEL; SIMÕES. **A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação 1933-1953 – depoimentos**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 45-56.

CALONGE, Sary. Representaciones sociales y prácticas pedagógicas no formales. **Revista de Pedagogia**, Caracas, v. 23, n. 66, abr. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**; reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 243 p.

DIAS, Joilson; ASSIS, Luciana Cavalcante de. O impacto da política fiscal e do nível tecnológico sobre o crescimento econômico no Brasil: 1951-2000. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 6, p. 5-59, maio 2005. Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/Dired/Federalismo-fiscal/caderno-financas-publicas/caderno6/O-impacto-da-politica-fiscal-e-do-nivel-tecnologico-sobre-o.swf>. Acesso em: 17/07/2007.

DINIZ, Marli. **Os donos do saber**: profissões e monopólios profissionais. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ELIAS, Norbert. **Processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2 v.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAPESP. **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo – 2001**. Disponível em: <http://www.fapesp.br/indct/index.htm>. Acesso em: 12/7/2007.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Educação no Brasil - anos 60**; o pacto do silêncio. São Paulo: Loyola, 1985. 126 p.

FLAUSINO, Rosivaldo da Silva. **Representações sociais sobre o ensino de arte contemporânea**: discurso de professores da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Dissertação (Mestrado em Educação – UFSC). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2008.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**; teoria, profecia e política. São Paulo: Ed. USP, 1998.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. 26. ed. Trad. Galeno de Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 1988.307 p.

GILLY, M. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 321-341.

GUARESHI, P. (org.). **Os construtores da informação**; meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEWSTONE, M. Representações sociais e causalidade. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 217-37.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Contornos históricos da pós-graduação no Brasil: induções da política de avaliação na formação do pesquisador. In: HOSTINS, Regina Célia Linhares. **Formação de pesquisadores na pós-graduação em educação**: embates ontológicos e epistemológicos. Tese - Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, 2006. p. 39-64. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0560.pdf>. Acesso em: 12/7/2007.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JODELET, D. Representações sociais; um domínio em expansão. In: _____. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**; a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. **Opin. Publica**, v.10, n.2, p.254-267, out. 2004.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (Org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

LOPEZ BELTRAN, Fidencio. Representaciones sociales y formacion de profesores. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 1, n. 2, p. 391-407, jul./dic. 1996.

MAGRONE, Eduardo. O Impacto do Processo de Massificação do Ensino sobre a Autoridade Docente: uma tentativa de interpretação. **Reunião Anual da ANPED**, 27, 2004. GT 14: Sociologia da Educação. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt14/t146.pdf>. Acesso em 17/07/2007.

MORAES, R. B. de. Da Semana de Arte Moderna à Fundação da Escola Livre: no calor de 1932. In: KANTOR; MACIEL; SIMÕES. **A Escola Livre de Sociologia e Política – anos de formação 1933-1953 – depoimentos**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 127-133.

MORANDI, Lucilene; EUSTÁQUIO, J. Reis. **Estoque de capital fixo no Brasil, 1950-2002**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/doc/Estoque%20de%20Capital%20Fixo%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 17/07/2007.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**; investigações em Psicologia Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NATAL, Jorge Luís Alves ; CANUTO FILHO, Otaviano. A entrada do capital estrangeiro na economia brasileira, 1956-83. **Economia Ensaios**, Uberlândia, 1(2):59-70, mar. 1985.

PALMONARI, A.; ZANI, B. As representações sociais no campo dos psicólogos. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 261-280.

PARECER Sucupira de 1965: definição da Pós-graduação. **INFOCAPES**: boletim informativo. Brasília. v. 7, n. 4, p. 37-51, dez.,1999.

PINO, I. A lei de diretrizes e bases da educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In: BRZEZINSKI, I. (Org.). **LDB dez anos depois**: reinterpretção sob diversos olhares. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-41.

PINTASSILGO, J. Associativismo docente e construção da identidade profissional no contexto do Estado Novo. O exemplo do «Sindicato Nacional de Professores» entre o final dos anos 50 e o início dos anos 70. **Pensar a Educação**, Associação de Professores de Sintra, p. 9-32, 2007.

PINTASSILGO, J. Os primórdios do associativismo docente do ensino liceal português (1904-1908) – as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 2, p. 15-25, jan./dez. 2003.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **R. Sociol. Política**, n. 21, p. 71-82, nov. 2003.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

ROMEO, José R. Martins; ROMEO, Christiane I. Martins; JORGE, Vladimyr L. **Estudos de pós-graduação no Brasil**. s.l.: UNESCO-IESALC, 2004. 75 p.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, C. P.; ARRUDA, A. O estudo das representações sociais no Brasil. **R. Ciências Humanas**, Florianópolis, especial, 2000, p. 11-31.

SALES, F. de; SOUZA, Francisco das C. de; JONH, Valquiria M. O Emprego da Abordagem DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) na Pesquisa em Educação. **Linhas**, v. 8, n. 7, p. 124-145, 2007.. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/linhas/ojs/viewarticle.php?id=175>>. Acesso em: 09/10/2008.

SALOMON, D. V. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo do pensar, pesquisar e criar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**; jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 284 p.

SEMIN, G. R. Protótipos e representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001. p. 205-16.

SILVEIRA, J. Pode uma feijoada derrubar o governo? Pois foi o que aconteceu. In: _____. **A feijoada que derrubou o governo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 176-194.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco**; 1930-1964. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p.

SOUZA, Francisco das C. de. **O discurso construído no Brasil sobre o ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação**: processo sócio-histórico e seus desdobramentos, a partir dos documentos da ABEBD. Florianópolis, 2006. 156 f. (Relatório de Pesquisa).

SOUZA, Francisco das C. de. **O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX**. Florianópolis, Ed. UFSC, 2009. [no prelo]

SOUZA, Francisco das C. de. O modelo educacional e seu impacto sobre a dimensão pedagógica da Ciência da Informação. **Em Questão**, UFRGS, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004.

SOUZA, Francisco das C. de. A teoria das representações sociais na pesquisa educacional. In: BIANCHETTI, L.; MEKSENAS, P. (Orgs.). **A trama do conhecimento**: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus,

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

2008. p. 205-221.

VALLA, Victor Vincent (org.). **Educação e favela**; políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro, ABRASCO, 1986.212 p.

VEIGA, Laura da. Os projetos educativos como projetos de classe: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). **Educação & Sociedade**, São Paulo, 4(11):25-71, jan. 1982.

VERSIANI, Flávio R.; SUZIGAN, Wilson. **O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral**. Universidade de Brasília – Departamento de Economia, 1990.
Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/textos/industrializacao.pdf>. Acesso em 15/07/2007.

VIANNA, Cláudia. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 77,p. 100-130, 2001

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

ANEXOS

I – Instrumento de coleta de entrevistas

Título: O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

ENTREVISTA COM DIRIGENTES DA ABEBD

ROTEIRO

1 - Que apreciação você faz sobre a evolução do currículo do curso de biblioteconomia no Brasil no período de 1967 a 2000, correspondente aos anos de existência da ABEBD?

2 - Durante o período em que você presidiu a ABEBD foram tomadas iniciativas visando essa evolução. Poderia discorrer sobre essas iniciativas e seus efeitos?

3 - Como a ABEBD, no período em que você a presidiu, procurou romper com o distanciamento que as escolas e os docentes de Biblioteconomia brasileiros mantinham com a entidade e que avaliação você faz dos resultados?

4 - O fortalecimento do corpo docente em Biblioteconomia foi enunciado no estatuto como a primeira finalidade da ABEBD. Poderia fazer uma avaliação pessoal dos efeitos da ação da entidade quanto ao alcance dessa finalidade?

5 - O planejamento e desenvolvimento da formação biblioteconômica no Brasil foi enunciado como uma das primeiras finalidades da ABEBD. Poderia fazer uma avaliação pessoal dos efeitos da ação da entidade quanto ao alcance dessa finalidade?

6 - Como você avalia o currículo de graduação em Biblioteconomia que existiu no Brasil durante os anos da década de 1990. Em que sentido aquele currículo respondeu aos esforços da ABEBD?

7 - Há algo a mais que gostaria de dizer?

II – Documentos Seleccionados [Transcrições]

[DOCUMENTO 11]

-----SEM TIMBRE-----

Recife, 18 de fevereiro de 1983

Meu prezado ~~XXXXXX~~,

Recebi sua carta e seu "bilhete", todos maravilhosos e embora tardiamente, respondo-lhe ainda envolvida pelo vigor de suas palavras, mesmo discordando com tanta amargura e desencanto.

Acredito que tudo o que você me disse tem origem na "luta" que eu comprei - mais por idealismo e não apenas por obrigação, por estar na Presidência da ABEED -de melhorar a qualidade do ensino de biblioteconomia. Sempre soube que os "Seminários de Otimização" do Ensino de Biblioteconomia, não tiveram seu apoio e em função disso você me transmitiu seu descontentamento, sua incredulidade e sua desesperança.

Fico muito grata por sua confiança e fico feliz pela oportunidade de trocarmos idéias sobre esses assuntos. Penso, sinceramente, que já descemos tudo o tínhamos para descer - agora é hora de mudanças, de reflexões, de ações de crescimento.

1. É verdade que a biblioteconomia brasileira (e outras também) vai mal por causa do seu ensino, mas, discordo que as Escolas sejam "árvores más, que deverão ser cortadas e transformadas em lenha". Penso que elas estão doentes e que precisam ser tratadas, medicadas e acompanhadas para que possam reviver. Tenho grandes esperanças no acordar de nossos professores.
2. Você está certíssimo em dizer que o problema não é o currículo. Mas, o currículo pode ser o motivo para transformarmos o ensino de biblioteconomia tornando-o eficaz como desejamos. Por exemplo, os Seminários tiveram resultados bastante positivos só

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

pelo fato de termos conseguido que os professores iniciassem um processo de auto-avaliação. Sob o pretexto de discutirem problemas curriculares os Instrutores fizeram certas colocações sobre o papel do professor, que já começaram a produzir efeitos benéficos: os professores aceitaram a idéia de que estão errados e que precisam mudar.

3. É preciso não esquecer que o ensino de biblioteconomia sempre foi passivo, apático. A Escola ensinou a mesma coisa, ano após ano. O problema é, entretanto, cultural. Em nossa profissão a crise de cultura é muito grande e dificilmente um aluno conseguirá ser um bom profissional apenas com conhecimentos técnicos. Os Cursos de Biblioteconomia não podem produzir profissionais com as qualificações necessárias ao mercado de trabalho em todos os seus aspectos. A Escola prepara os bibliotecários para assumirem responsabilidades, mas é a experiência que os irá aperfeiçoar e a própria Biblioteca onde deverão atuar, que os formará. Concordo com você que para ensinar técnicas apenas, não é necessário que o Curso de Biblioteconomia seja de nível superior. Penso que o nível superior deve incentivar a criatividade, desenvolver a capacidade do aluno mediante a apresentação de problemas e dificuldades para que ele tente resolver. Isto é prepará-lo para o futuro e transformá-lo num diagnosticador - alguém capaz de identificar tendências e atuar na linha da oportunidade. O bibliotecário como agente de mudanças, deve tornar-se presente, vivo, nas bibliotecas brasileiras e qualquer transformação precisa apoiar-se em sua postura consciente como reformador.
4. Tenho certeza de que poderemos transformar a Escola de Biblioteconomia atual através deste novo currículo. No "Documento-Síntese" que a ABEBD produziu para a Reunião do seu Conselho Diretor, dizemos: O Currículo não é a lista de disciplinas que são ministradas no Curso, mas todo o processo pessoal e grupal da recriação do saber e de construção de um conhecimento em circunstâncias históricas precisas. Podemos dizer que um currículo não se tem, se faz. Ele é produzido continuamente. O currículo se define pela sua aplicação ou desenvolvimento e não pela sua elaboração formal e normativa.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Porém, a importância da reforma do ensino de Biblioteconomia não está somente na mudança da estrutura curricular do curso, mas, sobretudo na proposta do ensino desse novo currículo.

5. Você deve conhecer bem o debate em torno do sistema escolar como um todo. Ivan Illich, Everett Reimer e outros vem jogando uma nova palavra que é DESESCOLARIZAR. Seria ótimo que pudéssemos desescolarizar o ensino de Biblioteconomia, mas, temos que seguir as normas e padrões do MEC. Se pudéssemos mudar as "regras do jogo" ou seja, mudar os currículos fixos, os programas rígidos a prazo certo e criar uma "escola" onde se aprenda a pensar, fazer, escolher, participar, esteja certo, eu o faria.
6. Tenho fé, e para mim, isto significa força motriz. Você pode ficar certo, eu chegarei lá, ou seja, vou conseguir "moralizar" o ensino de biblioteconomia, significando "moralizar" tão somente isto: fazer com que o aluno saia da Escola sabendo o que é ser bibliotecário com B maiúsculo. Isto naturalmente não poderá ser de hoje para amanhã, mas, começamos hoje o processo de mudança - e isto é o que importa, não acha?

Espero que você consiga seus objetivos em 1983. Disseram-me que você é o homem que vai mandar nas bibliotecas de ~~XXXXXXXX~~. Será mesmo? Então, ótimo. Você terá a oportunidade de por em prática tudo que você acha, acredita e proclama. Meus sinceros parabéns. Quem me dera estar por perto.

Com um abraço amigo,

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 10]

ABEBD

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Série: ORIENTAÇÃO DIDÁTICA

Nº 04/82

Data: 11/10/1982

Assunto: Portaria Ministerial nº159 de
14 de junho de 1965.

Fixa a duração de cursos superiores de graduação.

O Ministro da Educação e Cultura, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º, §1º, da Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, e homologando o Parecer nº52/65 e respectivo adendo, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, RESOLVE:

Art. 1º Duração de um curso é o tempo necessário à execução do currículo respectivo em ritmo que assegure aproveitamento satisfatório e possa, tanto quanto possível, ajustar-se às diferenças de meios, de escolas e de alunos.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, a duração de cada curso superior, dentre os que conferem privilégios para o exercício de profissões liberais, passa a ser fixada em horas-aula, com indicação de tempo útil e tempo total, de acordo com o quadro anexo à presente Portaria.

Art. 2º Tempo útil é o mínimo necessário para execução do currículo fixado para o curso.

Parágrafo único. Não serão computados para integralização do tempo útil as horas correspondentes a:

- a) provas e exames;
- b) estudos e exercícios de iniciativa individual;
- c) estágios supervisionados, no que exceda a um décimo de número de horas fixado para o curso;
- d) outras atividades que o estabelecimento, pelo órgão próprio de sua administração escolar, exclua expressamente do conceito de horas-aula;
- e) disciplinas em que o aluno seja reprovado.

Art. 3º Tempo total é o período compreendido entre a primeira matrícula e a conclusão do curso

§1º O tempo total é variável e resultará em cada caso, do ritmo com que seja feita a integralização anual do tempo útil, observado o seguinte quadro de referência:

- a) limite mínimo;
- b) termo médio;
- c) limite máximo.

§2º Em regime semestral ou trimestral, considerar-se-ão pela metade ou quarta parte, respectivamente, as horas fixadas para integralização

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

anual do tempo ú

art. 4° A partir do termo médio e até os limites mínimos e máximos de integralização anual do tempo útil, a ampliação do tempo total se obterá pela diminuição das horas semanais de trabalho e sua redução, quando permitida, resultará do aumento da carga horária por semana ou dos dias do ano letivo, ou de ambos.

§1° Em nenhuma hipótese poderá ser o ano letivo inferior a 180 dias de trabalho escolar efetivo.

§2° A diminuição e o aumento do trabalho escolar, na forma deste artigo, se farão:

a) como norma geral do estabelecimento

b) como possibilidade de variação entre alunos.

§3° Quando for admitida a hipótese da letra B do parágrafo anterior, vários ritmos de integralização anual do tempo útil poderão coexistir no mesmo estabelecimento.

Art. 5° Nos cursos que funcionam em horário noturno, recomenda-se a diminuição das horas diárias de trabalho escolar e conseqüente ampliação do tempo total.

Parágrafo único. O estabelecimento que mantiver o mesmo curso em horários diurno e noturno poderá, dentro dos limites prefixados para integralização anual do tempo útil, admitir a matrícula simultânea de um aluno em ambos os turnos de funcionamento desse curso.

Art. 6° Os regimentos escolares indicarão por períodos letivos ou por semanas, as horas-aula, correspondentes a cada disciplina, série, grupo de disciplinas ou ciclo de estudos.

Art. 7° Nos casos em que seja admitida a redução do tempo total, para todos os alunos ou parte deles, a aprovação dos correspondentes dispositivos regimentais se fará à vista de planos em que fique evidenciada a exequência da solução, sem quebra dos padrões de ensino do estabelecimento

Parágrafo único. A aprovação dos dispositivos regimentais é requisito para que se inicie, com validade, a execução de qualquer programa em que se inclua a redução do tempo total.

Art. 8° Para efeito de enquadramento no serviço público federal, a duração de um curso será o número de anos letivos que resulte da divisão do tempo útil pelo termo médio de sua integralização anual.

Art. 9° As disposições da presente Portaria terão vigência a partir do ano letivo de 1965, podendo as universidades e os estabelecimentos isolados manter as cargas horárias de regime anterior para os alunos matriculados até o ano letivo de 1965.

Art. 10° faz parte integrante desta Portaria, a tabela anexa, com as suas observações.

[Observação no material original: Todos os grifos, são nossos].

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 9]

ABEBD
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Of. CIR-161/82

Recife, 26 de setembro de 1982

Da: Presidente da ABEBD

Para:

Assunto : Novo currículo mínimo do curso de Biblioteconomia

Tendo em vista a aprovação do novo currículo mínimo do Curso de Biblioteconomia pelo Conselho Federal de Educação, com algumas modificações em relação à Proposta original encaminhada através do MEC/SESU, resultado de amplo trabalho desenvolvido entre as IES, ABEBD e assessores da SESU representados por eminentes professores da UFPR, UFMG, UnB, IBICT, USP, UFPB e pela Presidente da ABEBD naquela oportunidade, a Profa. Regina Célia M. Lima, apresentamos os seguintes esclarecimentos baseados em informações fornecidas a esta Presidência pelo próprio relator do Processo, Don Luciano José Cabral Duarte, nas justificativas constantes do seu parecer e nas opiniões dos conselheiros emitidas durante os debates na Sessão Plenário do dia 01 de setembro, quando o currículo mínimo foi aprovado.

1. O Conselheiro Don Luciano José Cabral Duarte, ao ser designado relator para Processo, solicitou da Secretaria Geral do CFE que a Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia, fosse enviada a todas as instituições que mantêm Curso de Biblioteconomia, nos vários níveis. Muitas foram as respostas tendo a maioria se manifestado favoravelmente às mudanças propostas, porém houve também várias sugestões apresentadas, todas levadas em consideração pelo sr. Relator, que examinou a possibilidade ou não de atendimento.

2. Algumas sugestões estavam indiretamente atendidas na Proposta apresentada e outras foram analisadas por terem sido julgadas pelo sr. Relator, merecedoras de atenção especial.

3. Entre as sugestões apresentadas, o sr. Relator considerou

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

particularmente as seguintes:

3.1 A duração do Curso de Biblioteconomia ser de quatro (4) anos com a carga horária mínima de 2.500 horas/aula, tempo julgado necessário para o desdobramento da formação profissional. A Proposta do currículo mantinha a duração do curso em três (3) anos.

3.1.1 A elevação da duração do curso para quatro anos traz inúmeros benefícios à profissão, considerando que o DASP deverá reclassificar o Bibliotecário que atualmente está no nível inicial em NS1 para o inicial de NS5, equiparando-o aos demais profissionais cujos cursos têm a duração de quatro anos: psicólogo, assistente social, etc.

3.2 A inclusão da disciplina DOCUMENTAÇÃO no elenco das matérias do currículo. O sr. Relator, entretanto, entendeu que DOCUMENTAÇÃO poderia ser uma disciplina de matéria mais ampla, intitulada de INFORMAÇÃO, colocou "Documentação" na ementa de INFORMAÇÃO.

3.3 A inclusão de uma língua estrangeira moderna, uma vez que o bibliotecário "deve dispor de um instrumento indispensável para um bom desempenho de suas atividades". O sr. Relator, justificou a inclusão desta matéria, afirmando que é "uma necessidade indeclinável da profissão" e que propositalmente denominou LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA deixando aberta a porta para a possibilidade do estudo de mais de uma língua estrangeira".

3.4 Acréscimo à denominação da matéria LÍNGUA PORTUGUESA, do complemento LITERATURAS DA LÍNGUA PORTUGUESA, por entender que não será possível atingir os objetivos constantes da Proposta, sem o conhecimento também da Literatura.

3.5 A inclusão da matéria HISTÓRIA DA CULTURA para que o bibliotecário possa incorporar à sua formação, conhecimentos básicos da cultura universal, que favorecerá as suas futuras relações com os usuários.

3.6 A matéria PSICOLOGIA SOCIAL, apesar de ser também importante, não foi considerada como obrigatória para a formação do bibliotecário. As Instituições que desejarem incluí-la poderão fazê-lo em seus currículos plenos, como uma disciplina, ou até mesmo como conteúdo de

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

disciplinas, como por exemplo "de Usuário".

3.7 A denominação da matéria INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO, conforme consta da Proposta, foi considerada inadequada. Tanto "Biblioteca" como "Usuário", estão implícitas na matéria ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS. Foi considerado que não é possível administrar a Biblioteca, sem primeiro fazer o planejamento, sem caracterizar o comportamento do usuário e estudar a comunidade para planejar serviços adequados à mesma. Assim, o estudo do usuário e do ambiente em que a biblioteca atua não poderá ser dissociado do Planejamento e conseqüentemente, da Administração da Biblioteca.

3.8 De acordo com o parecer acima, o sr. Relator transferiu parte da ementa da matéria INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO, conforme foi proposta, para a matéria ADMINISTRAÇÃO DE BIBLIOTECAS, transformando assim os assuntos "Biblioteca" e "Usuário" em disciplinas. O assunto INFORMAÇÃO foi mantido como matéria devido a sua amplitude, com a mesma ementa da proposta e com a nova INFORMAÇÃO APLICADA À BIBLIOTECONOMIA.

4. O sr. Relator considerou que o Currículo Mínimo será o "feixe de matérias consideradas indispensáveis, dentro da moldura cultural do momento universitário brasileiro". Considerou também que "o currículo mínimo é incoativo. Isto é: a sua fronteira impede de descer, mas não entrava a ascensão. Pelo contrário: a supõe e estimula". O sr. Relator justifica ainda que "sobre esta base cada Escola erguerá o seu currículo pleno, enriquecendo-o com as disciplinas especialmente sugeridas pelas condições concretas do lugar em que o curso funciona, pelas ênfases que as circunstâncias sugerem, pelos avanços em determinadas direções, avanços medidos pela Universidade onde o curso se enquadra. As matérias são matrizes fecundas donde brotarão as disciplinas".

5. As alterações introduzidas no Currículo Mínimo não mudaram a essência da Proposta apresentada. As diretrizes permaneceram as mesmas, as modificações feitas no elenco das matérias propostas não anularam os objetivos visados.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

6. O CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO é um órgão soberano. Ao examinar a Proposta de qualquer currículo, são adotados alguns vetores já estabelecidos que orientam os relatores na análise da Proposta e no Parecer final. No caso do Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia, o relator do Processo, Don Luciano José Cabral Duarte, foi assessorado por dois consultores: o Professor Antonio Miranda (IBICT) e a Profa. Suzana Mueller (UnB). Estes, não interferiram ou influenciaram a decisão do Relator; apenas esclareceram pontos em que o Relator tinha dúvidas. O Parecer final foi preparado pelo Don Luciano José Cabral Duarte, de acordo com o seu entendimento e convicções.

7. O Parecer do sr. Relator foi submetido à análise, discutido, reformulado e/ou apoiado pela Câmara de Ensino Superior e posteriormente pela Comissão Central de Currículos que o encaminha para ser aprovado pelo Plenário.

8. Na Reunião Plenária, a única que é aberta ao público (o público assiste, mas não interfere) o Parecer foi amplamente debatido e ainda nesta oportunidade, foram feitas alterações na redação dos objetivos e ementas de algumas matérias.

9. A Profa. Esther de Figueiredo Ferraz, Ministro da Educação e Cultura, já homologou o novo currículo e a publicação no Diário Oficial será feita em outubro próximo.

10. A reclassificação do DASP, elevando a categoria funcional do bibliotecário, deverá ser feita até fins de novembro próximo.

Diante do exposto, verifica-se que não há condições de impor ao Conselho Federal de Educação uma Proposta de novo Currículo Mínimo e a mesma ser aprovada pelas Câmara e Comissão e ainda o Plenário, sem qualquer mudança ou alteração.

Com os nossos agradecimentos pela atenção que nos foi dispensada, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e apreço.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

Atenciosamente,

Profa. Cléa Dubeux Pinto Pimental

PRESIDENTE

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 8]

ABEBD
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO
Of. CIR-147/82

Recife, 03 de setembro de 1982

Da: Presidente da ABEBD

Para:

Assunto : Novo currículo mínimo do curso de Biblioteconomia

É com muita satisfação que comunicamos aos prezados colegas a aprovação do novo Currículo Mínimo do Curso de Biblioteconomia, pelo Conselho Federal de Educação, na reunião plenária do dia 01 de setembro corrente. Esta Presidência esteve presente às Reuniões dos dias 30 e 31 de agosto e a plenária do dia 01/09/82. Sobre o assunto, informamos o seguinte:

1. O Processo do novo currículo mínimo tomou o nº/81 e foi relatado pelo sr. Cons. D. Luciano José Cabral Duarte, que fez algumas modificações no elenco das matérias propostas pela Comissão de Currículo do ABEBD, atendendo às sugestões dos demais conselheiros e de reivindicações feitas diretamente ao CFE por algumas instituições, tendo sido portanto, aprovado com tais alterações. As mudanças foram:

- substituição da matéria PSICOLOGIA SOCIAL por HISTÓRIA DA CULTURA
- acréscimo de LITERATURAS DA LÍNGUA PORTUGUESA a epígrafe da matéria LÍNGUA PORTUGUESA, sendo aprovado: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS DA LÍNGUA PORTUGUESA
- acréscimo da matéria LÍNGUA ESTRANHEIRA MODERNA
- mudança na epígrafe da matéria INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E USUÁRIO, tendo sido aprovado em seu lugar INFORMAÇÃO APLICADA À BIBLIOTECONOMIA

2. Para conhecimento de todos, anexo ao presente, a proposta (aprovada) da resolução CFE e o ementário das matérias do novo currículo mínimo.

3. A duração mínima do curso de biblioteconomia será de 2.500 horas-aula que deverão ser integralizadas no prazo mínimo de 04 anos no

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

prazo máximo de 07 anos, excluído o tempo dedicado a Estudos de Problemas Brasileiros, Educação Física e Estágio Supervisionado.

4. O Estágio supervisionado terá a duração de, no mínimo, 10% do tempo total de duração do curso.

5. As Instituições deverão fazer as adaptações regimentais para o novo currículo, dentro do prazo máximo de dois anos, a partir da data da publicação da Resolução do CFE. A publicação da referida Resolução somente deverá ocorrer 30 dias após a homologação no novo Currículo Mínimo pelo sr. Ministro da Educação e Cultura. Devido aos feriados da Semana da Pátria, a homologação deverá ser feita entre os dias 8 e 10 de setembro.

As alterações regimentais deverão ser aprovadas pelo Conselho Federal de Educação.

6. A ABEBD já está tomando providências para reunir uma Comissão Nacional de Currículo, para estudar o assunto e apresentar às IES, as diretrizes básicas para elaboração de seus currículos plenos.

7. Estaremos também aproveitando a oportunidade da realização em Recife, do 1º ENCONTRO PERNAMBUCANO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 1982, para reunir o Conselho Diretor da ABEBD, quando serão analisados os resultados dos Seminários de Otimização do Ensino de Biblioteconomia, discutidos alguns pontos-chaves para implantação do novo currículo mínimo em todas as IES, além de outros assuntos referentes ao Programa de Trabalho para 1983. A convocação para a referida Reunião será feita até 15 de setembro vindouro.

8. Estaremos, de agora por diante, mantendo todos informados sobre o assunto e fornecendo subsídios através de nossa série ORIENTAÇÃO DIDÁTICA, para que os trabalhos de implantação do novo Currículo Mínimo sejam realizados com pleno êxito.

Atenciosamente,

Profa. Cléa Dubeux Pinto Pimentel

Presidente

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 7]

-----SEM TIMBRE-----

Recife, 18 de abril de 1982

Prezada ~~XXXXXXXX~~,

Faço votos de que você tenha tido uma boa Páscoa e que o seu curso de especialização esteja sendo um sucesso. Estou aqui, lhe escrevendo para pedir um grande favor em nome da ABEBD. Trata-se do novo currículo mínimo e o assunto é o seguinte:

- Em 01 de abril passado, o processo do novo currículo entrou em pauta do CFE e foi à reunião que realizou-se naquele dia. Recebeu o parecer totalmente favorável do relator - D. Luciano Duarte e geralmente, quando o relator apresenta um parecer, os demais conselheiros acompanham o voto do relator. Naquela reunião, todavia, isto não aconteceu totalmente. A Conselheira de São Paulo - Esther Ferraz, pediu vistas do Processo e este deverá entrar novamente em pauta no dia 3 de maio.
- Soube que a sra. Esther é muito amiga da Inês Litto, colega de vocês. Então, estamos lhe pedindo, para falar com a ~~XXXXXXXX~~ para que esta fale com a sra. Esther Ferraz e tente influir favoravelmente na opinião dela sobre o nosso currículo. Não sei se isto será possível, não sei se ~~XXXXXXXX~~ é a favor da mudança - por conta disso não quis escrever para ela preferindo pedir a você que fale em nome da ABEBD, caso você sinta que o terreno é favorável.
- Não sei bem ainda, qual o critério dos conselheiros para aprovar e desaprovar. Um documento que foi preparado por Comissões, ouvindo todos os interessados, que reuniu opiniões de diversas escolas e professores, ser rejeitado pelo voto de uma conselheira que não foi a relatora e portanto, não se aprofundou no assunto - é muito injusto não é? Mas, regulamento é regulamento e para evitar que todo o trabalho venha por 'terra' vamos tentar convencer a conselheira que está tudo como a

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

maioria deseja e só uma minoria, mal informada, deseja que não seja feita a mudança.

- Já tenho prometido os recursos para os Encontros de Professores para "arrumar o novo currículo" pelas novas matérias. Só estou esperando a aprovação do currículo para acionar o assunto.

Veja o que será possível fazer. Se a ~~XXXXXXXX~~ não quiser falar com Esther sobre o assunto, talvez ela possa informar quem poderá fazê-lo. Estou confiando que algo possa ser feito para conseguirmos essa aprovação em maio próximo.

Um grande abraço para você e mais uma vez fico-lhe grata por tudo. Recomendações a sua família.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 6]

-----SEM TIMBRE-----

Brasília, 30 março 1982

Profª Cléa D. Pimentel
Presidente
ABEED
Universidade Federal de Pernambuco
Departamento de Biblioteconomia
50000 Recife - PE

Prezado Senhor,

O CNPq está patrocinando e coordenando esforços para a elaboração de uma nova edição do documento Avaliação e Perspectivas. Segundo instruções do CNPq, esta nova edição

“terá o papel fundamental de dar subsídios às Ações Programadas do CNPq para que estas venham a ser instrumento efetivo que atendam às necessidades do País. Em princípio, os documentos se referem ao capítulo sobre “Desenvolvimento Científico e Formação de Recursos Humanos do III PBDCT”.

A sua Instituição foi identificada como tendo potencialmente capacidade e interesse no desenvolvimento de pesquisas nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia ou Arquivologia. Assim sendo, pedimos a gentileza de preencher e devolver o questionário anexo até meados de Abril, para o endereço abaixo:

Profª Suzana Pinheiro Machado Mueller
Departamento de Biblioteconomia
Universidade de Brasília
70910. Brasília - DF.

Juntamos a esta cópia do documento Avaliação e Perspectivas 1978, relativo às áreas citadas, para sua informação.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

Agradecendo sua colaboração,

Atenciosamente

(contém a assinatura)

Suzana Pinheiro Machado Mueller

Redatora da Área

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 5]

-----COM TIMBRE DA ABEBD-----

Suzana,

Para mim, não está fácil responder ao questionário, porque nunca entendi porque a ABEBD não assumiu seu papel, como órgão representativo do ensino de graduação e pós-graduação. Penso que o item certo para assinalar seria "Falta interesse da instituição". Mas, oficialmente, não devo fazê-lo.

Estamos planejando conduzir pesquisas na área de Biblioteconomia, envolvendo as Escolas de todo o Brasil e obtendo assim resultados locais e nacionais. Os projetos de pesquisa já começaram a ser preparados e se obtivermos os financiamentos faremos convênios com as escolas e o repasse dos recursos.

Inicialmente, estamos pensando na área de planejamento bibliotecário. Assim, tentaremos desenvolver uma pesquisa em cada local onde existe um curso de biblioteconomia, para ser realizada por alunos e professores cujos resultados deverão oferecer subsídios para o planejamento bibliotecário e serviços de informações. Até agora estamos pensando em desenvolver estudos sobre a distribuição das bibliotecas nas cidades, em relação ao desenvolvimento nacional: necessidades de novas bibliotecas. Algumas pessoas já opinaram que os estudos deveriam responder a pergunta: O que as bibliotecas exigem dos bibliotecários? Outros, acham que seria importante conhecer mais de perto a realidade das bibliotecas para então esses problemas serem debatidos e estudados com vistas a uma possível solução. Assim, deveria ser realizado um estudo sobre as Características comuns de diferentes bibliotecas e serviços de informações, pesquisando-se as tarefas atuais, caráter e funções de determinados tipos de bibliotecas (universitárias, públicas, especializadas) e suas atuações em relação à evolução da ciência, assim como os problemas comuns em bibliotecas de um mesmo tipo (aquisição, empréstimo, etc.) Os resultados destas pesquisas poderão influir na elaboração dos Programas de disciplinas

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

específicas.

Depois que voltei de Brasília e conheci o Projeto de vocês sobre Mercado de Trabalho, vou pedir a Robredo autorização para desenvolver um, em nível nacional, fazendo com que cada Escola possa realizar um trabalho idêntico. Penso que estas duas pesquisas são bastante para minha gestão.

Mais uma vez, estou aqui a sua disposição. O nosso Currículo Mínimo não passou. A Laura Russo é fogo. Estou pedindo ao ~~xxxxxx~~ que mande todas as informações possíveis sobre a tal conselheira que pediu vistas. Vou chegar até ela. Você sabe de alguma coisa? Quem tem força para ela? De que estado ela é?

Uma feliz Páscoa para você e todos de sua família.

Um abraço.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 4]

-----SEM TIMBRE-----

Ofício n° 008/ABEBD/81

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1981.

Ilmo. Sr.

Dr. Afrânio Carvalho Aguiar

Diretor do

Instituto Brasileiro de Informação

em Ciência e Tecnologia - IBICT

Av. W-3 Norte - Quadra 511 - Bloco A

70.750 - Brasília, DF

Senhor Diretor,

Vimos informar que, conforme entendimentos anteriores, encontra-se sediada no Rio de Janeiro, no Departamento de Ensino e Pesquisa do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, a ABEBD - Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação - desde o dia 01 de maio de 1981 e até a posse da próxima diretoria a ser eleita durante o XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - janeiro de 1982 - João Pessoa-Paraíba.

Outrossim, informamos que a atual diretoria tem a seguinte composição:

ABEBD - Presidente - Regina Célia Montenegro de Lima

Secretária - Maria Nazaré Freitas Pereira

Tesoureira - Ida Maria Cardoso Lima

As atividades em desenvolvimento na ABEBD e que marcam sua passagem pelo IBICT são:

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

- acompanhamento do processo de reformulação do currículo mínimo de biblioteconomia (SESU/CFE)
- publicação do novo Estatuto com o desdobramento em duas Câmaras - Graduação e Pós-Graduação e estruturação das Câmaras (30 IES com graduação - 5 com Pós-Graduação)
- treinamento de professores para implantação do novo currículo mínimo com ênfase na área de Ciência da Informação
- programação de reuniões de docentes por área de conhecimento e nas matérias do currículo mínimo proposto para as escolas de graduação da área de biblioteconomia, documentação e ciência da informação.

Sendo estas as atividades programadas, estamos elaborando projetos de trabalhos a serem desenvolvidos e para os quais contamos com apoio e a colaboração do IBICT/CNPq, certos de estarmos atuando em uma área de interesse prioritário para o DEP/IBICT - a formação de recursos humanos capacitados para atuar em ICT.

Ao ensejo colocamo-nos ao seu inteiro dispor e apresentamos expressões de consideração e apreço.

[observação da transcrição: acréscimo manuscrito "Em T. Anexo ante-projeto"]

Atenciosamente,

(contém a assinatura)

Regina Célia M. de Lima

Presidente

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 3]

-----SEM TIMBRE-----

[Informação manuscrita: Brasília, 09 de maio de 1980]

Senhora Coordenadora de Ciências Humanas e ~~Artes~~ Sociais: [com risco
no original]

Atendendo à solicitação verbal de V. Sa., informo:

1 - Os participantes do Seminário de Currículo, realizado em Brasília,
de 5 a 9 do corrente mês, sob o patrocínio da Organização dos Estados
Americanos - OEA, resolveram, por proposição desta Presidência,
organizar um grupo de trabalho para concluir os estudos desenvolvidos
visando a reformulação do Currículo Mínimo de Biblioteconomia.

2 - O grupo de trabalho acima referido está constituído dos

SEGUINTE PROFESSORES:

ALDO BARRETO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
IBICT RIO DE JANEIRO - RJ
[OBS. CONTÉM ENDEREÇO RESIDENCIAL E CAMPO PARA CPF APÓS CADA
NOME]

INÊS LITTO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES - USP

MARIA NEUSA COSTA
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

MINDA GROISMAN
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Obs.: anotação
manuscrita à margem,
em estilo maiúsculo.

*A ANTONIO MIRANDA DESEJANDO
QUE PARTICIPE E IMPUSIONE OS
TRABALHOS, NA QUALIDADE DE
REPRESENTANTE DA CAPES/MEC,
DA ABDF (COMO ASSOCIAÇÃO DE
BIBLIOTECÁRIOS), COMO
PROFESSOR DA UNB E COMO LÍDER
QUE É.*

*SALUDAÇÕES
REGINA
09.05.80*

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

NICE MENEZES DE FIGUEIREDO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

REGINA CÉLIA MONTENEGRO
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRESIDENTE DA ABEBD

RELINDA KOHLER
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
Universidade Federal do Paraná

3 - Cronograma:

3.1 - Reunião para preparação do documento básico, de 30 de Junho a 4 de Julho.

3.2 - Reunião para aperfeiçoamento do documento básico com os subsídios fornecidos pelas escolas de biblioteconomia, de 18 a 22 de Agosto

3. - Elaboração do Documento final, para o devido encaminhamento, de 27 Setembro a 3 Outubro.

Respeitosas Saudações,

[contém assinatura]

Profa. Regina Célia Montenegro de Lima
Presidente da Associação Brasileira de
Ensino de Biblioteconomia e Documentação

Exma Sra. Professora MARILÚ ~~MEIRELES~~ MEDEIROS
D.D. Coordenadora de Ciências Humanas e ~~Artes~~ Sociais
Secretaria do Ensino Superior - MEC
NESTA.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 2]

-----SEM TIMBRE-----

CURRÍCULO MÍNIMO DE BIBLIOTECONOMIA: ANDAMENTO DOS ESTUDOS

RELATÓRIO

por

Relinda Kohler

Departamento

de

Biblioteconomia

Universidade

Federal

do

Paraná

1. Por ocasião da Segunda Reunião Brasileira de Ciência da Informação, no Rio de Janeiro, em março do corrente ano, em encontros informais, a Sra. Presidente da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia - ABEBD - empenhou-se na continuidade dos estudos de Currículo Mínimo, interrompidos no segundo semestre de 1978.

Convidada a coordenar a Comissão, informei que, devido a compromissos assumidos para o semestre, via possibilidade de apenas alguma dedicação - e até o dia 15 de abril. Dessa data em diante até à realização do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, não teria condições de remanejar minha agenda.

Permiti-me, porém, insistir com a Sra. Presidente, para que remetesse ao Conselho Federal de Educação - CFE - a proposta curricular distribuída pela Comissão em 1978 solicitando, no mesmo expediente, orientação daquele órgão para o prosseguimento dos estudos, visto que se anunciam mudanças para todo o ensino superior. Minha insistência fundamentou-se no Of. 127/79, do CFE, ao Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB, encaminhado por este à ABEBD pelo Of. 47/79.

O CFE manifestava, naquele expediente, desejo de "ouvir a respeito os educadores e especialistas nas diversas áreas"- por estar reexaminando os Currículo Mínimo do ensino superior.

Ainda no Rio de Janeiro, no encontro do qual participaram também informalmente outros professores, informei não dispor, para o prosseguimento dos estudos, de todas as sugestões enviadas por correspondência a Brasília, onde funcionava a Comissão antes que a Profa. Suzana Pinheiro Machado Mueller se ausentasse do país para fins de prosseguir sua pós-graduação.

2. Pelo Of. 03/ABEBD/79 foi-me delegada, "ad referendum do Conselho Diretor ... competência para coordenar os trabalhos de Currículo na qualidade de membro mais antigo da Comissão que vem laborando nesse sentido".

Pelo mesmo ofício fui informada de que a ABEBD solicitara aos demais

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

membros da Comissão que entrassem em contato comigo imediatamente.

Foi-me também solicitado "cronograma de atividades com base nas possibilidades dos demais membros dessa Comissão, de modo que o documento final esteja pronto até 15 de abril."

Por sua vez a ABEBD oferecia "as dependências da Universidade Federal de Santa Catarina para as sessões de estudos, os trabalhos de datilografia e material de expediente."

Os demais membros da Comissão não atenderam à solicitação da ABEBD.

3. Pelo Of. 14/ABEBD/79, de 3 de abril, fui autorizada a convocar outros participantes, mas o documento foi recebido após a data prevista para a conclusão dos trabalhos.

Também a correspondência, com as sugestões de diversos Cursos de Biblioteconomia, que fora encaminhada a Brasília e daí, em 28 de março a Florianópolis onde foi reproduzida, chegou tardiamente para os propósitos em pauta.

Quanto à orientação do CFE, não me consta que tenha chegado à ABEBD. Ignoro mesmo se aquele órgão tomou conhecimento do documento.

Com a mínima disponibilidade de tempo, sem recursos para custear uma reunião cujos elementos se encontram tão dispersos no país, sem orientação do CFE - de que modo prosseguir os trabalhos? Limitei-me a estudar as sugestões recebidas por correspondência, procurando encaixá-las na proposta curricular.

4. Como a ABEBD se reuniria paralelamente ao 10º Congresso e como este se aproximava, decidi-me por aguardar esta oportunidade, confiante de que alguns Cursos fariam empenho em participar da reunião sobre Currículo, programada pela ABEBD para 21 de julho em Curitiba.

E foi o que se verificou. A Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais credenciou a Dra. Etelvina Lima; pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo compareceu a Profa. Maria Antonieta Ferraz, e a Faculdade de Biblioteconomia das Faculdades Integradas Tereza D'Ávila, de Santo André, mandou como seu representante o bibliotecário João Bosco R. Oliveira. Contamos ainda com o apoio da Profa. Marina Zeni Guedes, do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná.

5. Constitui-se, assim, uma Comissão ad hoc, que, tendo trabalhado pela manhã e à tarde do dia 21 de julho, numa das salas de reuniões do Hotel del Rey, venceu a seguinte pauta:

5.1 Conhecimento da correspondência recebida de Brasília via Florianópolis, representando a participação dos seguintes Cursos de Biblioteconomia.

1. Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia - Universidade Federal do Ceará
2. Curso de Biblioteconomia, do Centro de Comunicação e Artes - Universidade Federal de Pernambuco
3. Departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

4. Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais
5. Departamento de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal do Amazonas
6. Faculdade de Biblioteconomia e Documentação, das Faculdades Integradas Tereza D'Àvila, Santo André, SP
7. Escola de Biblioteconomia e Documentação de São Carlos, da Fundação Educacional de São Carlos, SP
8. Escola de Biblioteconomia, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, SP
9. Curso de Biblioteconomia, da Fundação, digo do Instituto de Ensino Superior de Mococa, Mococa, SP
10. Curso de Biblioteconomia e Documentação, do Setor de Educação - Universidade Federal do Paraná.

É de supor-se que os demais Cursos, pelo seu silêncio, manifestam ou total concordância, ou total desinteresse pelo Currículo Mínimo sobre o qual se estruturam os cursos.

A maior preocupação das sucessivas Comissões tem sido a de chegar a um consenso, a representar uma posição tomada pelos Cursos. Considerando-se a abstinência de pronunciamento destes, como se atingirá tal objetivo?

Quanto às sugestões expressas nessa correspondência, nem toda diz respeito propriamente ao Currículo Mínimo, o que, porém, não lhe tira o valor, mas mostra a falta de oportunidade que há para discutir outros relevantes aspectos do ensino.

Dentre essas sugestões destacam-se:

1. a preocupação com a licenciatura em Biblioteconomia;
2. problemas de terminologia e conceituação relacionados com o ensino;
3. atualização e aperfeiçoamento de professores;
4. recursos bibliográficos para o ensino.

Dentre às sugestões que se referem à proposta curricular propriamente dita, verificam-se algumas de caráter geral e outras relativas às matérias e disciplinas.

As de caráter geral referem-se principalmente:

1. à questão de duração do curso, variando de 4 a 7 anos;
2. ao estágio, se em proporção ao currículo mínimo ou pleno;
3. o desdobramento das matérias em disciplinas, com alguma confusão entre as categorias.

Quanto às sugestões referentes às matérias e disciplinas, a montagem que eu fizera serviu para demonstrar que os Cursos se dedicaram:

1. a burilar a forma ou a reordenar as matérias de natureza profissionalizante;
2. a propor disciplinas para traduzir as matérias de fundamentação geral.

A Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais propôs conteúdos também para as matérias de natureza profissionalizante. Aliás, esta Escola tem sido, desde o início, a mais ativa e profícua participante dos trabalhos, seja ou não membro da Comissão.

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Apenas um Curso - o da USP - fez comentários às diretrizes básicas do documento que, embora posto em discussão em 1976, continua passível de aperfeiçoamento naquilo que não tenha sido superado em discussões ulteriores.

5.2 Comissões da ABEBD

À Comissão ad hoc foram relatadas as dificuldades encontradas quer para a constituição da Comissão, quer para as suas reuniões. Debateram-se estes aspectos, concluindo-se que eles são mais inerentes às funções da ABEBD que à própria Comissão, cuja tarefa é específica.

Considerando fundamental para o ensino da Biblioteconomia que os Cursos participem efetivamente de atividades de interesse comum; considerando que a participação, em algum grau, de todos os Cursos, favorece a permeabilidade de idéias, de conceitos, de objetivos, viabilizando a formação de consenso; considerando que a movimentação dos Cursos em torno de objetivos comuns dá vitalidade e sentido à própria ABEBD, esta Comissão se permite propor à consideração do Conselho Diretor e, particularmente à Diretoria da ABEBD, a criação de Comissões, talvez regionais, para manterem permanentemente em discussão o currículo e para tentarem soluções conjuntas para problemas de ensino.

Mas com vistas à orientação a obter do CFE, esta Comissão pede a imediata criação de Comissão (transitória) para estudos do Currículo Mínimo, cujo objetivo, definido, seria, credenciada pela ABEBD, procurar orientação naquele órgão e, em seguida, fazer as adaptações porventura exigidas para a proposta curricular.

6. Quanto à Comissão para Estudos de Currículo Mínimo, a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais candidata-se a participar; o Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Paraná poderá participar desde que sem ônus. Outros Cursos poderão igualmente interessar-se desde que a ABEBD se empenhe na obtenção dos recursos mínimos indispensáveis.

As comissões de caráter permanente, acima propostas, deveriam também ser criadas nesta oportunidade, uma vez que o novo currículo representa uma árdua tarefa de implantação, tarefa que poderá ser mais homogeneamente realizada se houver ampla participação e auxílio mútuo. Além do mais, um currículo pleno, por ser dinâmico, requer permanente revisão, o que, por si só, justifica a existência da comissão.

Quanto à comissão para o ensino, caber-lhe-ia estudar meios e elaborar planos para a contínua atualização do corpo docente.

Esta Comissão não sabe da pertinência ou não da criação dessas comissões uma vez que, ao ser discutido o assunto, não se tinha acesso aos estatutos da ABEBD. Ainda assim, deseja registrar estas idéias.

7. Encerrando, esta Comissão reitera que só vê sentido na continuidade dos trabalhos referentes ao Currículo Mínimo após entendimentos com o CFE.

8. Na qualidade de membro mais antigo da Comissão, agradeço a confiança em mim depositada pelo Conselho Diretor da ABEBD nas reuniões de Campinas (1976) e Porto Alegre (1977) e à atual Diretoria,

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil,
entre os anos 1967 e 2000.

desde a reunião do Rio de Janeiro (1979).

Agradeço, como Coordenadora, aos Cursos que se fizeram representar nesta reunião e aos ilustres e caros colegas que me honraram com a sua colaboração.

[obs.: contém assinatura]

Curitiba, 22 de julho de 1979

Reunião do Conselho Diretor da ABEED

10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação.

O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

[DOCUMENTO 1]

-----COM TIMBRE DA ABEED-----

Ofício n°04/ABEED/79

Florianópolis, 11 de março de 1979

Da: Presidência da Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação

A: Presidência do Conselho Federal de Educação

Assunto: Atualização de Currículo

Senhor Presidente:

A Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação recebeu da Presidência do Conselho Federal de Biblioteconomia o ofício n° 047/79, de 14 de fevereiro encaminhando o ofício circular n° 79/CFE/GP de 17 de janeiro último, também recebeu, informalmente, notícias de que Magníficos Reitores de Universidades Brasileiras estão solicitando estudos e sugestões dos Cursos de Biblioteconomia e Documentação para atualização de currículo.

Na qualidade de entidade congregadora das escolas de Biblioteconomia, vimos apresentar e consultar a Vossa Excelência o que segue:

01 - O documento anexo expressa, em primeiro lugar a preocupação dos responsáveis pelo ensino de Biblioteconomia no país com a atualização do respectivo currículo mínimo, bem como reflete o estado a que chegaram os estudos até o momento; ressaltando-se que atualmente a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação está empenhada em incorporar a proposta novos elementos oferecidos pelas escolas.

02 - Na expectativa de obter orientação, por via direta a mais atual e eficiente, essa Associação Consulta Vossa Excelência sobre a possibilidade de poder vir a contar com uma assessoria de especialistas designada para indicar as diretrizes em que o Conselho Federal de Educação deseja ver exarada a nossa proposta de currículo mínimo "função das nossas condições de ordem cultural, em particular, as de natureza profissional"

Essa Associação pretende em julho, por ocasião de reunião de seu

O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000.

Conselho Diretor, apresentar a proposta de currículo mínimo como contribuição ao Conselho Federal de Educação para discussão final. Nesse sentido, será extremamente valiosa e oportuna toda a contribuição que pudermos receber do Conselho Federal de Educação.

Considerando a urgência da matéria essa Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação pediu mais uma vez a colaboração de sua Comissão de Currículo de modo a que o documento, incorporando as sugestões recentemente recebidas das escolas, esteja elaborado até 15 de abril.

Isto posto, consultamos a Presidência do Conselho Federal de Educação sobre as atuais diretrizes para que o grupo ao se reunir possa contar com elas, de modo que o documento final possa representar subsídios já formulados conforme a expectativa do Conselho Federal de Educação e das Escolas de Biblioteconomia e Documentação de todo o país.

Outrossim, informamos que os professores que se vem dedicando ao estudo dessa matéria representam escolas de diferentes pontos do país e portanto representam a vontade Nacional expressa em reuniões sucessivas de diretores das escolas brasileiras.

Sensibilizados com a iniciativa do Conselho Federal de Educação que vem de encontro com as preocupações manifestadas pelas Escolas, e assim confiantes de obter a desejada orientação, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação oferece, além dos subsídios contidos no documento anexo, os trabalhos que venha a desenvolver nesse sentido.

Ao ensejo apresentamos expressões de alta consideração e distinto apreço e nos colocamos a inteira disposição do Conselho Federal de Educação.

Atenciosamente

[obs.: contém assinatura]

Regina C. Montenegro de Lima

Presidente da ABEBD